REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

Ano 1997

81 ANOS

Nº 49

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Diretoria - 1996/1999

Presidente:	Miguel Depes Tallon
1º Vice-Presidente:	Léa Brigida Rocha de Alvarenga Rosa
2º Vice-Presidente:	José Garajau da Silva
3º Vice-Presidente:	Anibal de Athayde Lima
4º Vice-Presidente:	Christiano Woelffel Fraga
Secretário:	Victor Biasutti
Tesoureiro Geral:	João Bonino Moreira
Tesoureiro-Adjunto:	Paulo Stuck Moraes
Oradores:	Aylton Rocha Bermudes Neida Lúcia Moraes José Paulo de Souza Filho
Curadora da Casa Elmo Elton:	Maria José Salles de Sá
Coordenador de Relações Públicas:	Windsor Eisenhower Fernandes
Revisor:	Ivan Borgo
Editor:	Marien Calixte

Conselho Editorial:

Renato Pacheco,
Orlando de Moraes,
José Hygino de Oliveira,
Iryson da Silva,
Anésio Otto Fiedler,
Windsor Eisenhower Fernandes e
Francisco Aurélio Ribeiro

Grandes Conselheiros com status de Presidente de Honra:

Adelpho Poli Monjardim,
Renato José Costa Pacheco e
Orlando de Moraes.

Este número da Revista está sendo editado com apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Vitória, em virtude de convênio.

Distribuição gratuita às escolas do Município de Vitória
Pedidos à Caixa Postal Nº 1561 - Vitória - ES - 29000

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO

81 ANOS

VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Ano 1997 **Nº 49**

Catlogação de Ana Maria Matos Mariani

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. — n. 49 (nov. 1997). — Vitória : IHGES, 1977 —. 160p. : il. ; 27 cm.

Semestral.

1. Espírito Santo (Estado) — História — Periódico.
2. Crônicas brasileira — Periódico. 3. Anchieta, José de, S. J., 1534-1597 — Dados biográficos — Periódico. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU 981.52 (05)

ÍNDICE

Mensagem - Pe. Helio de Abranches Viotti	05
Padre Viotti	07

CONFERÊNCIAS

Um Mestre em Terras de Santa Cruz, atual Brasil - Ester Abreu Vieira de Oliveira ..	11
Anchieta, o Jesuíta - Luiz Busatto	22
Padre José de Anchieta, o Poeta - Mário Bonzano	33
Educação Jesuítica no Espírito Santo (Séculos XVI, XVII e XVIII) - Ivantir Antonio Borgo	43
Anchieta, o homem múltiplo - Aylton Rocha Bermudes	61
O Venerável Anchieta - Américo Barbosa de Menezes	77

CRÔNICAS & TRANSCRIÇÕES

O Padre Anchieta e Minhas Reminiscências - Ormando Moraes	87
O Carisma de Anchieta - Américo Barbosa de Menezes	89
Santidade de Anchieta - Moacyr Carone Assad	91
Na Vila de Vitória - Festivo Espetáculo - Alvarito Mendes	94
Santo Anchieta, para quê? - José Augusto Carvalho	96
Poema da Limpidez - José de Anchieta - Carlos Nejar	98
O Taumaturgo Anchieta - Mário Pires	104
Anchieta - Rubem Braga	106
Payé-Guaçu - Beatriz Abaurre	108
Repercussão no Senado Federal - José Ignácio Ferreira	112

NOTICIÁRIO ANCHIETANO

Noticiário Anchietano	125

DOCUMENTAÇÃO

Trabalhos publicados sobre José de Anchieta e a cidade de Anchieta, na Revista do IHGES. Levantamento Bibliografia - Ana Maria de Matos Mariani ...	137
Doação de livros sobre José de Anchieta, por Jayme Santos Neves, à Biblioteca "Augusto Lins". Referência Bibliográfica - Ana Maria de Matos Mariani ...	139
Nascimento de um Garoto	141
Homenagem ao Fundador do Instituto - Frederico Teixeira Filho	145
Documento Inédito	155

MENSAGEM

Exmo. Sr. Presidente do Instituto

Histórico e Geográfico do Espírito Santo

Miguel Depes Tallon

Ao meu Instituto, que generosamente houve por bem distinguir-me como Presidente de honra do Seminário Capixaba sobre o Beato Padre José de Anchieta, quero desde logo, nesta breve Mensagem, apresentar meu sincero e afetuoso agradecimento.

Em várias de minhas publicações tive oportunidade de dar algum relevo ao extraordinário amor, dedicado pelo Padre José de Anchieta à Capitania do Espírito Santo, a que expressamente, em carta ao Capitão Miguel de Azeredo, declara seu amor a nossa terra: “Boa é lá a nossa terra, mas não o conhecemos”.

Outras expressões carinhosas se poderiam colher em seus escritos. Por exemplo, a seguinte estrofe do Auto de Santa Úrsula (ano de 1595):

“Ditosa Capitania,
que o Sumo Pai e Senhor
abraça com tanto amor,
aumentando cada dia
suas graças e favor.”

Desde 1577 até Sua Santa morte em Reritiba, transcorrem duas décadas, quando provincial, superior, em Vitória, visitador das capitanias do Sul, em que nada aqui se realiza, sem sua benéfica e afetuossíssima influência.

Podendo escolher no Brasil, de Pernambuco a São Vicente, o local de seus derradeiros anos de vida, sente-se feliz quando lhe designam a sobredita aldeia, para ali cooperar com seu antigo discípulo de São Paulo, primeiro sacerdote jesuíta brasileiro (nascido em Vitória), o intrépido e zelosíssimo Padre Diodo Fernandes.

“Bem-aventurada terra em que tal Santo morresse” era. o que se vinha repetindo nesta ditosa Capitania... É o que quatrocentos anos depois, nesta paragem “mimosa e sagrada” dos versos de Dom Aquino, hoje engalanada com o abençoado nome de Anchieta, vamos solenemente comemorar. Depositando as flores de nossa devoção no Santuário do Apóstolo do Brasil.

Pe. Hélio Abranches Viotti S. J.

PADRE VIOTTI

O Padre Hélio Abranches Viotti, S. J., Presidente de Honra do Seminário que o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e a Academia Espírito Santense de Letras realizaram em honra do IV Centenário de morte do Beato Padre Anchieta, é o maior estudioso da vida e obra do Santo Jesuíta.

Padre Viotti nasceu em 16 de outubro de 1906, e completou 60 anos de sacerdócio e 73 de vida religiosa. Ingressou no Noviciado do Colégio Anchieta, em Friburgo, RJ, em 1922. Foi ordenado em Buenos Aires, Argentina, em 1936 e desde 1952 estuda a obra dos Jesuítas no Brasil.

Professor e historiador, o Padre Viotti publicou perto de 200 trabalhos, entre os quais se destaca o laureado Anchieta, Apóstolo do Brasil.

Com muita honra, esta Revista especial, de homenagem a Anchieta, se abre com MENSAGEM valiosa do Padre de Abranches de Viotti.

CONFERÊNCIAS

**Um Mestre
em Terras de
Santa Cruz,
Brasil Atual.**

ESTER ABREU VIEIRA DE OLIVEIRA

**UM MESTRE EM TERRAS DE SANTA CRUZ,
ATUAL BRASIL
ESTER ABREU VIEIRA DE OLIVEIRA**

HORA CREPUSCULAR

Veste negra. Suave olhar. Firme e leve caminhar.
Nas areias da praia de Reritiba compõe
à Virgem formosos poemas. Cabeça inclinada,
não sente os espinhos dos feros caminhos,
mas presente a hora crepuscular
e lamenta os filhos de meigo olhar
que deixará
desprotegidos
na selva hostil.

OLIVEIRA, Ester Abreu V. de, **Momentos.**

ANCHIETA

Guilherme de Almeida

Santo: erguestes a cruz na selva escura;
herói: plantastes nossa velha aldeia;
mestre: ensinastes a doutrina pura;
poeta: escrevestes versos sobre a areia...

Golpeia a cruz a foice inculta e dura;
invade a vila multidão alheia;
morre a voz sábia entre a distância e a altura;
apaga o poema a onda espumante e cheia...

Santo, herói, mestre e poeta: pela glória
que destes a esta terra e à sua história,
pela dor que sofremos sempre sós.

pelo bem, que quisestes a este povo,
ó novo Cristo deste mundo novo,
Padre José de Anchieta, orai por nós:

Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus, Ordem dos Jesuítas, nasceu em São Cristóvão de Laguna em Tenerife (Espanha) em 1533 e morreu em Reritiba (Brasil), atual Anchieta, na casa que a ordem tinha no Espírito Santo, em 1597, com 64 anos de idade, depois de ter vivido ativamente em missão catequizadora por 44 anos, na terra de Santa Cruz ou a dos Brasis.

Sacerdote, jesuíta notável pela evangelização dos indígenas brasileiros, recebe o cognome de “Apóstolo do Brasil” por sua atividade catequizadora. Obtém outros títulos por sua atuante vida no Brasil: “Fundador da Literatura Brasileira”, “Fundador do Teatro Brasileiro”, “Patrono do Professor Brasileiro” e “Dramaturgo do Novo Mundo”.

Remontando a 1549, lembramos que o regime das Capitânias Hereditárias, criado por Don João III, dá lugar ao estabelecimento de um poder central e El-Rey de Portugal designa como 1º Governador Geral a Tomé de Sousa que transfere o comércio de madeira para o do açúcar. Em 1553, na comitiva de Duarte da Costa, segundo governador geral, vem José de Anchieta para o Brasil. Ele é enviado para o planalto de Piratininga - berço da cidade de São Paulo - onde, com todo o entusiasmo de seus vinte anos, dá aulas a colonos e a índios, no Colégio Fundado por outro batalhador padre jesuíta, o Superior Geral da Companhia de Jesus no Brasil, Padre Manoel da Nóbrega a quem, muitas vezes, estará a vida de Anchieta ligada seja no magistério, na catequese ou na heróica intervenção em Iperoig, hoje Ubatuba, São Paulo, no armistício com os Confederados Tamoios. Mas cabe lembrar que é como professor que Anchieta iniciará o seu mister missionário no Brasil, ensinando aos filhos dos colonos e aos índios.

Cinco anos após a sua chegada, o jovem Anchieta tornou-se Reitor do Colégio de São Vicente e, vinte anos depois, quando tinha 43 anos, fica sendo o Provincial (o Administrador) da Ordem dos Jesuítas no Brasil.

Anchieta une as atividades de sacerdote com as de administrador, mestre e escritor (em prosa e verso). Essa última atividade ele exerce como filólogo, poeta e dramaturgo.

Anchieta possui uma grande capacidade de versejar. Com extrema musicalidade e candura escreve poemas e canções em português, espanhol, latim e tupi com a finalidade de doutrinar. Um exemplo desse objetivo é o poema-canção à Santa Inês, onde ele quer mostrar como são recebidos por Deus aqueles que o amam. O poema nos lembra os hinos sacros ou os poemas dos cancioneiros à maneira de Gil Vicente ou Jorge Manrique. Dividido em três partes, na primeira mostra a entrada da santa em nove quartetos: “Cordeirinha linda / Como folga o

povo / Porque vossa vinda / Lhe dá lume novo ” (primeira estrofe). Na segunda parte do poema, fala do martírio de Santa Inês e de seu trabalho de padeira: “ Não é d’ Alentejo / Este vosso trigo / Mas Jesus amigo / é vosso desejo ” (primeira estrofe) e na terceira parte glorifica a Santa, colocando-a digna esposa de Cristo: “ Entraí ad altare Dei / Virgem mártir mui formosa / Poisque sois tão digna esposa / De Iesu, que é sumo rei ”, esclarecendo entre parêntesis “cantam”, como uma didascália (uma rubrica). Com este artifício sublinha que o poema é um canto. A grande musicalidade na repetição “cordeirinha”, rimando com “padeirinha” e a presença contínua da vogal i dão aos pentassílabos dos quartetos um ritmo melódico, mostrando que em lugar da lição seca, própria de um sermão, prefere Anchieta a lição prática, ensinada e difundida através da poesia do canto.

Nos poemas que Anchieta escreve em latim eclesiástico, o medieval, para transmitir um amor singelo à Virgem, ele bebe não nas fontes de Virgílio ou Ovídio, mas nas singelas dos hinos eclesiástico de São Tomás de Aquino ou São Bernardo. Anchieta funde, em sua obra poética, duas épocas e culturas: a clássica e a romântica, já que, quando escreve em latim não utiliza a métrica clássica, mas um ritmo medieval como fez no poema “Assunção” no qual utiliza a popular redondilha:

Super caelos elevaria,
Virgo virginum praeclara,
Virgo clemens, Deo cara
Cristi Mater.

Tradução

Sobre os céus és elevada,
entre as virgens clara,
Virgem mansa, a Deus mui cara,
Mãe de Cristo

Os versos de sete sílabas unidos aos de três dão mais musicalidade ao poema. Logo, com esse procedimento, o poema se torna de mais fácil compreensão para o leitor (ou ouvinte).

Sem dúvida o trabalho missionário de Anchieta pode ser compreendido por seu aspecto social, numa existência benéfica e pacifista, e por seu aspecto literário. O seu teatro, à semelhança da maior parte do teatro jesuítico no Brasil, se adapta à nova cultura e, ao lado da herança européia, nele permanecem peculiaridades locais, como forma de atender ao ambiente e às finalidades didáticas.

As duas tendências artístico-literárias de Anchieta, poeta e dramaturgo, se unem para justificar o material didático que utilizará no afã de ensinar, ou ainda, para completar a figura de um homem de olhos claros, vestido com uma batina preta, surrada, encurvado pela tuberculose, que, mesmo com essa constituição enfermiça, mostra um espírito forte, na militância de seu ideal. Dessa maneira, procurando

expandir a sua crença e o conhecimento humanístico do mundo (o que então consistia o maior orgulho da humanidade) a membros de uma outra civilização e cultura, Anchieta se vale com propriedade de dois gêneros literários o lírico e o dramático.

Anchieta passa a mocidade e a velhice ensinando nas plagas tropicais ou semi-tropicais da Terra de Santa Cruz, embrenhado-se pelas florestas, subindo rios e montanhas, ferindo-se nos espinheiros, esfriando-se nas intempéries, alimentando-se de saborosos, exóticos e desconhecidos frutos, captando a visão de uma florida e esplendorosa vegetação, caminhando pelas amplas e extensas praias, jamais imaginadas, e navegando pelas glaucas águas do Atlântico que circundam a estão Terra de Santa Cruz. Mas havia transcorrido a infância e a adolescência na tropical ilha Tenerife - pertencente ao arquipélago das Canárias - banhada, como o Brasil, pelas águas do Atlântico. Devido à proximidade com as costas africanas, seu clima é subtropical e possui como o Brasil, flora tropical. Porém, pela origem vulcânica, o relevo é acidentado e as praias são curtas. Logo se a pátria adotada tem divergências com a de origem no aspecto da semelhança/diferença, ele abraça, carinhosamente, a nova terra na fecunda atividade de pastoreiro sacerdotal.

Retornando a um passado mais remoto.

O que havia visto o menino Anchieta de belos olhos azuis espelhando o céu? O céu azul tropical, o pico de Teyde projetando para o céu, revestido de neve, recortando a saliência da verde paisagem e, muitas vezes, oculto por oscilante névoa... Havia observado o menino a planície do vale de Laguna, a única nessa terra reduzida e acidentada de sua ilha. O Atlântico banhando as reduzidas areias ou chocando-se nas rochas das escarpas. Havia sentido os ventos alísios vindo do norte chocarem-se com as palmeiras ou as brisas marinhas moverem a vegetação semi-tropical.

Quais as reminiscências do homem ilhéu, adulto, em longínquas terras? É possível que seja a pureza da paisagem insulana e o aconchego da vida familiar. O afeto materno e os primeiros ensinamentos cristãos recebidos até a adolescência... A primeira devoção cotidiana diante da imagem da Santa Mãe de Deus, de um quadro medieval, da Virgem dos Remédios, onde sobressaía o azul celeste, que os olhos límpidos de um menino haviam admirado. Com certeza são outras lembranças que acompanham o homem piedoso, maestro inigualável, que adulto compõe poemas marianos, nos quais ressalta a pureza da Virgem Maria ou bondade de Deus em enviar à Ana “na derradeira idade” uma filha para ser a Mãe de Deus, no poema “Hora da toda Imaculada Conceição Virgem Maria”, escrito em latim. O mestre, como o padre medieval espanhol Gonzalo de Berceo, tece louvores ora à Virgem, ora aos Santos e ora à Eucaristia com a sua grande sensibilidade. Como refém dos índios, em Iperoig, é para a Virgem Santa que faz versos na areia e, posteriormente, os reescreve no papel. Passeando à beira-mar, ouvindo o murmúrio das ondas do mesmo Atlân-

tico de sua infância, escreve, na lígua mãe, o latim, o extenso poema, como resultado de um processo de emoções acumuladas, “De Beata Virginea”, no qual reconstrói a história da Virgem Maria, Mãe de Deus. Há versos como “Bem aventurado quem na solidão bendita de uma noite serena, / de tanto te amar, em ti medita,/ e de tanto meditar mais te ama” que recordam o renascentista poeta espanhol, Fray Luis de León do poema “Noite serena”. O poeta Canário ressurge na solidão e no silêncio de Iperoig, paisagístico, se mostra alegre num quadro de um amanhecer: “Eis, porém que a terra envolta em sombras, contempla nas dobras serenas do céu,/ o primeiro clarão da luz desterrada./ Esta estrela de novas cintilações,/ envia a luz diurna que põe termo/ às trevas da noite.” E, a partir dessa luz que fere os olhos, o poeta faz a sua invocação à Maria como a luz do mundo o que nos leva a recordar os poemas marianos dos monges medievais como Gonçalo de Berceo. Oscar Gama¹ diz ser o texto mais barroco de Anchieta. Não nos interessa discutir esse mérito.

Na adolescência de Anchieta as lendas, propagadas pelos romances, e as heróicas abnegações dos santos mártires impressionam a sua mente juvenil e dirigem o futuro de sua sensibilidade artítica e missionária. É então que faz a primeira travessia oceânica de Tenerife à Coimbra, em 1548. Lá, no Colégio dos Jesuítas, recebe os benefícios da Renascença: ideal de perfeição de sua época, a cultura, a habilidade de compor versos em latim, o individualismo e, junto com os jesuítas, a força de luta inaciana e didática de ensino.

Em 1551 entra para a Ordem dos Jesuítas. A Companhia de Jesus é então um instrumento da Contra-Reforma. Essa Ordem usa como meios para convencer aos “infiéis” dos seus propósitos a pregação, a confissão e o ensino. Por essa razão a ordem privilegia o preparo cuidadoso de seus professores. Anchieta, como um membro dessa Ordem, não pode deixar de objetivar o ensino, ou seja, a educação da juventude, semente para uma nova colheita.

No século XVI desenvolve-se na Europa uma atitude crítica e reconstrutora, ajudada pela observação direta, experimentação dos fenômenos da natureza, investigação biológica da ciência moderna, sentido exato e o desenvolvimento educacional. A análise introspectiva da vida emocional conduz à produção da arte e da literatura e, como um dos objetivos da Companhia de Jesus é a conversão dos infiéis, ela se vale para isso de métodos agradáveis como a repetição de poemas em cantos, ou em forma dialogada, e a representação de autos. Assim, de uma maneira amena, os jesuítas objetivam ensinar a religião aos índios (os infiéis da América) e fortalecer a religião dos colonos, dentro de uma base humanística.

Em 1558, com apenas 25 anos, Anchieta torna-se Reitor do Colégio de São Vicente e em 1576 com 43 anos, Provincial da Ordem.

Com o espírito de um pedagogo, o inteligente padre, para melhor exercer os

1. GAMA FILHO, Oscar, Razões do Brasil p. 23.

seus objetivos, aprende a língua dos nativos, o tupi, que conta com maior número de falantes. Com esse mesmo espírito didático, para facilitar o trabalho de outros jesuítas, e, também, com um afã científico nato de filólogo e sua facilidade no aprendizado de línguas, já que sabe o português, o espanhol e o latim, aprende a língua dos nativos, chegando a escrever a “Arte da Gramática da Língua mais usada na Costa o Brasil” (1595), cujo esboço ele escreve em seis meses. Consta o trabalho de uma fonética e uma fonologia do tupi e de seus aspectos morfo-sintáticos. Nela Anchieta obedece às normas gramaticais vigentes e mostra o labor de um comparatista. Utiliza uma língua geral que naquela época se usa, começando acima do Rio Maranhão e indo até o Paraguai, entrando os pitiguera de Pernambuco, os tupinambás da Bahia, os tupiniquins e os tupiminós do Espírito Santo e os tamoios do Rio de Janeiro entre outros.

Seu labor filólogo ajuda os futuros catequéticos, pois aprender o tupi é indispensável para embrenhar-se em nossas florestas. A gramática de Anchieta é útil para a catequese e para a ciência. Só um grande mestre se preocuparia em transmitir as suas experiências, auxiliando o trabalho dos outros mestres, dos colonos, dos índios, dos futuros governantes e de seus pares na Ordem (homens cultos humanistas, no seu ofício missionário), porque a “Arte Gramática” arte das línguas brasílicas se fazia uma necessidade apremiante aos que aqui vinham.

Não só a gramática mas também outros escritos de Anchieta em tupi, autos e diálogos, servem para os padres que ele, como Provincial, manda para Tucumã, fundando no Paraguai uma missão entre os índios. Os “Diálogos” são textos em tupi, com tradução literal em português. Com a técnica dialogada (pergunta e resposta), explica os dogmas cristãos em tupi. Há, nessa obra, o desejo de doutrinar cristãmente os índios a respeito do sinal da cruz, sacramentos, paixão de Cristo, mandamentos e o Pai-Nosso.

Anchieta também ensina o latim aos Irmãos menos experientes e produz literatura nessa língua. É devido aos seus conhecimentos do latim clássico e eclesiástico que se apoia a sua gramática na nomenclatura da gramática latina. Com elementos dessa última ou das que a seguem (a de Nebrija - 1492 - e a de João de Barros - 1540) faz a descrição e normalização da nova língua, é óbvio que para exercer-se o magistério é preciso ter conhecimento. Por isso só se pode ensinar o que se sabe. Assim, como homem humanista do século XVI, Anchieta tem que ensinar com os ideais e conhecimentos de sua época, ainda que use métodos mais avançados de seu tempo, e, como religioso cristão, com a doutrina cristã, da implantação da cultura europeia no Brasil e do ensinamento da língua e cultura americana. É, hiperbolicamente falando, responsável pela miscigenação das culturas da Europa e do Brasil.

Os preceitos de Horário o norteiam na sua atividade de mestre ao tornar

agradável a lição para melhor incuti-la no espírito dos alunos ou para dissolvê-la culturalmente. Atuando, de acordo com a tarefa dos inacianos, lança mãos de peças teatrais, de danças, de músicas, de todos e quaisquer recursos sensoriais e, por isso, procura aprimorar-se na língua dos “gentios” e escolher, entre as inúmeras línguas faladas pelos indígenas, uma “língua geral” com base nos traços lingüísticos comuns e vocabulário tupi, com o fim de comunicar-se oralmente com os nativos ou para nela escrever os seus ensinamentos que são representados por seus alunos, os quais, ao mesmo tempo que se divertem, memorizam os ensinamentos. É na catequese com os “curumins”, durante as aulas, como todo professor curioso e cuidadoso, que Anchieta aperfeiçoa a aprendizagem do tupi.

Oscar Gama em “Razão do Brasil” (p. 08) diz que a gramatização do tupi constituiu, de fato, um aprisionamento da liberdade de expressão lingüística dos índios em códigos alienantes e opressores que os jesuitas se encarregavam de impor até mesmo às tribos que não falavam o tupi...” Temos nesse transvestir lingüístico a força do poder e concordamos com ele, pois toda aculturação é efeito do poder. No entanto, discordamos de seu teor saudosista, quando assinala o conflito dos dois mundos, o dos religiosos inacianos e o dos nativos da terra. Esse procedimento tem sido um fato entre conquistador e conquistado (ou usurpador e usurpado). Não é assim que acontece durante o domínio do Império Romano? Não são os povos nativos, por exemplo, o da Península Ibérica, subjugados pelos invasores? Não é graça a essa aculturação que hoje falamos a tão bela “flor do Lácio” e que a Península acompanha a evolução do mundo clássico e do modernismo do mundo romântico?

Anchieta, em sua carta quadrimensal de 1554, descreve o doutrinar jesuítico dos índios nas escolas da Companhia de Jesus. Explica ele que: “Depois de rezarem pela manhã ladainhas, na igreja, seguindo a lição, e de cantarem à tarde a Salve-Rainha, faziam procissões com grande devoção, disciplinando-se com a auto-flagelação. Ali se ensinava a ler, a escrever, a cantar, a repetir o Pai-Nosso, a Ave-Maria, o Credo e o Salve-Rainha, os mandamentos, enfim toda a doutrina para, segundo Anchieta, que virem a suceder em lugar de seus pais e formarem o povo de Deus”.

No seu magistério catequético, Anchieta sente que a língua dos selvagens é um dos poderosos instrumento. Reconhece que, com a falta de seu conhecimento, é impossível devassar aquelas almas “bárbaras”- a concepção de estrangeira, estranha aos costumes do homem renascentista europeu. Sem dominá-la é difícil semear a sua doutrina e cultura. Para isso é preciso valer-se das próprias expressões dos silvícolas. De posse delas e de seu conteúdo semântico, então, pode-se desenvolver a catequese. Como eficiente professor, sabe Anchieta que esses elementos lhe fornecem a revelação da alma primitiva desse povo, obscuro, indecifrável, da cultu-

ra, da compreensão cósmica em relação imediata com os elementos da faustuosa natureza americana. O educador, como um lapidador que pule a pedra bruta em diamante, começa a desbravar o elemento humano. Com a força do entusiasmo de uma alma poética, obstinada e piedosa vence a saudade e a distância da pátria no trabalho.

Anchieta, absolvido pela beleza da luxuriante natureza, sobre ela escreve em **“Informação Sobre a Província do Brasil:”**

“ Todo o Brasil é um jardim em frescuras e bosques, e não se vêem todo ano árvores nem erva seca. Os arvoredos se vão às nuvens, de admirável altura, grossura e variedade de espécies. Muitos dão bons frutos, e o que lhes dá graça é que neles há muitos passarinhos de grande formosura e variedade e em seu canto não dão vantagem aos rouxinóis, pintassilgos, colorines e canários de Portugal. Os pássaros fazem harmonia quando o homem vai por este caminho, que é para louvar o Senhor, e os bosques são tão frescos que os lindos e artificiais de Portugal ficam muito abaixo. Há muitas árvores de cedro, aquila, sândalos e outros paus de bom odor e várias cores e tantas diferenças de folhas e flores que para a vista é grande recreação e, pela variedade, não se cansa de ver. ”

Depois da leitura desse texto não preciso dizer mais do amor que Anchieta tem à terra brasileira. E não está no amor a eficiência no magistério ?

Bibliografia

ANCHIETA, Pe. José de. **Diálogo da Fé**. Intr. Pe. Armando Cardoso, S. J. São Paulo: Loyola, 1988.

----- **Poemas eucarísticos e outros** de eucaristia et alii. Poemata varia. Trad. Intr. Pe. Armando Cardoso, S. J. São Paulo: Loyola, 1975. 244 p.

----- **Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. Apresentação Carlos Drummon. Aditamentos Pe. Armando Cardoso, S. J. São Paulo: Loyola, 1990. 231 p.

GAMA FILHO, Oscar. **Razão do Brasil**, em uma sociopsicanálise da literatura capixaba. Rio de Janeiro; José Olympio/Fundação Ceciliano, 1991. 116 p.

QUEIROZ FILHO, Antônio. A vida heróica de José de Anchieta. São Paulo: Loyola, 1988. 109 p.

OLIVEIRA, Ester de Abreu Vieira. **Momentos**. Vitória, 1988.

NEVES, Jaime Santos. A outra história da companhia de Jesus, Vitória; Espírito Santo (sed.) 1984. 183 p.

**Anchieta,
O Jesuíta.**

LUIZ BUSATTO

ANCHIETA, O JESUÍTA

Luiz Busatto

Todo povo tem os seus heróis. Em qualquer área das atividades humanas, os povos sempre precisam de modelos. A escolha da excelência destes modelos é sempre o resultado de uma aspiração coletiva. Assim, não podia ser diferente em relação à área religiosa. Por que foi eleito Anchieta e não foram os outros jesuítas que eram tantos e tão ou mais ousados que ele? Creio que a resposta repousa no imaginário popular. Os próprios jesuítas contribuíram para isto ao darem início ao processo de santificação de um companheiro. A prova? Vejam o livro **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas** do padre João Antônio Andreoni, sob o pseudônimo de André João Antonil, de 1711, que abre seu livro com uma página dedicada à canonização de Anchieta.

Aos senhores de engenhos, e lavradores do açúcar e do tabaco, e aos que se ocupam em tirar aura da minas do estado do Brasil.

Deve tanto o Brasil ao Venerável Padre José de Anchieta, um dos primeiros, e mais fervorosos missionários desta América Meridional, que a boca cheia o chama seu grande Apóstolo e novo Taumaturgo, pela luz evangélica, que comunicou a tantos milhares de índios, e pelos inumeráveis milagres, que obrou em vida, e obra continuamente invocado para beneficio de todos. Porém confessar estas obrigações e não cooperar as glórias de tão insigne benfeitor, não basta para um verdadeiro agradecimento, devido justamente, e esperado. Para excitar pois este piedoso afeto nos ânimos de todos os que mais facilmente podem ajudar como agradecidos obra tão santa, como a da canonização de um Varão ilustre, procurei acompanhar esta justa petição com alguma dádiva, que pudesse agradar, e ser de alguma utilidade aos que nos engenhos de açúcar, nos partidos, e nas lavouras do tabaco, e nas minas de ouro experimentam favor do Céu com notável aumento dos bens temporais. Portanto com esta limitada oferta provoco aquela generosa liberalidade, que não consente ser rogada, por não parecer que dando quer vender benefícios. E ao mesmo Venerável Padre José de Anchieta peço encarecidamente, que queira alcançar de Deus centuplicada remuneração, na terra e no Céu a quem se determinar a promover com alguma esmola as suas honras, para que publicadas nos templos, e celebradas nos altares, acrescentem também major glória àquele senhor benfazejo.

Pode-se dizer que a Companhia de Jesus produziu quase toda a história do Brasil até a sua expulsão em 1759. Como interpretar o Brasil e os jesuítas senão sob a ética dos mesmos? Como, se eram eles que escreviam, e como escreviam, se eram eles que tinham propriedades produtivas de forma a competir com as da cone, sobretudo porque se organizaram do norte ao sul do país? A primeira e as demais biografias de Anchieta foram todas feitas por jesuítas, inclusive a mais autorizada

do Pe. Viotti e a **História da Companhia de Jesus no Brasil** do Pe. Serafim Leite. Quem tem mais autoridade para falar do **Poema da Virgem** e dos **Feitos de Mem de Sá** do que o Pe. Armando Cardoso que os traduziu e que acaba de lançar uma nova edição, a sétima da **Arte da Gramática da língua mais falada na Costa do Brasil**?

Para sentirem a diferença dos escritos jesuíticos para com os demais basta ler uma biografia de Anchieta de um Celso Vieira ou de um Jorge de Lima para avaliarem o peso da autoridade dos jesuítas. **A vida de Anchieta** de Jorge de Lima, recém convertido, tem um quê de simpatia e de dimensão religiosa como raramente se vê. Os fatos comentados, porém são tirados das próprias cartas de Anchieta e da correspondência e escritos dos demais jesuítas.

Deve-se também mencionar o Pe. Antônio Vieira que, morto exatamente um século depois de Anchieta, em 1697, deixou uma obra vastíssima, uma leitura até pouco tempo atrás obrigatória para quem escrevia português, foi o mais expressivo orador do seu tempo e exerceu uma influência diplomática nas cortes européias realmente de espantar.

O Estado do ES teve o privilégio de acolher em vida e, sobretudo, na sua morte, o jesuíta José de Anchieta. Fala-se muito a respeito dele, ultimamente, e nem sempre o que se diz parece justo ou minimamente aceitável. A imaginação popular leva alguns a exageros que não condizem com a verdade histórica dos fatos. Alguns simplesmente deliram sobre o personagem porque desconhecem a História, suas fontes e documentos.

Recentemente, em 1988, o professor José Augusto Carvalho ao publicar **Por uma política do ensino da língua** inicia o capítulo sobre A ESCOLA dizendo que: "A Educação no Brasil começou em 1549, com a chegada dos jesuítas, com o objetivo de propagar a fé, nos seus trabalhos de catequese. Era uma educação basicamente etnocida, genocida e elitista: etnocida, porque propunha suprimir a cultura indígena, substituindo-a pela portuguesa, e impor aos índios a fé cristã, em substituição às crenças e costumes nativos; genocida, porque, pelos preceitos médicos da época segundo os quais a cura para a tuberculose poderia ser obtida pela mudança de alma, os jesuítas que vieram para o Brasil ajudaram a dizimar os índios, transmitindo-lhes, juntamente com o batismo, além do bacilo de Koch, as muitas outras doenças típicas dos brancos, às quais o organismo do "índio não tinha condições de resistir; e elitista, porque estava a serviço dos pontos de vista do branco dominador, cuja cultura era imposta."

Em apenas doze linhas o professor descarrega em Anchieta todo seu anticlericalismo e traumas pessoais e faz dele um saco de pancadas. Nada mais injusto, tamanha a desinformação histórica E ainda mantém a postura ingênua de Rousseau de considerar todo selvagem, o Bom! É claro que a própria palavra **selva-**

gem já conota um sentido negativo. Logo após, José Augusto se contradiz afirmando: "Depois que os jesuítas foram expulsos do Brasil, em 1760, por ordem de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ... a Educação no Brasil passou por uma fase de decadência, só modificada com a vinda da família real, em 1808." Mas como foi possível uma **decadência** depois das acusações tão categóricas acima?

Há também quem fale dos jesuítas como moradores de convento, enfiados em claustros, tratando-os como monges a cantar matinas e laudes, etc. Os jesuítas não eram conventuais.

Há políticos pretendendo fazer abaixo assinados para conseguir, no grito, a canonização do referido padre. Recentemente o jornal trouxe a seguinte declaração "Américo Menezes discorre sobre o apóstolo, seu túmulo, a praia onde ele escrevia seus poemas e que se chamava Reritiba." (Gazeta - turismo ,8-1-1997). O referido professor não disse esta bobagem que foi acrescentada pelo jornalista. Alguns falam em turismo religioso, não esquecendo que há uma ameaça de se fazer um filme sobre o padre, uma idéia excelente, desde que não seja eivada de preconceitos e ignore elementares informações históricas. Insistir nestes aspectos negativos seria um nunca acabar, pois, como disse Voltaire, "eterna é a tolice humana mas também eterno é o combate contra ela."

Anchieta era um jesuíta e só quem conhece um pouco a ordem religiosa a que pertenceu e a sua própria história sabe que toda uma montanha de equívocos se originam da ignorância destas informações. As pessoas, na modernidade, sobretudo o espectador televisivo, opina sobre tudo e sobre todas as coisas com a maior cara de pau, fazendo disto um apanágio da liberdade de opinião e da cidadania.

A Companhia de Jesus

Fundada em 1539, quando o papa Paulo III concedeu a sua aprovação oral, ela só se consolidou em 27 de setembro de 1540 com a bula papal **Regimini militantis ecclesiae**. Foi um Deus nos acuda na Cúria romana para que tal acontecesse. Uma ordem religiosa nova era algo inconcebível. O fundador desta Ordem Religiosa foi um basco de nome Inácio de Loyola, 1.58 m de altura. Convertido dentro da própria fé cristã, sentiu a força e atração de uma missão que considerou divina. Associam a decisão por ele tomada com a rachadura da parede do castelo dos Loyola, por onde julgam ter saído o próprio diabo. A vida de Inácio é digna de atenção, cheia de andanças e contratempos, de solidão, de mendicância, de prisão, de viagem à Terra Santa, etc. A Cúria Romana e o governo da igreja Católica iam mal das pernas. A Reforma luterana já grassava na Europa. Inácio conseguiu reunir ao seu redor um

pequeno grupo de seguidores do mesmo objetivo que, no fundo, era um retorno à doutrina e espírito do evangelho, Inácio precisou de muita constância e de toda diplomacia, da área de influência, pois afinal era um nobre da época. A 3 de maio de 1539, condensam suas resoluções - Inácio já trabalhava em grupo - em onze curtos capítulos e até o dia 24, empenham-se em esclarecer as questões em suspenso. Providencialmente, em vez de irem para a Terra Santa, por causa da guerra entre Veneza e a Turquia, foram parar em Roma. E vêem nisto já uma intervenção providencial de Deus, pois a Ordem vai se concretizar. A nova Ordem, um grupo de seis, fazia votos de pobreza, castidade e obediência. Renunciava ao uso de um hábito particular, à oração no coro, às austeridades de regra. Não deveriam aceitar cargos eclesiásticos. Poderiam possuir rendimentos para as casas de estudo destinadas à formação de jovens religiosos, e chamar-se-ia "Companhia de Jesus". Donde se conclui que a SJ, iniciais de Societas Jesu, inova na Igreja, com a aprovação papal, um novo tipo de vida e ação religiosa. A SJ é uma ordem militante e não conventual. Possui casas, residências e colégios. Inácio de Loyola que em tempos de recém-convertido vivia de esmolas descobriu que era impossível esmolar para sobreviver e conciliar esta tarefa com estudos e trabalho de atendimento religioso, ele que estudou no meio de crianças depois de adulto e conseguiu se formar mestre de Letras em Paris em 1534. Neste ano nascia um parente seu, era Anchieta. A SJ adota os costumes dos lugares onde exerce sua atividade, não se distinguindo pelo hábito que veste mas pela conduta que assume. A qualidade fundamental do fundador da ordem era a fé na Transcendência e tudo o que fazia convergia para a maior glória de Deus. As decisões que tomava eram feitas através de métodos e exercícios espirituais, tendo Jesus Cristo como mediador nesta transação. A conversão de Inácio se dera graças à **Vida de Cristo** de Rudolfo de Saxônia. Também a **Imitação de Cristo** era um dos seus livros prediletos. Numa época de isolamento e meditação, em Manresa, Inácio teve revelações místicas e forjou um livreto, **Os Exercícios Espirituais**. É exatamente o que passou para os primeiros seis companheiros que conseguiu aglutinar ao seu redor, não sem um anterior fracasso na tentativa de arranjar adeptos do seu ideal. Diogo Laynes, Alfonso Salmeron, Pascoal Broet, Jean Codure, Cláudio Jaio. A eles vão se agregar também mais quatro num grupo de dez, dez que valiam por mais de cem: Pedro Fabre, Francisco Xavier, Simão Rodrigues e Nicolau Bobadilla. O grupo cresce em qualidade quando se nomeiam um Pedro Ribadeneira, um João Polanco, o secretário, um Pedro Canisio, um Francisco de Borja, estes dois últimos também santos da igreja Católica. Quando Inácio de Loyola morreu em 1556 os jesuítas eram mais de mil, mas só 38 eram professos, isto é, faziam o quarto voto de obediência ao Papa. Quem não era professo era "coadjutor". A Ordem tinha também irmãos leigos que não se destinavam ao sacerdócio, mas que

faziam os três votos e se dedicavam aos trabalhos físicos. Houve uma tentativa de três mulheres fundarem a parte feminina da Ordem. Mas as três deram mais trabalho que todo o resto e foram mandadas embora com autorização do Papa.

Até alguns anos atrás para se formar um jesuíta, o caminho a percorrer depois do segundo grau completo, consistia em dois anos de noviciado, um de juniorado, três anos de filosofia, dois de magistério e quatro de teologia. Anchieta foi um jesuíta que deu certo; mas é bom que se saiba que fez todo o curso sendo acompanhado por padres e colegas sem sala de aula até se ordenar sacerdote em 1566, na Bahia.

José de Anchieta

Anchieta era parente próximo de sangue de Inácio de Loyola. Dizem os biógrafos, inclusive que ambos tinham os olhos azuis. O porque Anchieta veio para o Brasil todo mundo sabe, o que a maioria ignora é o aspecto principal, que era um jesuíta. Depois da expulsão do Brasil, o termo jesuíta passou a significar "hipócrita falso e mentiroso", exatamente, por causa da campanha difamatória contra eles promovida pelo Marquês de Pombal. Os jesuítas eram, pela sua competência, confessores de reis e nobres e estavam continuamente metidos em serviços diplomáticos. Jesuíta quer dizer, em latim : assim como Jesus. A explicação para a expulsão se deveu ao poder dos jesuítas. Poder e propriedades. As propriedades dos jesuítas nas Américas incomodaram todos os reis da Europa, menos o Papa nos Estados Pontifícios e Catarina, a Grande, da Rússia que não permitiu a expulsão dos jesuítas do seu império.

Hipócritas ou não, o certo é que não há História do Brasil sem a História da Companhia de Jesus. E se Anchieta, Nóbrega e os demais foram hipócritas há muito pouco a salvar da História do Brasil. Anchieta escreveu muito, deu-se a conhecer no papel através de obras literárias e através de uma volumosa correspondência. Escrever cartas sempre foi uma atividade organizacional de primeiro plano na Ordem Religiosa. Santo Inácio deixou até 1549, 920 cartas e depois desta data mais 6641 num total de 7561 cartas. Pode-se saber tudo sobre os jesuítas, basta ir ao arquivo da Igreja do Gesù em Roma. O problema é o acesso. (Pessoalmente conheço três volumes de cartas seletas de Inácio, de Francisco Xavier e de Anchieta.) E todo jesuíta sempre foi livre de escrever quando e o que quisesse para colegas e superiores.

Em tudo o que fazia e dizia Anchieta era um jesuíta, um homem que acreditava na Transcendência, tinha fé em Deus, na existência de uma vida além desta. Como justificar o seu procedimento sem a crença em um Deus?

Como jesuíta, Anchieta tinha uma linha de comportamento em nada condizente com o que falam em geral dele e dos jesuítas. As pessoas, hoje, não sabem o que seja e não valorizam o ascetismo, a penitência, o jejum, certas renúncias, a sublimação da vida sexual, o valor da oração, etc. Os meios de comunicação apresentam os padres, hoje, sempre de forma caricata ou então como uns fantoches e esquecem os padres bons, que são maioria. Ainda existe uma unanimidade em reconhecer em certos religiosos algo de sobrenatural e válido, como o caso do padre João Batista Reus em São Leopoldo, RS; como o da irmã Dulce na Bahia; de um Frei Damião ou de uma Teresa de Calcutá. Se estas pessoas não são santas em vida, fica difícil falar de Transcendência.

José de Anchieta, pelo que se deduz de suas cartas devia exercer uma enorme influência sobre os indígenas por certas qualidades inatas e por aquilo que poucos ousam confessar de público, uma vontade divina. Anchieta tinha algo de pajé dos brancos. Consciente de sua debilidade física e de suas limitações humanas, Anchieta vivia e agia como se tudo dependesse do Deus no qual acreditava e que prescrevia costumes diferentes dos costumes indígenas. O que escandalizava os brancos europeus e aos padres de então foi resumido em três pontos principais: a nudez adâmica das populações brasileiras, o desregramento sexual das mulheres índias e a antropofagia. Pero Vaz de Caminha foi o primeiro a testemunhar o encanto da nudez simples na sua carta. Já Américo Vespúcio se espantava com a libidinagem das índias. Anchieta também, mas devemos creditar o mal da antropofagia a ser combatido porque desconhecia a concepção antropológica relativa à reprodução humana. De fato. Tal procedimento explicava-se na antropofagia. As índias procuravam engravidar do inimigo preso ou dos cristãos para se banquetear com a carne tenra das crianças que consideravam fruto apenas da semente masculina e não delas. Tal procedimento justifica a lenda ou história anedótica de Anchieta tendo de ir ministrar os Últimos sacramentos a uma velha índia e de lhe ter perguntado qual era seu último desejo. A resposta foi o desejo de roer a mãozinha bem tostada de um curumim, isto é, de uma criança.

A imposição da fé e do império portugueses, não pode ser discutida aleatoriamente, mas reconsiderada diante do pragmatismo da história que não é utópica. A fazer disto uma bandeira de luta, qualquer religião deveria ser banida do mundo. E é isto o que quer e deseja uma minoria de agnósticos e ateus que só acredita na verdade das ciências positivas. Este sistema pragmático, positivista se opõe a todos os sistemas de crença que se baseiam na aceitação de fé. Religião é crença na Transcendência, é um outro sistema cuja verdade não repousa na experiência das ciências positivas. Aí entra o problema do porque da vida e do milagre, da intervenção mais ou menos acentuada do divino no humano, ou sua manifestação. Anchieta

sempre acreditou na manifestação do divino na sua e na vida de seus correligionários. E pronto.

A canonização de Anchieta

A matéria tem rendido assunto há quatro séculos mas nunca se poderia imaginar que adquirisse um aspecto tão aviltante como se tem notado nos jornais. Quem acompanha pequenas interferências e opiniões nos desvãos das colunas jornalísticas deve ter percebido: querem fazer turismo religioso, atrair divisas e mão de obra para desocupados às custas da santidade de Anchieta. Querem que seja santificado no grito, na votação e nos abaixo assinados dentro de um projeto político ou empresarial a curto prazo como costumam ser os projetos agrícolas e industriais. Esquecem, em primeiro lugar, porque e como a Igreja Católica age através do seu sistema jerárquico. Em segundo lugar, esquecem o mais importante: a santificação de Anchieta não depende só da vontade humana e dos fiéis. Depende, sobretudo, do Transcendente. O ou os milagres necessários para provar que Anchieta é e foi um santo devem ser um problema resolvido também no outro lado da vida e do mistério que ninguém sabe. Também existe um ritual a ser cumprido e um processo que tanto pode ser rápido como pode ser secularmente demorado. A igreja está cheia de servos de Deus, de Veneráveis, de Beatos que estacionaram no tempo e não caminham para a veneração dos altares. A igreja Católica leva muito a sério o mito da santidade nos altares. Todo santo é comprovadamente um herói do seu grupo social, um intercessor dos homens junto de Deus porque se inseriu e vive no eterno estado da Graça Divina.

Uma carta de Anchieta a Inácio de Loyola

Lendo-se e analisando uma carta de Anchieta há muito que aprender de lições históricas sobre a vida no Brasil ao tempo da descoberta. A que ele escreveu ao fundador da Companhia, por exemplo, em julho de 1554, é bem significativa. Primeiro fala de órfãos que Portugal mandava para o Brasil para que os padres cuidassem deles. A estes os padres acrescentavam órfãos mestiços da terra, cuja qualidade está assim descrita: "é a gente mais perdida desta terra, e alguns piores que os mesmos índios." Pensavam os padres em fazê-los línguas ou intérpretes na catequização e conversão dos gentios. Pensavam em fazê-los irmãos leigos da Ordem ou encaminhá-los de outro modo na vida.

Pais depósito de criminosos de toda espécie, prostitutas, órfãos aleijados e doentes como o próprio Anchieta. O jovem Anchieta nota ao Padre Inácio "que

aqui, onde as mulheres andam nuas e não sabem se negar a ninguém mas até elas mesmas cometem e importunam os homens, jogando-se com eles nas redes porque têm por honra dormir com cristãos."

Anchieta não era antropólogo do século vinte para perceber que, na mentalidade dos naturais da terra a mulher não era parte essencial na reprodução humana. Era apenas como a terra na sementeira. Hoje todos sabemos que as índias procuravam engravidar dos inimigos para comer a carne tenra das crianças. Belos costumes que o cristianismo veio atrapalhar!

Quando se fala deste jovem Anchieta escrevendo versos em latim em louvor à Virgem Maria nas praias de Iperoig não se mede a estatura moral da pessoa que era. Aquilo era um compromisso de votos com a sua crença na Transcendência. Abandonado e refém em Iperoig, no meio de uma tribo de costumes bem diversos, estava claro que foi um stratagema para fugir do assédio das índias e da ameaça contínua dos homens que não viam o momento de lhe quebrar o crânio e de banquetear-se com a carne do homem branco. Nada me tira da cabeça de que aquele jovem de olhos azuis e de roupas escuras sobreviveu entre os índios por ter sido considerado, também pelos índios como um pajé dos brancos. Havia sem dúvida um temor e ao mesmo tempo uma vantagem na sua pessoa. Uma das questões que logo no início tratou em uma de suas cartas foi a prática da sangria usada por Anchieta que ajudava na cura dos doentes. Santo Inácio fez vista grossa e aprovou. Segundo as normas atuais Anchieta deve também ser acusado da prática ilegal da medicina como foi acusado de transmitir o bacilo de Koch descoberto em 1882!

Numa Época em que não se crê em nada de sério, em que não se acredita na vida além da morte, não vejo sentido em se falar de direitos humanos se a morte nivela bons e maus, heróis e bandidos.

Anchieta, o jesuíta, foi um homem de outra dimensão como muitos de seus colegas no Brasil ainda nos dias atuais. E os bárbaros ocidentais estão precisando muito mais do seu exemplo do que os índios daqueles tempos.

**Padre José de
Anchieta,
O Poeta**

MÁRIO BONZANO

PADRE ANCHIETA O POETA

Mário Bonzano

A vida do grande apóstolo do Brasil, é, sem dúvida, bastante conhecida. Assim sendo, após breve introdução, onde serão apresentados alguns dados que julgamos oportunos, mostraremos o outro lado pouco conhecido de sua vida, dedicada totalmente à grande missão de civilizar os indígenas brasileiros.

Filho de família nobre que, por questões políticas emigrara em busca de refúgio na ilha de Tenerife (pertencente ao arquipélago das Canárias), nasceu em S. Cristóvão da Laguna, em 19 de março de 1534.

E, curiosa coincidência, nesta mesma data, Inácio de Loyola. Fundava na Espanha a companhia de Jesus, que tanto se destacou pela sua elevada cultura e pela ação civilizadora no continente americano..

Aos 14 anos, o jovem Anchieta foi enviado pela família para Coimbra um dos mais tradicionais centros de cultura humanística daquela época, onde realizou um brilhante curso de latim, o que lhe permitiu dominar perfeitamente aquela língua, considerada oficial na fase renascentista.

Ingressou na ordem dos Jesuítas, já célebre pelo elevado nível cultural e pela sua ferrenha defesa das doutrinas católicas.

Foi enviado para o Brasil, tendo aqui chegado em 13 de julho de 1553 juntamente com Duarte da Costa.

Dando vazão ao seu espírito literário, na capitania de S. Vicente escreveu peças teatrais, para mais facilmente transmitir os novos conhecimentos religiosos.

Em 1554, ao lado do recém fundado colégio, que daria origem à grande metrópole de S. Paulo, foi criado um seminário, onde Anchieta ensinava latim, castelhano, religião e bons costumes, enquanto se esforçava para assimilar, o mais depressa possível, a língua tupi.

Ao percorrer praias brasileiras, fundou vilas, colégios e, acima de tudo, se preocupou em civilizar e catequizar os índios, dedicando o tempo que lhe restava a escrever em língua latina o grande poema épico, dedicado ao terceiro governador geral do Brasil Mem de Sá intitulado "DE GESTIS MENDI DE SAA, PRAESIDIS EN BRASILLIA", POEMA EPICUM.

Este poema visava, acima de tudo, enaltecer a figura de terceiro governador geral do Brasil.

Pela sua grandiosidade, pode ser comparado à Eneida de Virgílio, de quem, aliás, o autor era um grande apreciador, dada a influência que recebera durante seu brilhante curso em Coimbra.

E é exatamente este poema épico, que será motivo de desprezível análise, embora rápida, dadas as circunstâncias, seguindo o roteiro que nos foi oferecido pelo Padre Armando Eugênio Cardoso.

Ao iniciar a composição Anchieta tinha somente 27 anos . E, por causa da admiração que tinha pelo poeta Virgílio, como já foi dito, aproximou-se bastante de seu estilo, substituindo, como era natural, a mitologia pagã pela cosmovisão cristã.

O enredo do poema gira todo em torno do terceiro Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, cuja atuação estava começando.

E não é uma mera vista superficial. Retrata o triênio inicial de nova governante, contando as ações guerreiras contra os indígenas rebeldes e as lutas travadas contra os franceses invasores, que se tinham aliado aos tamoios.

Mesmo tratando de ações bélicas, Anchieta, durante todo seu admirável trabalho, mostra sempre não só simpatia, mas um ardente amor pelos silvícolas.

Segundo escreve o Pe. Hélio Abranches Viotti - SJ - grande conhecedor da vida do grande apóstolo, o poema " De Gestis Mendi de Saa" pode ser considerado como o primeiro compêndio de Moral e Cívica do Brasil.

Fato curioso é que tão importante obra, não leva qualquer assinatura de seu autor, o que, a princípio, suscitou alguma dúvida a respeito da paternidade do mesmo.

Ele costumava subscrever cartas e outros documentos, onde sua assinatura se tornava necessária, limitando-se a usar, em tais casos, seu nome em latim, ou seja "Joseph".

Pero Rodrigues, seu provincial nos últimos anos de sua vida, escreveu que o poeta não se preocupava em conservar suas composições, oferecendo muitas delas a amigos que as solicitavam.

Com relação ao seu poema, não paira qualquer dúvida, como, após algumas considerações, poderemos provar.

Em sua Epístola Dedicatória, que leva o título do poema e tem 105 versos, dirigida ao governador, o trata como pessoa viva e presente, menciona as grandes façanhas que Deus levou a termo por seu intermédio, citando a pacificação e cristianização dos indígenas, bem como a recente grande vitória sobre os invasores franceses no Rio de Janeiro.

Por esse motivo, a dedicatória é um verdadeiro prólogo da epopéia.

Os sentimentos e expressões da Epístola são idênticos aos do fim do poema (2753 - 2768 e 2861 - 2873) indicando a intensa ligação entre o autor e o tempo em que se deram os acontecimentos.

Convém lembrar, ainda, que a parte central da Dedicatória é uma exortação ascética ao herói para que atribua toda a glória de seus feitos a Deus, porque fora

dele, tudo o que venha a fazer é inútil.

Nos versos 43 a 182, nota-se um tom de familiaridade que se admite num autor não só religioso, mas afeito a respeitosa intimidade com o grande chefe.

Concluindo a Epístola, a epopéia se apresenta como uma fina composição onde a cultura humanista se alia a uma clara estrutura de idéias e sentimentos que retratam, ao mesmo tempo, um mundo selvagem cristianizado, bem como as invenções como a pólvora e o canhão.

A análise da Epístola leva-nos a admitir que o autor só pode ter sido um religioso culto e humanista, que escreve sobre fatos recentes (1560) e que são atribuídos a Mem de Sá.

Finalmente o exame em conjunto de grande poema, leva-nos a concluir que tal documento literário e histórico só poderia ter um autor: o PADRE ANCHIETA.

Só um poeta e repórter ao mesmo tempo, que ouvira da boca dos que viveram e presenciaram aqueles acontecimentos, que conheceram aqueles lugares, poderia transferir em versos tudo aquilo e nos presentear com tal valiosa obra.

Somente um poeta que viveu em terras brasileiras, que conheceu pormenores geográficos, como montanhas, florestas, aldeias indígenas e seus costumes, flora e fauna, poderia escrever tal poema épico que, além de glorificar a atuação do governador Mem de Sá por causa de suas façanhas, faz, ainda, uma apaixonada descrição da nova terra, de sua gente que tanto impressionou aquele religioso, que não vem atraído pelo brilho do ouro ou pelo faiscar dos diamantes, mas unicamente para civilizar e cristianizar milhares de gentios, que viviam, ainda, no limiar da pré-história da humanidade.

Após todas estas considerações, após uma serena análise dos fatos só nos resta concluir que o autor do poema "DE GESTIS MENDI DE SAA" só poderia ter sido o grande humanista Pe. Anchieta, justamente chamado apóstolo do Brasil, aquele mesmo o que gravara nas brancas areias outro grande poema intitulado "DE BEATA VIRGINE, DEI MATRE", quando se achava refém dos tamoios.

Convém observar que os conceitos e versos semelhantes entre duas obras, são tantos e tão patentes, que seria impossível atribuir tudo a uma simples coincidência.

Importante, ainda, é observar como o autor conseguiu usar a língua latina, como se Virgílio estivesse vivo naquela época, e pudesse cotemplar as novas civilizações e os novos costumes.

De certa maneira é bastante misterioso o desaparecimento dos dois poemas, depois da supressão da Companhia de Jesus em 1760.

Mas em 1928, o PC. Florentino Ogara, ao passar por Algorta, pequena localidade da província busca de Bilbao, e ao visitar Dona Feliza Zuagola, descendente

da família dos Anchieta, encontrou, como fazendo parte do tesouro familiar os tais poemas. O fato de terem sido achados naquela localidade foi um feliz acaso.

Por outro lado, é preciso reconhecer que tais obras, não teriam sido mandadas pelos padres jesuítas do Brasil para essa família que as teria solicitado, se não estivessem certos de que não passavam de meras cópias.

Após esta série de considerações preliminares, fazemos uma análise, embora sumária, do poema, tendo em vista aspectos históricos, geográficos e literários.

A obra toda consta de quatro livros.

O primeiro começa com esta invocação:

As glórias do pai celeste e sua força divina
teu nome, ó Cristo Rei, e teus feitos gloriosos
Começarei a cantar. Num arrojo gigante,
emprenderei celebrar em versos tuas magnas empresas.
Pois há pouco tua força descerrou uma aurora
por entre a escuridão das regiões brasileiras.

Em seguida, Anchieta descreve as dificuldades enfrentadas pelos portugueses e criadas pelos indígenas; relata depois a chegada ao Brasil de Mem de Sá que, como primeiro desafio se vê obrigado a enfrentar a difícil batalha do Cricaré, onde seu filho após árdua luta perde a vida.

Perdida a primeira batalha, e reiniciada a luta os índios são vencidos, voltando os portugueses triunfantes para a Bahia, embora tristes pela morte de seu jovem comandante.

O final do primeiro livro descreve a resignação do pai, que perde um filho mas ganha um herói.

A vinda do Terceiro Governador Geral tem uma descrição tão empolgante que merece ser transcrita:

Eis que, liberta dos perigos do mar e há muito esperada, uma esquadra fundeia na baía a que todos os Santos legaram nome. Trazia, salvo das fauces do oceano um singular herói, de extraordinária coragem, que de sangue de nobres antepassados e de seiva ilustre de longa ascendência herdara o sobrenome de Sá. No segundo livro é dado ênfase aos feitos do novo governante, destacando a ação contra o cacique Cururupeba (sapo chato), e a proibição de novas guerras, bem como da antropofagia e do nomadismo.

O poeta destaca, ainda, a vida levada pelos indígenas antes da conversão e a posterior. Cita também a construção das igrejas dedicadas a S. Paulo, S. Tiago, S.

João e outras. Dá outrossim, detalhes da nova vida levada pelos recém-convertidos. Neste livro são também mencionadas as vitórias sobre os índios de Ilhéus e Porto Seguro.

O terceiro livro começa contando nova vitória portuguesa do Paraguaçu, tendo à frente o próprio Mem de Sá, que, em seguida, prepara uma expedição para castigar os Caetés, por causa da morte dos naufragos, entre os quais se encontra o primeiro bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha, missão não levada a termo, entretanto, pela ordem de seguir para o sul. .

O quarto livro começa descrevendo as povoações dos tamoios, ressaltando sua amizade com os franceses, e a fracassada tentativa de paz com os mesmos. Descreve o ataque ao forte Coligny, que obriga os franceses a se retirarem para a ilha de Villegaignon.

Ficando os portugueses sem pólvora, consternados, juntamente com seu comandante dirigem preces ao céu aflitos.

Os franceses, por outro lado, desconhecendo a difícil situação dos adversários, à noite fogem usando cordas para descer as rochas. E, no dia seguinte, na ilha tremula a bandeira portuguesa, sendo realizada missa solene em ação de graça.

Termina o poema com um hino de agradecimento a Deus que transformou a espada de Mem de Sá numa cruz invencível, que levou os selvagens aos ensinamentos de Cristo.

Com relação aos aspectos cronológicos, é preciso observar que as principais datas dos acontecimentos encontrados no poema, não seguem sua frequência natural, referem-se antes de tudo, a importância dos mesmos.

Inicialmente é dada importância à situação dos colonos do Espírito Santo e aos de Ilhéus, seriamente ameaçados em sua segurança pelos índios. Em seguida, por causa da aliança entre tamoios e franceses, Anchieta, depois de mostrar o perigo de tal aliança, descreve a brilhante atuação de Mem de Sá, que culmina, não só com grande vitória militar, mas afasta de vez o perigo de uma colonização francesa. A primazia das ações militares dado pelo poema, reflete uma época em que as escolas literárias valorizam muito os feitos bélicos tanto no passado como no presente.

Basta citar na literatura antiga a Ilíada, a Odisséia e a Eneida; na literatura mais recente, o “Orlando Furioso” de Ariosto, na literatura italiana; “Dom Quixote” de Cervantes, na Espanha; as tragédias de Shakespeare na Inglaterra e os “Lusíadas” de Camões em Portugal.

Estando em alta na Europa renascentista a literatura latina, tendo-se tornado o latim a língua oficial das universidades, nada mais natural que a poesia de Virgílio exercesse uma grande influência.

Explica-se, portanto o fato de Anchieta ter escrito seus poemas naquela língua, sendo, todavia, obrigado a criar neologismos para bem tratar das novas modalidades bélicas, bem como para citar os novas inventos usados nos conflitos mais recentes.

Cria, assim, termos como bombardar, ferrum fusile, plumbus, pulvis sulphureus, globus plumbeus.

E, ao lado de um campo estritamente militar, o poeta traz para o humanismo renascentista o conhecimento de um novo mundo, contado, numa língua antiga.

O clima tropical, as paisagens geográficas totalmente novas, onde uma riquíssima fauna e flora são bem diferentes, são retratados com maestria única.

Ilhéus, a Baía da Guanabara, com sua beleza deslumbrante merecem uma descrição especial, não faltando a citação do Trópico de Capricórnio.

Na fauna são citados os multicoloridos papagaios e araras, as terríveis onças, que para os europeus representavam um verdadeiro mundo de fantasia.

Na flora, como não podia deixar de ser, ocupa lugar de destaque o pau-brasil e pimenta, uma das especiarias que, juntamente com outras, podem figurar entre as causas das grandes navegações.

Mas a grande novidade é, sem dúvida, a apresentação dos indígenas, cuja vida, costumes, nomadismo, antropofagia são descritos com minuciosa propriedade, sendo feito um paralelo entre a época anterior à vinda da civilização e do cristianismo e a posterior.

É neste ponto que Anchieta atinge indubitavelmente a parte mais bela de seu trabalho.

E, por ser um poema épico, não podia deixar de descrever o índio guerreiro, suas lutas, seus trajes, armas e instrumentos musicais bélicos.

O arco a flecha multicolorida, o tacape, os enfeites usados no corpo a base de urucum durante os conflitos, são descritos com alta precisão.

Tudo isso leva-nos a concluir que Anchieta está bem familiarizado com as terras indígenas, com sua beleza panorâmica, com os costumes e crenças, o que nos leva a duvidar se merece mais louvar o latinista exímio ou o fino observador de um povo repleto de grandes surpresas.

Não se pode esquecer, contudo, que o poeta é acima de tudo um religioso, daí, mesmo os fatos militares mais importantes, são sempre citados entre invocações a Deus e agradecimentos pelas vitórias alcançadas.

Admirador profundo da Eneida de Virgílio, prevalece em todo o desenrolar de seu poema, um elevado espírito cristão.

Termina sua epopéia com estes versos: (3055 a 3058)

Glória summa tibi, Pater optime; Glória Nate summa tibi. Flamen, Glória

summa tibi quae concepisti Sancto de Flamen Prolem aeterni Patris, gloria, Virgo, tibi.

Glória imensa a ti, ó pai bondoso, glória ó Filho imensa a ti; ó Espírito, glória imensa a ti !

Tu que concebeste pelo Santo Espírito ao Filho do Pai eterno, glória a ti, ó Virgem.

E, agora, como homenagem apoteótica ao beato Pe. José de Anchieta, apóstolo do Brasil, apresentamos o magnífico soneto escrito pelo falecido consócio Elmo Elton:

ORAÇÃO AO BEATO JOSÉ DE ANCHIETA

Do Espírito Santo amaste a terra e as gentes,
Adotaste os selvagens como filhos.
Viveste, aqui, os dias mais contentes,
Sob as matas, abrindo novos trilhos.

Também aqui com leves mãos trementes,
Escreveste teus autos e estribilhos,
Teus versos marianos, penitentes,
Profundos de incenso e tomilhos.

Morreste, mas teu nome ainda ecoa
Nos corações de tua gente boa,
A mesma gente que teus feitos gaba.

Hoje que és santo, ao teu altar eu vim,
Ouve, pois, minha voz, reza por mim,
Pede a Deus pela terra capixaba.

Educação

Jesuítica no

Espírito Santo

(Séculos XVI, XVII e XVIII)

IVANTIR ANTONIO BORGIO

Palestra proferido em 21 de março de 1997 no Seminário Capixaba sobre o Padre José de Anchieta promovido pela Academia Espírito Santense de Letras e pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Em meados do século XVI Portugal havia decidido modificar as diretrizes de sua política colonizadora, em razão do fracasso do sistema de capitânias.

Dentro dessa nova política, sobressai o objetivo da “conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução”, considerado, aliás, e não sem razão, o mais importante, conforme palavras do próprio D. João III que diz: “Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa Santa Fé Católica.” (1)

Na verdade, não é difícil deduzir que todo o êxito da nova política dependia, em última análise, da concretização desse objetivo, uma vez que somente pela aculturação dos gentios “aos valores espirituais e morais da civilização ocidental e cristã” poderia a colonização portuguesa fixar suas raízes definitivas no novo mundo.

Para essa importante e árdua tarefa foram escolhidos os jesuítas, que começaram a chegar ao Brasil, em 1549, acompanhando o 1º governador geral Tomé de Souza.

Dois parecem ter sido as razões principais da escolha dos jesuítas, uma ordem religiosa relativamente nova à época, para alcançar esse objetivo da nova política colonizadora de Portugal.

Em primeiro lugar, aparecem as recomendações de Diogo de Gouveia, emissário do soberano português em Paris, que tivera, alguns anos antes, conhecimento dos sucessos alcançados pelos trabalhos da Companhia e, sabedor das intenções do governo lusitano em relação às possessões d’além mar, escrevia a D. João III, em 1538, recomendando os jesuítas como homens próprios para essa missão.

Em segundo lugar, e como uma razão mais direta e decisiva aparece a influência do padre Simão Rodrigues, um dos fundadores da Ordem, que tendo vindo para Portugal, em 1540, a fim de fundar ali a Província da Companhia, logo se tomou o confessor predileto de D. João III tendo organizado, em pouco tempo, os Colégios de Coimbra e Sanfins, no Minho. O Colégio de Coimbra rapidamente viria a tornar-se o maior centro de formação dos missionários e educadores jesuítas para a propagação da fé cristã nos extensos domínios portugueses de então, dentre eles o Brasil.

O objetivo de conversão à fé católica, como já se disse, deveria ser alcançado mediante a catequese e a instrução tendo também uma estratégia claramente definida nos Regimentos.

Primeiramente, deveriam ser criados aldeamentos próximos das povoações portuguesas onde se concentrassem os gentios adultos convertidos, para permitir um maior contato com os cristãos, a fim de melhor sedimentar as novas crenças, e evitar a volta à situação anterior.

Em relação aos meninos, em quem, se acreditava, mais facilmente poder-se-ia imprimir as novas doutrinas, a estratégia recomendado era a de que fossem tirados da convivência com os seus semelhantes e passassem a residir dentro das próprias povoações portuguesas, nos chamados recolhimentos.

Essas diretrizes básicas iriam nortear a ação dos jesuítas no início de seus trabalhos.

O programa educacional jesuítico, quando se organizou a Companhia no século XVI, estava inteiramente voltado para os níveis médio e superior do ensino. A finalidade básica era a conquista da juventude, numa tentativa de conter o avanço das idéias da Reforma protestante.

No Brasil, e em outras partes, esse programa teve de adaptar-se às circunstâncias, já que as condições eram inteiramente distintas das existentes na Europa.

Aqui o ensino elementar foi introduzido como prolongamento natural da catequese, assim como o ensino médio viria a sofrer as revisões necessárias.

Por outro lado, havia a dificuldade de comunicação. Assim, todo o processo se iniciava pelo aprendizado da língua o que era feito mediante a espontaneidade do convívio. Convívio que propiciava proveito mútuo, pois, enquanto os indígenas aprendiam o português, os mestres e órfãos portugueses aprendiam o tupi no que, aliás, colocavam grande empenho considerando que a língua era o instrumento mais poderoso para a conquista das almas.

O plano inicial proposto por Manoel da Nóbrega era extremamente simples mas, ao mesmo tempo, ambicioso.

Vencidas as dificuldades lingüísticas encaminhavam-se os meninos indígenas à escola de ler e escrever onde, concomitantemente, recebiam as ensinamentos da doutrina cristã. Alguns deles aprendiam canto e música instrumental. Os que se mostrassem mais aptos intelectualmente seriam, em seguida, encaminhados à aula de Gramática Latina. Para as que se distinguissem nos estudos de Gramática pretendia-se enviá-los à Europa com a finalidade de completar as estudos nos Colégios portugueses.

E essa pretensão de Nóbrega, que teria dado bons frutos, efetivou-se em alguns casos naqueles primórdios da educação brasileira

À Capitania do Espírito Santo chegaram os jesuítas, em 1551, um pouco antes da Páscoa. Vieram o padre Afonso Brás e o irmão Simão Gonçalves para aqui instalar o primeiro núcleo da instituição

A Capitania encontrava-se envolvida, havia algum tempo, em sérios problemas que dificultavam o seu progresso o que suscitou uma recomendação especial no Regimento de Tomé da Souza dado em 1548:

“e porque a do Espírito Santo, que é de Vasco Fernandes Coutinho, está levantada, ireis a ela com a mais brevidade que puderdes e tomareis informação por o dito Vasco Fernandes e por quaisquer outras pessoas que vos disso saibam dar razão da maneira que estão com as altos gentios e o que cumpre fazer, para se a dita capitania se tomar a reformar e povoar...”(2)

Nada permite deduzir que a situação se tivesse modificado muito nos anos seguintes. É este, pois, o quadro pouco animador que viriam encontrar os dois jesuítas que deram início à obra educacional no Espírito Santo.

Mas a situação desfavorável pouco influenciou no ânimo dos religiosos que logo começaram a desenvolver suas tarefas.

Acompanhemos, nas palavras de Afonso Brás, as acontecimentos de sua chegada e as primeiras providências adotadas:

“Receberam-nos quando chegamos as moradores com grande prazer e alegria; e des que cheguei até Paschoa, não me ocupei, nem entendi em outra coisa senão em confessar e fazer outras obras pias. Passada a Paschoa, ordenamos de fazer uma pobre casa para nos podermos recolher nela. Ela está já coberta de palha, e sem paredes. Trabalharei que se edifique aqui uma ermida junta delta em um sitio mui bom, em a qual possamos dizer missa, confessar, fazer a doutrina e outras cousas semelhantes”. (3).

Da expressão “em um sitio mui bom” pode-se deduzir que essa primeira construção era provisória e o lugar em que estava situada não correspondia aos desejos do missionário. É provável que estivesse localizada à beira-mar. Em seguida foi iniciada a construção do Colégio “na assentada do metro, obra continuada paulatinamente, que se tomou definitiva, com o passar dos anos ...” (4)

A esta nova edificação deve corresponder a informação do padre Manoel da Nóbrega, de julho de 1552: “Afonso Brás tem cuidado do Espírito Santo e tem grande colégio de paredes. Manda-me pedir meninos para o principiar”. (5)

Não há indicações muito precisas quanta à data de fundação da nossa primeira instituição educacional. Mas, levando-se em conta que na carta de sesmaria, passada em 4 de maio de 1552, é mencionada com a denominação de casa de São Tiago, supõe-se que tenha sido inaugurada no dia deste Santo no ano precedente, ou seja, 25 de julho de 1551.

Por essa época, conforme relata o padre Nóbrega, já se tinha organizado

também a “confraria dos meninos”: “Logo no seguinte ano vieram mais órfãos com bulas para se ordenar confraria, o que logo se fez na Baía, e na Capitania do Espírito Santo, e nesta de São Vicente...”(6)

Essas confrarias, com características das modernas fundações, reuniam meninos órfãos que vinham de Portugal e tinham como objetivos básicos a garantia , pelas doações que recebiam, dos recursos materiais necessários aos trabalhos de catequese e instrução, bem como separar a administração temporal da direção espiritual e da orientação docente, aquela entregue a seculares e estas de responsabilidade dos jesuítas.

A posse da sesmaria e a organização da confraria dos meninos, já em 1552, indicam que assinalados progressos tinham ocorrido nesses primeiros tempos da instituição educacional dos jesuítas no Espírito Santo, fazendo supor que, em breve, o Colégio - um dos três primeiros fundados no Brasil - deveria tomar-se um dos principais núcleos do sistema escolar brasileiro que se começava a esboçar, não apenas por esses sucessos iniciais mas também pelas condições favoráveis ressaltadas em vários depoimentos enviados à Metrópole naquela época.

A localização desses três colégios, considerando-se que Vitória fica a meio caminho entre Salvador e São Vicente, onde se localizavam os outros dois, parece revelar um plano de futura expansão para o interior a partir desses pontos estratégicos situados Da costa; plano este, aliás, já expresso em meados de 1552: “Muito desejosos estamos já todos de ir descobrir o sertão.” (7)

Não existem documentos que indiquem com precisão a data de início das atividades de instrução aqui no Espírito Santo. As já citadas palavras de Afonso Brás, revelando que trabalharia para construir um local onde pudesse “fazer a doutrina e outras coisas semelhantes...”demonstram o desejo de iniciá-las o mais breve possível.

Uma possibilidade é que se tenham iniciado quando aqui esteve, em princípios de 1552, o padre Manoel de Paiva que se dirigia a São Vicente mas se demorou no Espírito Santo por algum tempo em substituição a Afonso Brás que teve necessidade de ir à Bahia. Manoel de Paiva trazia consigo três meninos que, provavelmente, foram os primeiros alunos do Colégio: “...e foi onde ordenado por Nosso Senhor; porque levava três meninos, com os quais principiou aquela casa...” (8)

Informações mais esclarecedoras sobre essa questão são encontradas numa carta escrita em São Vicente, por um irmão jesuíta.. Além de confinar as boas instalações do Colégio, ela deixa clara a existência de atividades de instrução no último trimestre de 1552, época em que o missivista aqui esteve acompanhando a expedição de Tomé de Souza que se dirigia ao sul do país:

“Aqui en esta casa, coma en las otras de las Capitanias, se enseñan algunos índios de la tierra y los esclavos que son muchos. Ahora embía el Pe. Nóbrega de aqui de S. Vicente para esta Capitania más niños de los Indios para se criaren y enseñaren par ser la casa grande y la tierra de muchos mantenimientos”. (9)

Funcionava, pois, a escola com alguns índios e muitos escravos. Nenhuma referência sobre os meninos órfãos que teriam vindo de Lisboa, no ano anterior, e com os quais ter-se-ia organizado a “confraria”, segundo relato de Nóbrega já referido, e nem aos três que acompanhavam Manoel de Paiva.

Afonso Brás demorou-se na direção do Colégio até 1554 quando foi transferido para São Paulo. Para substituí-lo veio o padre Brás Loureço.

As primeiras dificuldades transparecem em carta de Luís da Grã, de 1555, que, apesar do julgamento favorável sobre o trabalho desenvolvido por Brás Lourenço, indica problemas de relacionamento com os indígenas “que estavam mui apartados” e relutavam em entregar seus filhos.

E isto parece um fato lamentável para Luís da Grã que afirma em seguida: “é esta terra mui fértil dos mantimentos da terra, onde melhor se poderiam manter os meninos dos gentios que em nenhuma outra Capitania.”(10)

É um inequívoco depoimento em favor das boas perspectivas futuras para o Colégio e das esperanças que os primeiros jesuítas depositavam na obra iniciada no Espírito Santo.

Busca mudança de orientação política da Companhia de Jesus, a partir de 1553, com as novas “Constituições”, vai culminar com a proibição dos “recolhimentos” e das “confrarias”. Diante desse novo quadro a situação no Espírito Santo se apresenta de forma bastante singular. Além de ter sido a última “confraria” a ser extinta naquela oportunidade, nela foram recebidos, durante certo tempo, pelo menos até 1558, os meninos que eram mandados de outras Capitanias.

É Nóbrega, defensor ardoroso da política dos recolhimentos e das confrarias, que escreve:

“E posto que eu tinha contrária opinião,(...) contudo comecei a desandar a roda, que tinha andado, e a diminuir os meninos, e a tirar confrarias, o quanto pude, sem escândalo, mormente depois que vieram as Constituições,(...) com assaz compaixão minha e dor, porque muitos filhos dos índios sabiam ler e escrever, e oficiavam as missas,(...)”

O mesmo se fez nas outras partes, e tiraram-se as confiarias, exceto no Espírito Santo, onde por devoção da gente a sustentaram...” (11)

Não há pois, diante desses fatos, uma explicação muito razoável para o rebaixamento do Colégio a uma categoria inferior, a Casa Reitoral, que ocorreu em 1556, deixando frustradas todas as esperanças inicialmente manifestadas.

Permaneceria, em termos de ensino, apenas a escola de ler escrever e contar. Estudos maiores somente na Bahia ou no Rio de Janeiro, quando ali se instalou o Colégio e do qual ficaria dependente a Casa do Espírito Santo até meados do século XVII.

Porém, mesmo essa escola elementar teve um funcionamento precário e irregular. Em 1558 os resultados dos trabalhos de catequese e instrução eram pouco animadores. Francisco Pires informa:

“Vendo o Padre quanta falta de Fé e acrescentamento de maus e torpes costumes por falta de doutrina em os princípios, pareceu-lhe bem tomar cargo dos meninos e escola, dos quaes agora é mestre e os ensina com muita caridade, não tão somente a ler, mas, o que mais e melhor é para sua salvação, ensinando-lhes o caminho do eterno fim glorioso para que foram criados, scilicet: o Padre Nosso, o Credo, etc., por modo de dialogo, e não tão somente aos meninos, que vêm cada dia a uma cêrta hora à igreja...” (12)

Em linguagem simples e direta essa carta fornece com precisão todo o esquema programático desse ensino incipiente. Em primeiro lugar, o conteúdo que consistia em leitura e doutrina cristã; em segundo lugar a finalidade a que se destinava: a salvação eterna; e, finalmente, o método utilizado que era o do diálogo.

No ano seguinte a doutrina era ensinada pelo irmão Antônio de Sá que reclama da falta de meios para um melhor desempenho de suas tarefas: “Si lá tiverem alguma maneira de ensinarem na língua brasílica, mandem-nol-a, por que de outra maneira dificultosamente se lhes meterá na cabeça, ainda que lhes vozeem cada hora e cada momento.” (13)

Esta reclamação e outras no mesmo sentido viriam a dar resultado em 1595 com a publicação da “Arte de Gramática” do padre José de Anchieta e em 1618 quando se publicou, sob a direção do padre Antônio de Araújo, o “Catecismo na Língua Brasílica” que já vinha sendo elaborado desde os “primeiros anos da catequese jesuítica, havendo fundados motivos para crer que na sua composição e revisões intervieram, entre outros, Pero Correia, Leonardo do Vale e José de

Anchieta”. Principalmente José de Anchieta.

O padre Lemos Barbosa, na apresentação do “Catecismo...”(reprodução fac-similar da edição de 1618) faz o seguinte comentário:

“Várias dúvidas surgem quanta à autoria do núcleo primitivo do ‘Catecismo’.

Peró Correia? Leonardo do Vale? José de Anchieta? Uma coisa é incontestável. Anchieta, se não o autor, foi quem deu a última demão na ‘Doutrina Cristã’ ou ‘Diálogos’ que foram mandados com a ‘Arte’ a Portugal, para impressão. Na licença se diz que ‘Gramática’ e ‘Diálogos’ são ‘compostos pelo padre José de Anchieta’ e ‘obras suas’. Não é compreensível que se lhe atribuisse, ainda em vida, uma obra de que tenha sido mero revisor. Não temos, porém, nenhuma prova de que a obra impressa em 1618 seja a mesma que se apresentou e foi aprovada para impressão em 1594”. (14)

É, pois, indiscutível a contribuição efetiva do padre José de Anchieta nessas duas obras de cunho didático que tiveram larga utilização na fase jesuítica da educação brasileira, sobretudo nos seus primórdios, pois, em 1560, já se estudava, obrigatoriamente, no Colégio da Bahia, a língua dos indígenas utilizando-se a “arte da língua brasílica que compoz o irmão Joseph”. (15)

Apesar de todas as dificuldades relatadas, constata-se a existência, em 1562, de dois alunos de latim: um deles era um dos irmãos; rapaz entre dezoito e vinte anos, de boa inteligência e hábil para tudo; e o outro um menino de doze anos considerado de boa índole. O mestre era o próprio padre Brás Lourenço.

Entretanto, essas aulas de Latim não chegariam a ter, nesse primeiro século uma ocorrência regular que permitisse a realização prática do plano de estudos idealizado por Nóbrega para os Colégios do Brasil. Assim, o ensino de nível médio somente se organizaria, no Espírito Santo, um século mais tarde, após o restabelecimento do Colégio.

Em 1571, quem cuidava da escola dos meninos portugueses, que contava quarenta alunos, era o padre Manoel de Paiva que aqui já estivera antes e parece ter passado, no Espírito Santo, os últimos vinte anos de sua vida, ensinando os meninos, catequizando as índios e assistindo aos broncos.

Além das atividades na Vila de Vitória, os jesuítas organizaram, ainda no século XVI, várias aldeias no interior. Em certo momento o seu número teria atingido a dez, embora não se tenha certeza exata de suas localizações. As mais importantes foram as de São João, em Carapina; Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari;

Nossa Senhora da Assunção, em Reritiba (Anchieta); e Reis Magos, em Nova Almeida. Nelas permanecem, até hoje, muitas das construções primitivas.

Os trabalhos que os jesuítas desenvolviam nessas aldeias junto aos indígenas eram, sobretudo, as de catequese mas que sempre estiveram acompanhados de atividades de instrução. É o que se deduz do testemunho do padre José de Anchieta: “Ensinam - lhes os padres todos os dias pela manhã a doutrina, esta geral, e lhes dizem missa para os que quiserem ouvir antes de irem para suas roças; depois disto ficam os meninos na escola, onde aprendem a ler escrever, contar e outros bons costumes pertencentes à policia cristã; à tarde tem outra doutrina particular a gente, que toma o Santíssimo Sacramento”. (16)

Levando-se em conta a organização, a unidade de métodos e o código de disciplina dos inacianos pode-se concluir que este era o programa educacional adotado em todas as aldeias do Brasil. A isso, portanto, devia reduzir-se a educação no Espírito Santo em seus principais núcleos populacionais em fins do século XVI e princípios do XVII.

Não muito diferente seria a situação na vila de Vitória onde, coma se sabe, não se efetivaram os planos iniciais de implantação do Colégio permanecendo apenas, durante o primeiro século a escola de ler e escrever.

A frequente utilização, com fins educativos, que os jesuítas fizeram do teatro, nesses primórdios, não pode ser esquecida. Neste particular sobressai a figura de José de Anchieta, autor de vários autos dos quais oito estrearam em terras capixabas entre 1585 e 1597.

Todas essas pegas tinham um sentido nitidamente doutrinário, buscando difundir e inculcar no espírito dos indígenas os princípios da moral cristã, segundo a concepção da Igreja Católica. E alcançaram grande repercussão. “Os índios prestavam-se com prazer a esses divertimentos, aorando dos arraiais como para uma de suas ‘poracés’, a admirar os catecúmenos que exteriorizavam em suas representações fatos e movimentos jamais imaginados por eles.” (17)

Em fins do século XVI a ação catequética dos jesuítas foi gradativamente se concentrando em determinados núcleos. Isso decorreu principalmente de dois fatores: o primeiro deles foi a determinação de ordem interna da Companhia exigindo que em cada Aldeia houvesse quatro religiosos e o segundo foi a expansão missionária ao norte e ao sul do Brasil. Com isso, não havia pessoal suficiente para dar atendimento a todas as aldeias.

O resultado disso no Espírito Santo foi que, além de Vitória, os trabalhos se fixaram em dois pontos que se tornaram aldeias de residência permanente: Reis Magos (hoje Nova Almeida) ao norte e Reritiba (hoje Anchieta) ao sul.

O catálogo da Companhia, de janeiro de 1600, como consequência dessas

novas determinações, aponta significativo aumento no número de jesuítas presentes no Espírito Santo, o que indica, obviamente, um incremento das atividades desenvolvidas nesses três núcleos. Na Casa Reitoral, em Vitória, estavam cinco religiosos, dentre eles um “mestre de meninos”, o padre Domingos de Sequeira; na aldeia de Santo Inácio (Reis Magos) quatro e na aldeia de Reritiba também quatro. Desse total de treze religiosos, dez eram padres e três eram irmãos.

Quase vinte anos depois a situação permanece inalterada, segundo informação do padre Antônio de Matos, reitor do Colégio do Rio de Janeiro.

Em meados do século XVII a instituição jesuítica no Espírito Santo seria novamente elevada à categoria de Colégio. Foi em 1647 que o padre Simão de Vasconcelos, reitor do Colégio do Rio de Janeiro, “propôs ao geral se fundasse’ em ‘Colégio’ a Casa Reitoral da Capitania do Espírito Santo e fosse dotada com renda deste do Rio de Janeiro”. Previa-se que a dotação fosse suficiente para manter vinte religiosos. A proposta de elevação hierárquica foi reiterada no ano seguinte, a 21 de dezembro, pelo mesmo padre Vasconcelos, agora de forma mais explícita e acompanhada de parecer de consultores e de outros padres. (18)

Contudo, somente no catálogo de 1654 a “Casa” de Vitória vai aparecer como Colégio. Porém, continuava a dependência econômica do Rio de Janeiro, o que só deixaria de ocorrer a partir de 1725 quando já se tinham organizado três fazendas que garantiam a subsistência do Colégio e a continuidade das obras necessárias à sua exportação assegurando-lhe independência autárquica, significado jurídico da palavra Colégio, além da sua função específica de ensino.

Essas três fazendas, localizadas em Itapoca, que substituíra a de Carapina, em Muribeca, na região sul e em Araçatiba, tiveram uma significativa influência na vida econômica da capitania uma vez que se constituíram nos mais importantes centros de produção da época.

Por seu turno, o funcionamento das fazendas implicava a criação de oficinas, as mais variadas, para produção e a manutenção das ferramentas e outros meios necessários.

Tais fazendas e oficinas, além da função econômica, tiveram, em todo o Brasil, ainda que circunstancialmente, uma importante função educativa, pois nelas, apesar de não se incluir dentre os principais objetivos educacionais da Ordem Jesuítica, o ensino dos mais variados ofícios tornou-se um imperativo desde os primeiros tempos.

É Nóbrega quem declara em 1553: “Mando ensinar a alguns moços da terra por o sertão, a ferreiros e a tecelões”. Luís da Grã dizia naquele mesmo ano: “destes moços, pus a prender ofícios quanta ou cinco, e isto se há de fazer com outros”. Em 1555, Anchieta confessa: “aprendi cá um ofício que me ensinou a necessidade que

é fazer alpargatas, e sou já bom mestre...”.

Essas manifestações mostram que a escassez de artífices e oficiais obrigava os jesuítas a se tornarem também mestres de ofícios, ensejando a que formassem numerosos discípulos nas artes de tecelagem, da carpintaria, da ferraria ou da sapataria .

Com o passar do tempo, à medida que o processo de produção se torna mais complexo e outras exigências da vida comunitária se ampliam, essas fazendas e oficinas, sem poderem contar com uma estrutura capaz de lhes fornecer a mão-de-obra necessária, tornaram-se elas mesmas, verdadeiras escolas de indústria . Nesses centros de produção e, ao mesmo tempo escolas de ofícios “os colonos, que eram índios, aprenderam os melhores métodos de cultivar a terra, de construir casas, estradas e obras de arte, assim como a beneficiar o couro, ou fabricar o açúcar, que era abundante”.(19)

Fazia-se, assim, na prática, o ensino de ofícios, ainda que sem um caráter sistemático ou obediência a um determinado plano. Tudo era feito conforme a exigência do momento, tudo de acordo com as necessidades imediatas.(20)

Algumas das primeiras informações sobre o ensino de ofícios no Espírito Santo remontam a 1562. Naquela ano, estavam na aldeia de Nossa Senhora da Conceição “um homem devoto com sua mulher” que ensinava a “ muitas moças daquelles Índios (...) a alfaiatas e a a fiar... Alguns rapazes que tinham vindo da Bahia aprenderam o ofício da tecelagem.

Durante os séculos XVI, XVII, e XVIII estiveram no Espírito Santo inúmeros padres e irmão jesuítas que aqui exerceram, e certamente ensinaram, seus ofícios. Destacam-se: Diogo Jácome, torneiro; Pedro Gonçalves, agricultor; Ascânio Bonaiuto, alfaiate e enfermeiro; António Domingues, sapateiro; Antônio Pinto, carpinteiro; Francisco Araújo, oleiro; Domingos Trigueiros, carpinteiro e entalhador; José Inácio, correeiro e seleiro; Mateus Afonso, alfaiate, conservador de biblioteca e encadernador; e João Delgado, carpinteiro, sobretudo de arte mobiliária.

Restaurado o Colégio, em 1654, foi organizado o Curso de Humanidades, já que era praxe a existência nessas instituições de “algumas aulas de ensino secundário, pelo menos Gramática ou Humanidades”.

No plano educacional da Companhia, definido no “Ratio Studiorum”, edição de 1599, o Curso de Humanidades compreendia cinco classes: três de Gramática (inferior, média e superior); uma de Humanidades e uma de Retórica. Eram os chamados “studia inferiora”, correspondentes ao nível médio moderno.

As classes se caracterizavam por graus ou estágios de avanço que representavam o domínio de um determinado conjunto de conhecimentos e não propriamente uma unidade de tempo. Assim, só se permitia a promoção a uma classe

superior ao aluno que houvesse completamente dominado os conteúdos daquela em que se encontrava. por este motivo, não raramente, o estudo completo do currículo, constituído principalmente de Latim e Grego, se prolongava por seis ou sete anos.(22)

O Curso de Humanidades possuía um caráter eminentemente linguístico-literário, dentro da mais pura tradição clássica e o objetivo era “a arte acabada da composição ,oral e escrita”. A Gramática deveria “assegurar uma expressão clara e exata”; as Humanidades “uma expressão rica e elegante”; e a Retórica “mestria perfeita na expressão poderosa e convincente...”

Certamente, pela famosa rigorosidade de disciplina da Companhia , pode-se prever que, no Brasil, tentativas foram feitas no sentido de se adaptar o Curso de Humanidades ao plano geral do “Ratio”, mas as dificuldades foram inevitáveis. Na verdade, segundo Serafim Leite, seguiu-se sempre muito mais o programa do Colégio de Évora de 1563 que, por sua maior simplicidade, melhor se adequava às condições aqui existentes.

Por esse programa de Évora eram cinco as classes de Gramática Latina, iniciando-se os estudos pela 5ª (quinta) que compreendia os rudimentos da Gramática e uma seleção das “Cartas” de Cícero.

Na classe de Humanidades os estudos se concentravam no “De Bello Gallico”, de Cesar; no 10º (décimo) livro da “Eneida”, de Virgílio e na Gramática Grega.

Finalmente, na classe de Retórica estudava-se o 6º (sexto) livro da “Eneida”; o 3º (terceiro) livro das “Odes, de Horácio; e “De lege agraria” e “De Oratore, de Cícero. Na parte de grego eram vistos os “Diálogos”, de Luciano.

Esta programação de Évora, anterior à edição definitiva do “Ratio” de 1599, teve posteriormente, ampliada a sua extensão, mas é certo que corresponde sensivelmente aos estudos usados sempre no Brasil. “Sensivelmente, porque há diversidade no número de classes e entre os autores lidos no Brasil aparecem Quinto Cúrcio e Sêneca, não mencionados nesse programa de Évora’ (23)

Os dados disponíveis pesquisados não permitiram precisar a data de implantação desse curso, o grau de organização que alcançou no Espírito Santo e nem a regularidade do seu funcionamento no século que se seguiu, após a restauração do Colégio. Todavia, deve ter sofrido as adaptações necessárias às circunstâncias locais e aquelas relativas às disponibilidades da Companhia.

A julgar pelo catálogo de 1757, quase à época da expulsão, em que se registra a presença no Colégio de um único mestre de Gramática, o padre Miguel da Fonseca, pode-se imaginar que a qualidade e a normalidade de funcionamento do curso sempre esteve na dependência da presença de jesuítas possuidores das

qualificações necessárias para assumir a regência das aulas. Considerando-se essa particularidade, é muito provável que o curso, em algumas oportunidades, tenha alcançado um bom nível quando aqui estiveram algumas das celebridades da Companhia. Este é o caso, por exemplo, do período compreendido entre 1674 e 1677 quando aqui esteve, como vice-reitor, o padre Antônio de Sá considerado um dos expoentes maiores dos jesuítas no século XVII.

O mesmo se pode dizer no caso do padre Manoel de Leão, Mestre de Filosofia, que aqui residiu muitos anos, após 1720.

Outro exemplo é o do padre José Álvares, reitor do Colégio entre 1747 e 1749, professor de Teologia e Filosofia.

E, assim, de acordo com essas circunstâncias, o Colégio buscou manter, durante todo o segundo século de existência da instituição, o curso de Humanidades. Além disso, desde os primeiros tempos a catequese e o ensino elementar jamais foram interrompidos.

Porém, a verdade é que, nesses dois séculos, a educação jesuítica envelhecera, já não mais correspondia às novas aspirações e necessidades.

Durante o século XVIII acentuaram-se na Europa, especialmente na França, os movimentos filosóficos que traduziam a reação contra todas as formas e instituições que representavam um longo domínio dos antigos conceitos. Buscando integrar o racionalismo de Descartes com o empirismo de John Locke, o novo movimento afirmava a crença absoluta no poder da razão auxiliada, exclusivamente, pela experiência sensorial. Introduzida nos círculos culturais franceses por Voltaire esta nova concepção teve a sua mais alta expressão elaborada por um grupo de literatos e filósofos conhecidos como “enciclopedistas”. (24)

Um dos principais alvos da crítica desse movimento revolucionário foram os dogmas do Cristianismo personificados por sua principal representante, a Igreja Católica Romana.

A Influência dessas novas idéias produz, em muitos casos, um processo de ruptura em que o Estado busca subtrair da Igreja o domínio exercido sobre a sociedade nas áreas política, sócioeconômica e educacional. Como conseqüência, a Companhia de Jesus, principal divulgadora das idéias cristãs, através de seus Colégios espalhados por todas as partes, passa a sofrer intensa contestação que iria culminar com a sua supressão

Em Portugal as condições se apresentariam ainda mais propícias a esses ataques. Os jesuítas, desde D. João III, detinham o domínio quase absoluto, sobre a educação no reino e em suas colônias. Além disso, exerciam grande influência e eram, por este motivo, acusados do grande atraso cultural e econômico em que se encontrava a nação portuguesa. Já no reinado de D. João V (1706 a 1750) algumas

tentativas de reforma se tinham manifestado. Em 1746, publica-se o “Verdadeiro Método de Estudar” de Luís Antônio Verney que representa uma das críticas mais severas da pedagogia jesuítica. O processo se intensifica com Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, adepto da nova “filosofia das luzes” e ministro de D. José I que assumiu o trono português em 1750.

Em 1755 e 1758 subtrai-se da Companhia a administração das aldeias indígenas. Finalmente, em 1759, proíbe-se, em junho, o funcionamento das escolas jesuíticas e, em setembro, decreta-se a expulsão do reino português e seus domínios. Interrompe-se, assim, essa obra educacional construída ao longo desses dois primeiros séculos.

A saída da Companhia de Jesus iria determinar um sem número de dificuldades, pois ela constituía, a despeito de todas as falhas que lhe possam ser atribuídas, a fonte mais comum e mais ampla de oportunidades educacionais.

Na apreciação abalizada de Fernando de Azevedo, o que aconteceu com a expulsão:

“não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão”. (25)

Para se avaliar as conseqüências do ato de Pombal basta lembrar que os jesuítas mantinham, somente na Colônia, “25 residências, 36 missões e 17 Colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever, instaladas em quase todas as aldeias e povoações onde existiam casas da Companhia”. (26)

No Espírito Santo estavam 17 jesuítas distribuídos pelo Colégio, em Vitória, pelas casas das aldeias de Reis Magos (Nova Almeida) e Reritiba (Anchieta) e pelas fazendas de Muribeca, Itapoca e Araçatiba.

Para dar cumprimento à ordem de expulsão chegou a Vitória, no dia 4 de dezembro de 1759, o desembargador João Pedro de Souza Sequeira Ferraz. Os padres e irmãos foram reunidos no Colégio e, a 22 de janeiro de 1760, embarcaram no navio Libúrnia partindo para o Rio de Janeiro de onde seguiram para o exílio.

Nos 208 anos de trabalho desenvolvidos no Espírito Santo a instituição jesuítica teve quarenta e oito dirigentes, dentre eles José de Anchieta por volta de

1587 ou 1593

Com a obra educacional desenvolvida pela Companhia de Jesus nesses primeiros séculos, construiu-se a primeira das grandes linhas que caracterizam a educação brasileira: a orientação humanístico-cristã da qual os padres jesuítas foram aqui os principais representantes e divulgadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - Regimento de Tomé de Souza. Apud, TAPAJÓS, Vicente et alii. **História administrativa do Brasil**, v. 2. Rio de Janeiro: DASP, Serviço de Documentação, 1966, p. 261.

2 - _____ p. 260.

3 - PEIXOTO, Afrânio (org.). **Cartas jesuíticas II** (Cartas avulsas 1550-1568). Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica (Publicação da Academia Brasileira), 1931, p. 37.

4 - DERENZI, Luiz Serafim. **História do Palácio Anchieta**. (Publicação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo). Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1971, p. 23.

5 - LEITE, Serafim (org.). **Novas cartas jesuíticas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 24.

6 - _____ p. 104,

7- _____ p. 26,

8 - PEIXOTO, Afrânio (org.). Opus cit. p. 127.

9 - LEITE, Serafim (org.). **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**, v. 1. São Paulo: Confissão do 4º Centenário da cidade de São Paulo, 1954, p. 428.

10 - **Novas cartas jesuíticas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional

11 - _____ p. 104 - 5,

12 - PEIXOTO, Afrânio (org.), opus cit. p. 196 - 7.

- 13- _____ p. 221,
- 14 - BARBOSA, A Lemos. Apud, ARAÚJO, Antônio **Catecismo na língua brasileira** (apresentação). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1952, p. XIV.
- 15 - PEIXOTO, Afrânio (org.). Opus cit., p. 253.
- 16 - **Cantos, informações, fragmentos históricos e sermões do padre Joseph de Anchieta 1554 - 1594** (Cartas jesuíticas In). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 381.
- 17 - GAMA Oscar, **História do teatro capixaba: 395 anos**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida / Fundação Cultural do Espírito Santo , 1981, p. 57.
- 18 - LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. v. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 133.
- 19 - FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**, v. I, Rio de Janeiro, 1961, p. 16.
- 20 - _____ p. 17.
- 21 - PEIXOTO, Afrânio . Opus cit., p. 340
- 22 - FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1952, p. 48.
- 23 - LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, v. 7. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p.152.
- 24 - EBY, Frederick. **História da educação moderna**. Porto Alegre: Editora Globo, 1962, p. 265.
- 25 - AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**, (publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística),v. 3. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958, p. 47.
- 26 - _____ .

**Anchieta,
o Homem
Múltiplo**

AYLTON ROCHA BERMUDEZ

ANCHIETA, O HOMEM MÚLTIPLO

Aylton Rocha Bermudes

José de Anchieta! Padre Anchieta! O reconhecimento e a voz de seus contemporâneos, testemunhando e proclamando os seus trabalhos, suas virtudes e santidade ecoam ao longo de mais de quatro séculos e o colocam no pedestal de nossa admiração e de nosso comovido reconhecimento. O moço estudante e noviço da companhia de Jesus, que veio para o Brasil descoberto havia apenas meio século, trazia no íntimo uma ambição, como os colonizadores. Só que, enquanto navegadores, súditos do reino de Portugal, donatários, aventureiros, exilados se consumiam na febre da busca de riquezas, o moço débil de saúde, mas atleta de espírito, ardia no ideal de plantar a semente do bem e conquistar almas para Cristo e sua igreja. “Os expedicionários devassavam matas e sertões em busca de ouro para as arcas do Rei e o padre em busca de almas para o tesouro do céu”, escreve o padre Hélio Viotti, na magnífica biografia que dele escreveu, **Anchieta, Apóstolo do Brasil**, pág. 38.

Os singulares dotes de inteligência e de coração, os atos de virtude que o notabilizaram desde Coimbra, onde foi estudar aos 16 anos de idade, vieram esplender na terra nova achada por Cabral em 1.500. Quando, após 44 anos de fecundíssima e heróica atividade, fechou os olhos para seus amados curumins, na paisagem de sua predileta Reritiba, de planícies, de serras, de rio e de mar, a fama de suas virtudes, os sentimentos de gratidão, de veneração e de amor explodiram em manifestação de pesar, de dor, de carinho, reconhecimento e saudade. Com a notícia de sua morte, a população indígena aglomera-se diante do colégio e, em chore comovente, lamenta a perda de seu maior benfeitor e amigo.

O padre Fernão Cardim, seu contemporâneo, testemunha de sua omnimoda atividade, proclama em saborosa linguagem toda sua: “Este padre é um santo! Um Santo de grande exemplo e oração, cheio de toda a perfeição, desprezador de si e do mundo, uma coluna grande desta província e tem feito grande cristandade e conservado grande exemplo; de ordinário anda a pé, nem há de tirá-lo de andar, sendo muito enfermo. Enfim, sua vida é vere apostólica.” (Ap. Jaime dos Santos Neves, *A outra história da Companhia de Jesus*, pág. 269).

Simão de Vasconcelos, também contemporâneo seu e colega da Companhia de Jesus, deixou esse lindo e singular testemunho: “José trazia o céu na boca, bastava ouvi-lo e via-se logo que Deus morava nele”. Fala da glória de Tenerife, nas Canárias, sua terra de nascimento, com arroubo que se justifica, quando se quer e se deve gravar um retrato o mais possível fiel de uma personagem extraordinária, mas

se depara com a palidez e a insuficiência da palavra: “De todas as fortunas podemos ter em canto como a primeira dar-nos Tenerife um José, alguém maior do que não cabe em nossa pena, pois no orbe todo não cabe.” (Ap. Jaime dos Santos Neves, op. cit., pág. 182).

Esse mesmo Simão de Vasconcelos, que o conheceu pessoalmente e foi um dos seus primeiros biógrafos, assim reproduz o seu retrato físico: “Foi o padre José de Anchieta de estatura medíocre, diminuto em carnes, em vigor de espírito robusto e atuoso, em cor trigueiro, os olhos parte azulados, testa larga, nariz comprido, barba rara, mas no semblante inteiro, alegre e amável.” (Op. cit., pág. 193). O próprio Anchieta diz de si mesmo com modéstia: “No gesto, o menos aprazível, humilde, roto, quebrado de costas.” O seu verdadeiro retrato, porém, transparece de sua alma, da força interior que o animava e impelia a uma atividade miraculosa.

O publicista Brasília Machado completa o quadro com esta síntese: “Anchieta foi o homem prodigioso, o escolhido de Deus, que se internava à busca das nações bravias, curvado sob o, aliás, minguado peso das alfaias que conduzia para o sacrifício dos altares, arrimado a um tosco bordão, rota e pobre roupeta, descalço a magoar as pés nas pedras do caminho, afrontando as chuvas e os sóis, recebendo de mão esmoler o parco alimento com que subsistir, andando com tanta pressa pelas brenhas e matas que os mesmo brasis, curtidos por aquelas charnecas, acostumados a matejar, não podiam alcançá-lo.” (Ap. Jaime, op. cit., pág. 197). Por isso, as índios lhe puseram o apelido de caraibebê homem de asas. Um índio de Iperoigüe expressou seu assombro diante do jesuíta frágil, mirrado de corpo, mas nimbado de luz celestial, que com sinceridade e cordura lhes falava de Paz: “Ele é mais que homem”.

No Processo informativo do Rio de Janeiro, em longo e histórico depoimento prestado no dia 10 de julho de 1610, 13 anos apenas após a morte de Anchieta, o padre Fernandes Gato, da mesma Companhia de Jesus, indagado pelo procurador do processo, padre Antônio de Matos, respondeu: “Digo que conheci ao padre José de Anchieta, em sua vida, por tempo de ano e meio, na Capitania do Espírito Santo, na vila de Vitória, na casa de São Tiago da Companhia e na aldeia dos índios de Reritiba, onde residi alguns meses” Fui companheiro em algumas missões e me confessava com o dito padre e o mesmo, comigo testemunha, algumas vezes. E o conheceram os mais religiosos da Companhia de Jesus e os moradores do Espírito Santo. E isto haverá 25 anos... Digo que sei que o dito padre resplandeceu muito na virtude da caridade para com os próximos, exercitando com eles as obras de misericórdia “espirituais e corporais, indo muitas léguas a pé, acudindo aos índios e brancos, a confessar, batizar e pregar. O que sei por ir algumas vezes com ele a estas coisas, indo descalço com um bordão na mão. E acudindo a pessoas pobres, com algumas coisas necessárias para sua sustentação. E, sendo superior, dava o

que havia em casa, ainda que não ficasse nada; acrescentando Deus por essa via. O que sei pela razão que dito tenho e ser público e notório entre todos os religiosos da companhia e entre os moradores destas partes... Digo que sei que resplandeceu o dito padre na virtude da castidade e da pureza dela, guardando perfeitamente os votos e os sentidos, examinando a consciência muitas vezes no dia e noite, procurando evitar todas as más ocasiões. Estando cativo em refém, lhe vinham as Índias dizer como podia viver sem ter mulher, sendo moço. O dito padre lhes mostrava as disciplinas (com que tratava seu corpo com muito rigor e carne com jejuns, disciplinas, cilícios, abstinência e vigílias), dizendo que, com a graça de Deus e com aquelas, podia viver sem isso. O que foi público e notório entre todos; contando-me também o dito padre”. (Op. cit., pág. 265). Digo que sei que em vida do dito padre havia grande opinião da santidade dele e o tinham por Santo e bem-aventurados todos, comum e publicamente, ainda os menos infiéis. O que sei pelo tratar particularmente e ser pública voz e fama entre todos os moradores desta parte.”

Tamanho era esse sentimento e tão arraigada essa convicção que, Segundo o mesmo depoente “todos têm muita veneração e devoção ao dito padre, e se encomendam a ele em suas necessidades, pedindo-lhe a sua intercessão.” (Op. cit., pág. 269).

O escritor português Júlio Dantas assim resume: “Anchieta foi um milagre de poesia, de bondade e amor”.

Com apenas 19 anos de idade, José de Anchieta embarcou em Portugal, na frota do Governador Duarte da Costa, em 8 de maio de 1553, aportando à Bahia, depois de uma viagem de dois meses e cinco dias, em 13 de julho. Fazia parte do segundo grupo de missionários jesuítas chefiado pelo padre Luiz da Grã e Integrado pelos padres Braz Lourenço e Ambrósio Pires e pelos Irmãos estudantes Gregório Serrão, Antônio Blásquez e João Gonçalves. Era o último na idade, diz o padre Hélio Viotti, não porém no talento, na cultura, nem nos invulgares dotes de espírito, que, fecundados por graças de eleição, o destinavam a ser por excelência o apóstolo do Brasil.” (op. cit. pág. 20).

No ano de 1549, em companhia de Tomé de Souza, o primeiro Governador do Brasil, por mandado de El-Rei D. João III e por ordem do fundador Inácio de Loiola, chegaram os padres da companhia de Jesus: Manoel da Nóbrega, superior, João de Aspicuelta Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Pires e dois Irmãos: Diogo Jácome e Vicente Rodrigues.

Com ânimo infatigável e sacrifício, com dificuldades e obstáculos tão grandes quanta a extensão das novas terras, perseguiram o duplo objetivo da reforma espiritual e moral da população dita civilizada e a conversão dos gentios.

Em 1550, tinham vindo outros tantos, chefiados pelo padre Afonso Braz, que

assinalou sua presença e trabalho no Espírito Santo, iniciando a construção da igreja e colégio de São Tiago e perpetuou em carta de 1551 a sua admiração pela nova terra: “Esta onde ao presente estou é a melhor e mais fértil de redor o Brasil.”

Para compreender o espírito e os acontecimentos do século XVI, o homem deste fim de milênio há de ter presente a importância e o papel que nele desempenhava a religião. Ela era a força que guiava as naus, inspirava e impelia aqueles homens que não tinham outra ambição senão a conquista de almas. Como Francisco Xavier e Matteo Ricci, na Índia e no Japão, eles também imploravam: “Domine, da mihi animas, coetera tolle.” (=Senhor, dai-me almas e tirai o resto).

Alfredo Bosi, professor de literatura na Universidade de São Paulo, anota em seu livro “A Dialética da Colonização”: “No mundo arcaico, tudo é fundamentalmente religião”. (pág. 15). Os colonizadores portugueses na América, na Ásia e na África desfraldaram a bandeira da dupla divisa: dilatar a fé e o império, desiderato que Camões immortalizou na 2ª estância do Canto I de “Os Lusíadas.”

A fé cristã havia penetrado em todas as camadas sociais, do campo ao burgo, das casas modestas aos palácios e norteava todas as atividades. O catolicismo era a religião do Estado. Propagá-lo no mundo recém-descoberto era dever de consciência de reis, nobres, vassallos e colonos.

Esse fervor religioso, esse apelo à intervenção da divindade, onipresente na existência dos povos primitivos e nas velhas civilizações, se depara nas literaturas antigas como a responder a uma profunda e misteriosa exigência do homem, eterno insatisfeito das coisas criadas, por mais que a tecnologia o deslumbrasse e fascinasse com tantos bens e tantos recursos materializados numa vitória. Às vezes falava e incompleta, sobre a natureza.

No mundo antigo, pode-se dizer que nenhuma ação ou empresa se realizava sem o apelo ou a interferência das inúmeras divindades.

Na Odisseia, celebra-se, no início do Canto VI, uma segunda assembléia dos deuses em que se rememoram as peripécias de Ulisses ao retornar à Ítaca: “Todos os deuses o levantavam, exceto um, Posêidon...” Agamenon, no Canto III da Ilíada, invoca a proteção de Júpiter na luta e entre Menelau e Páris, que disputam Helena: “Júpiter, pai supremo e a quem ninguém suplanta, deus grande, deus sem par e reinador augusto!”

Marte, Zeus, Apolo, Minerva são invocados pelos guerreiros, em cada transe.

Na Eneida, Juno, rainha dos deuses, irmã e esposa de Júpiter, prefere Cartago: “Urbs antiqua fuit... Carthago... quam Juno fertur terris magis omnibus unam posthabita coluisse Samo.” (Uma cidade antiga existiu... Cartago, a qual conta-se que Juno amava mais do que todas as terras, preferindo mesmo a Samos).

Netuno, deus dos mares, aplaca a tempestade e invectiva os ventos:

“Maturate fugam, regique haec dicite vestro: Non illi imperium pelagi saevumque tridentem, sed mihi sorte datum.” (Apressai a fuga e dizei isto ao vosso rei: o domínio do mar e o poderoso tridente foi dado por sorte não a ele, mas a mim).

Vênus entende-se com Juno para propiciar o casamento de Enéas e Dido.

Na perfeita e vigorosa descrição do dilúvio, das “Quatuor Aetates”, Ovídio, as vezes frívolo e licencioso, não prescinde da intervenção de Netuno: “ipse tridente suo terram percussit; at illa Intremuit motuque vias patefecit aquarium.” (O próprio Netuno golpeou a terra com o seu tridente; e ela estremeceu e abriu com esse movimento o caminho das águas). O mesmo poeta, compelido a deixar Roma, na angústia de separar-se dos que ele ama, impreca os deuses e lamenta não mais contemplar seus tempos: “Numina vicinis habitantia sedibus, inquam, iamque oculis nunquam templa videnda meis... este salutati tempus in omne mihi.” (Ó divindades que habitais esses lugares vizinhos e que meus olhos nunca mais verão, eu vos saúdo para todo o sempre.)”

Cícero, da veemente apóstrofe de acusação a Catilina, passa a invocar as divindades protetoras de Roma: “O dii immortales! Ubinam gentium sumus; in qua urbe vivimus?” (Ó deuses imortais, em que terra estamos, em que idade vivemos?).

Camões, o poeta maior da língua, após descerrar o grandioso cenário em que se aventuram os portugueses, canta, na 19ª estância do Canto I de “os Lusíadas”:

“Já no largo oceano navegavam,
As inquietas ondas aportando,
os ventos brandamente respiravam,
Das naus as velas côncavas inchando...”

quando Júpiter, o Tonante, convoca

“... os deuses do Olimpo luminoso,
Onde o governo está da humana gente,
Se ajuntam em concílio glorioso
Sobre as cousas futuras do Oriente...”
(Lus., 1, 20)

não para pedir, mas para determinar

“Com um tom de voz grave e horrendo”

que os audazes navegadores

“.., porque, como vistes, têm passados
Na viagem tão ásperos perigos,
Tantos climas e céus experimentados,
Tanto furor dos ventos inimigos
(Que) sejam, determino, agasalhados,
Nesta Costa africana como amigos,
E rondo guarnecida a lassa frota
Tornarão a seguir sua longa rota”
(Lus., I, 29)

Não trepidou o épico genial em entrelaçar o maravilhoso pagão e o maravilhoso cristão, como na estupenda narração da batalha do campo de Ourique, em que Cristo crucificado se mostra ao rei Afonso para o encorajar:

A matutina luz, serena e fria,
As estrelas do Polo já apartava,
Quando na cruz o Filho de Maria
Amostrando-se a Afonso o animava.
Ele adorando quem lhe aparecia,
Na fé todo Inflamado assim gritava:
“Aos infiéis, Senhor, aos infiéis,
E não a mim que creio o que podeis.”
(Lus. III, 45)

Na rotina da existência individual ou familiar, como demonstrou Fustel de Coulanges em “La Cité Antique”, ou por ocasião de eventos decisivos, o homem, nas sombras da crendice ou na luminosidade da fé, sempre recorreu à divindade.

Na Península Ibérica, invadida e ocupada durante 7 séculos pelos mouros, os inimigos políticos eram também inimigos religiosos, o Alcorão opunha-se ferreamente ao Evangelho, a luta plurissecular da cruz contra a cimitarra tinha deixado marcas indeléveis. A fé profunda alargara o poder temporal da Igreja.

Essas lutas, os dramas que elas suscitaram, ofereceram o amplo quadro onde se desenrola o belo romance de Alexandre Herculano “Eurico, o Presbítero”, em que o amor proibido do gardingo e de Hermengarda inspirou as mais ardentes páginas do romantismo português.

O achamento das novas terras, extensas e ignotas, como não podiam aquilatar os descobridores lusos, incendiou-lhes o ânimo e a ambição. Precisavam ocupá-las, colonizá-las.

Na monumental multibiografia “Os jesuítas”, o escritor francês Jean Lacouture, retoma os principais episódios da prodigiosa história da companhia de Jesus e dá uma visão da época em que Inácio de Loiola e seus companheiros preparavam seus fundamentos. Escreve o emérito biógrafo: “Nesse tempo, o universo se torna imenso e o homem primordial. O ano Mil fora dos grandes pavores. A metade do segundo milênio é a estação das grandes esperanças. A terra se infla de espaços novos, a história se retesa até as origens como para saltar melhor em direção ao futuro.” (Pág. 10).

O profundo e arraigado sentimento religioso dos reis, dos nobres e da sociedade os incitava à difusão da fé católica, uma das finalidades da colonização. A ordem de Jesus aos discípulos, no instante soleníssimo de ascender aos céus - “Ide e ensinai todas as gentes...” consideravam-na como também a eles dirigida.

Colombo, após contemplar, feliz e fascinado, ao despontar daquela manhã de 12 de outubro de 1492, a ilha de coral Guanahani (atual Bahamas), desceu à terra com os capitães Martim Pinzon e seu irmão Vicente e, diante da multidão de indígenas completamente nus e pintados com diferentes cores, os três se ajoelharam, beijaram-na com lágrimas de ação de graças e agradeceram a Deus que as recompensava, depois de do longa e estranha viagem. (cf. Marianne Mahn - Lot, Retrato histórico de Cristóvão Colombo, pág 53/54 - Jorge Zahar Editor-Rio).

O navegador registra em seu Diário a preocupação “de que os indígenas se afeioassem a nós (pois eu bem sabia que o amor mais do que a força os atrairia para a nossa Santa Fé.)Op. cit, pág. 54). As expedições descobridoras levavam pela vastidão do mar indevidado o objetivo que o Almirante anotou de encontrar aura, mas também de reconhecer os lugares favoráveis a futuros estabelecimentos cristãos e de preparar o terreno para a evangelização que deseja... (op. cit, pág 57). Escrevendo aos reis de Castela, fala da esperança de que poderia haver nessas regiões um lugar de comércio para toda a cristandade e, principalmente, para a Espanha e que “só bons católicos cristãos (isto é, com exclusão dos conversos) devem poder estabelecer-se aqui, pois o objetivo inicial da empresa sempre foi o crescimento e a glória da religião cristã.” (Op. cit., pág. 58).

Os homens de Colombo, porém, e até mesmo um capelão da frota se entregavam à cata de ouro e não só não tratavam os índios com amor, como lhes determinara o Almirante, mas lhes infligiam maus tratos, escravizavam-nos, abusavam de suas mulheres e as raptavam, como fariam povoadores portugueses nas terras de Santa Cruz.

Em qualquer época da história, as hordas; as legiões, os exércitos, os grupos antepuseram sempre a satisfação do instinto e a cobiça à ordem de seus chefes, insurgindo-se contra os preceitos da religião, da moral e do direito, que alicerçam,

organizam e disciplinam a sociedade.

No Regimento de Tomé de Souza, assinado em 1548, primeira constituição com que se regeu o Brasil, declarava D. João III: “A principal causa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente delas se convertesse à fé católica. (Ap. Hélio Viotti, *Anchieta, O Apóstolo do Brasil*, pág. 77). Já Pero Vaz de Caminha, na carta encomiástica com que noticiava a El Rei a descoberta da Terra de Santo Cruz, dizia que a catequese dos gentios era “o melhor fruto” que se devia colher na nova terra.

Nóbrega, o extraordinário Manoel da Nóbrega, que aliava a visão de administrador à ação de infatigável missionário, registra em carta a Tomé de Souza, datada de 05 de julho de 1559, seu constante propósito 10 anos depois de iniciado o seu trabalho apostólico: “Dois desejos me atormentaram sempre: um, ver os cristãos reformados... e outro, ver disposição no gentio para se lhes pregar. Para isso fui com meus irmãos mandado a esta terra e esta foi a intenção de nosso rei tão cristianíssimo.”

A finalidade da ação dos jesuítas “era puramente religiosa, mas de imensa repercussão para o progresso social e, indiretamente ao metros, para a expansão material da colônia, que surgia nesse mesmo momento como novo Estado de constituição e de governo central, por ato de D. João III.” (Hélio Viotti, *op. cit.*, pág. 19). O declarado objetivo do poder oficial de ensinar a doutrina aos gentios e fazê-los membros da igreja enredava-se nas dificuldades materiais da ocupação, do povoamento, da colonização. Os colonos para aqui vindos eram, em grande parte, degredados, náufragos, condenados, aventureiros que vislumbravam a liberdade e, em suas mentes rudes, faiscava a miragem do enriquecimento na vastidão destas terras sem fim. Escreve o historiador português Oliveira Martins que o Brasil era “asilo, couto, homizio, garantido a todos as criminosos que aqui quisessem vir morar...”

Anchieta, desde o princípio, considerava os portugueses os maiores entraves à catequese e dizia em uma de suas cartas: “os maiores impedimentos nascem dos portugueses e o primeiro é não haver neles zelo da salvação dos índios, antes os têm por selvagens.”

Darcy Ribeiro, recentemente falecido, escreve na obra “O Povo Brasileiro”; “O mundo colonial era boçal, ínvio, ímpio e bruto.” (pág. 62). Não surpreende que os colonos, em regiões remotas, sem a vigilância do poder central agissem livremente e tratassem os aborígenes como animais, quando, segundo observa Jean Lacouture, no início desse mesmo século XVI, na Europa da Renascença, bem perto da universidade de Paris, “numa praça do Quartier Latin, uma cloaca, no dizer de Erasmo, se realizavam manifestações, trocava-se dinheiro, enforcavam-se os condenados, linchavam-se os bandidos e queimavam-se os hereges.” (Os Jesuítas, pág 54).

As motivações tão diversas dos colonos e dos jesuítas tinham que gerar o conflito que estalou entre eles. O mesmo Darcy Ribeiro, cuja obra de antropólogo e escritor foi exuberantemente festejada, não morria de amores pela ação dos jesuítas, menciona, entretanto, no mesmo livro “O Povo Brasileiro”, “a oposição frontal dos povoadores portugueses a um projeto que lhes disputava a mão-de-obra indígena...” como outros autores, anota que “os jesuítas assumiram grandes riscos no resguardo e na defesa dos índios.” (Pág 54). Coarctado pela verdade histórica, pela compreensão do espírito da época e do ideal missionário dos discípulos de Loiola, não rechaça a observação mesmo com uma ponta de ironia: “Eram uns santos homens, em sua alienação iluminada, continuaram crendo que cumpriam uma destinação cristã de construtores do reino de Deus no novo mundo, de soldados apostólicos da cristandade universal.” (Pág. 58).

Esse conflito que a capacidade diplomática de Nóbrega e a infinita bondade de Anchieta, aliadas à firmeza e à autoridade moral de ambos, conseguiram atenuar, estendeu-se ao século XVII e se traduziu em atos de violência denunciados e verberados pela inigualável eloquência do jesuíta padre Antônio Vieira, no sermão da Epifania pregado em 1662. Alfredo Bosi focaliza essa contradição: “Como poderia uma instituição (a Igreja), que vivia dentro do Estado monárquico, e à custa dos excedentes deste, desenvolver um projeto social coeso à revelia das forças que dominavam esse mesmo sistema?” (Op. cit., pág. 137).

Nesse panorama erçado de obstáculos, de lonjuras imensuráveis, de matas densas e impenetráveis, habitadas pelos índios justificadamente desconfiados, arredios e hostís, sem casa, sem roupa, sem ferramentas, sem compreender e sem falar a língua deles, submetidos a muitos trabalhos, frios, fomes, cansaços, jejuns, mortificações, privações e outras mil incomodidades corporais, apoiados tão só no ideal de atrair os brasis para a civilização e para a fé, os jesuítas não foram só catequistas e colonizadores, mas, muito mais do que isso, foram patriotas, heróis e santos. Dentre eles destacou-se, por seus dotes de alma e inteligência excepcional, José de Anchieta, que, durante os 44 anos aqui vividos e trabalhados, foi o homem múltiplo, que deixou sua vida consumir-se num ato só de doação aos indígenas.

Só um ser verdadeiramente extraordinário, cuja debilidade orgânica e falta de meios foram superadas pela miraculosa força interior, que, em casos como este, só pode ser chamada de santidade, como nos exemplos de ontem e de hoje, de São Francisco de Assis, São Vicente de Paula, Madre Tereza de Calcutá e Irmã Dulce dos Alagados da Bahia, conseguiria multiplicar-se, ser tudo para todos e exercer atividades tão díspares, como de catequista, professor, filólogo, construtor, intérprete, enfermeiro, reitor, provincial, historiador, poeta, dramaturgo. Silvio Romero, com a autoridade de grande crítico e historiador de nossa literatura, considera Anchieta

“o mais antigo vulto de nossa história intelectual.”

Admira-se a capacidade de Anchieta de aproximar-se dos índios, de atraí-los com sua bondade, falar-lhes em sua própria língua, desdobrar-se para protegê-los dos abusos, da exploração e dos maus tratos infligidos pelos colonos. O seu labor multiforme foi um milagre de tenuidade, de doação de si mesmo, de amor ao próximo, de altíssima importância para a formação da nacionalidade nascente, oferecendo a sua inteligência e a sua vida para evitar o sacrifício sangrento de dezenas de milhares de índios Tamoios e Tupinambás, aliados aos franceses, em confronto com os portugueses, no episódio histórico de Iperoígue. O historiador Robert Southey classificou a missão de Nóbrega e Anchieta, reféns voluntários dos Tamoios, como “a mais perigosa embaixada de que nunca ninguém se encarregou.”

A aliança de Tamoios e Franceses, sediados em ponto estratégico de nosso literal, “constituía, escreve o padre Hélio Viotti, terrível ameaça à sobrevivência da colonização lusitana no sul do Brasil” e podia acarretar mesmo a secessão do país. “A fé e o império periclitavam nesta parte da América portuguesa (ld., op. cit., pág 91). Não é, portanto, exagero afirmar com Jaime dos Santos Neves que “o armistício de Iperoígue foi para o Brasil o maior êxito diplomático de sua história.” (A Outra História da Companhia de Jesus, pág 203).

O homem múltiplo, suave no aspecto e no trato, que irradiava e promovia a Paz naquele ambiente de ferocidade, mostrou, mais uma vez, que era habilíssimo pacificador, ao visitar, como Provincial, em 1583, a Capitania do Espírito Santo, onde conseguiu conciliar o povo com o segundo Donatário.

Na vida e na obra de Anchieta, tecidas de caridade e luz, não faltou quem pretendesse enxergar sombras e até desprezo pelo bem do próximo, como no episódio de Jean Coynta, mais conhecido como João de Bolés, urdido pelo preconceito e pelo fanatismo religioso, o qual a verdade histórica esclareceu e pulverizou. Por seu lado, a concepção materialista, incapaz de compreender as motivações do sobrenatural e ávida de vestir as exóticas roupagens de teorias modernas em acontecimentos do passado, censura à ação dos discípulos de Loiola não ter usado, nos séculos XVI e XVII, as práticas da inculturação. Segundo essas opiniões, “Anchieta e seus companheiros, na síntese de Hélio Viotti, são réus do crime de terem interrompido abruptamente uma cultura primitiva, digna de ser preservada.” (Op. cit., pág 132). Nessa perspectiva de civilização, ainda hoje poderíamos estar vivendo à moda tapuia, ou dos Tupinambás, - a uma tal consequência leva o sofisma desses opositores.

Os abusos, os excessos, o aprisionamento e a escravização de indignas, postos em prática pelos primeiros povoadores, tangidos pela cobiça, pela singularidade do meio, a inoperância e a omissão da autoridade civil, foram sempre

e veementemente profligados pelos jesuítas, atitude que os levou, mais de uma vez, ao confronto com os colonizadores e até à perseguição.

A idéia pré-romântica de Rousseau, no século XVII, de exaltação da natureza e de que o homem, no estado natural, é bom, mas a sociedade corrompe, não foi posta em prática em nenhum lugar, ao contrário, foi até ridicularizada pelos iluministas e pela verve de Voltaire, que troçou do autor do Emile: “Vous me donnez envie de marcher à quatre pattes” (Você me dá vontade de andar de quatro pés). O mito do bom selvagem não prosperou...

“A ação missionária dos jesuítas, de Anchieta, sobretudo, visava a propiciar aos índios os benefícios da civilização, instruí-los na doutrina cristã, integrá-los no grêmio da igreja. Atraíam-nos pela assistência, pela persuasão, pela bondade, ensinando-os a sobrepor-se aos azares da vida solta e nômade.

Castro Alves, no lindo e altissonante poema “Os Jesuítas”, fixou o instante de magia e de caridade em que o missionário, à procura do índio, o surpreende no recesso da floresta:

“Um dia a taba do Tupi selvagem
Tocava alarma... em baixo da folhagem
Rangera estranho pé...
O caboclo da rode ao chão saltava,
A seta ervada o arco recurvava...
Estrugia o boré.

E o tacape brandindo, a tribo fera
De um tigre ou de um jaguar ficava à espera
Com gesto ameaçador...
Surgia então no meio do terreiro
O padre calmo, santo, sobranceiro,
O piaga do amor.

Quantas vezes então sobre a fogueira,
Aos estalos sombrios da madeira,
Entre o fumo e a luz...
A voz do mártir murmurava unvida;
“Irmãos! Eu vim trazer-vos minha vida...
Vim trazer-vos Jesus!”

Um homem, por mais puro, experiente e santo, está condicionado as práticas

e as limitações de seu tempo. O historiador Francisco Iglésias, em entrevista ao suplemento IDÉIAS/LIVROS do Jornal do Brasil, de 18 de Janeiro de 1997, mostra a importância do tempo para a compreensão do fato histórico: “A categoria essencial do conhecimento histórico é a temporariedade. Está voltado para o tempo, assim como geógrafo está voltado para o espaço. O espaço informa a geografia, o tempo informa a história.”

É insensato, se não for preconceituoso, exigir dele mais do que lhe permitem as condições de seu tempo e de seu meio. Os jesuítas não poderiam ter feito mais do que fizeram. É necessário imaginar, dentro da perspectiva histórica, como se teria desenvolvido o relacionamento dos primeiros povoadores com os índios, não fora a ação benfazeja dos inácianos.

O papa João Paulo II, no discurso pronunciado por ocasião da visita oficial do presidente Fernando Henrique Cardoso à Santa Fé, em 16 de fevereiro de 1997, ressaltou “um glorioso passado de devotamento à causa de Cristo e da Igreja, e de benemérita ação evangelizadora” e que a Igreja, ontem como hoje, reivindica o “suficiente espaço de ação para desempenhar a sua missão no campo religioso para o bem comum, ao serviço do homem e da mulher, na plena verdade de sua existência, de seu ser pessoal, ao mesmo tempo, do seu ser comunitário e social, situado em numerosos ligames, contatos, situações e estruturas que o unem a outros seres da própria terra.”

Na encíclica “Redemptoris missio”, conceitua a inculturação de que tanto se tem falado: “Inculturar o evangelho significa introduzir os princípios evangélicos nas várias culturas. No caso dos índios, por exemplo, sejam respeitados os autênticos valores humanos, mas não se lhes negue a possibilidade e o direito de auferir os benefícios do autêntico progresso humano alcançados por outras culturas; sobretudo no campo da evangelização, seria desumano e cruel negar-lhes os frutos da Redenção Divina, a pretexto de preservar-lhes a cultura primitiva.”

Nenhuma civilização, nenhum governo, nenhum sistema filosófico, nenhum, chefe de família responsável deixa de proclamar e reconhecer os valores da educação e de propiciar às crianças e aos jovens os meios de adquiri-la. Com a catequese os jesuítas traziam os índios para a civilização e a fé cristã.

Montesquieu, precursor do espírito filosófico do século XVIII, que tão poderosamente contribuiu para o surgimento da sociedade moderna, externou a sua convicção de que “C’est en cherchant à instruire les hommes que l’on peut pratiquer cette vertu générale qui comprend l’amour de tous.” E particulariza: “Chose admirable!. La religion chrétienne, qui ne semble avoir d’objet que la félicité de l’autre vie, fait encore notre bonheur dans celle-ci.”

O Espírito Santo teve o privilégio de reaver os benefícios da múltipla atividade

de Anchieta, (por que não dizer?), de sua preferência, ao escolher a aldeia de Reritiba, atual cidade de Anchieta, como cenário de seus últimos trabalhos, quando sentiu que lhe minguavam forças e cresciam seus padecimentos. Pelas terras do Espírito Santo transitou, pela primeira vez, em 1553, pouco tempo depois de ter chegado ao Brasil. Aqui retorna em 1.555, como Visitador, em nome do padre Manoel da Nóbrega. Novel sacerdote, regressa da Bahia, na esquadra de Mem de Sá e aqui reza as missas de Natal, em 1566. Seus olhos de missionário, mas também de poeta, se embeberam nos recortes de nossa bela paisagem, nessas montanhas e baixadas, onde vagavam as tribos ainda assombradas com a presenças tantas vezes hostil dos povoadores, índios que eram a preocupação de seu missionário: “com eles, declarou; me dou melhor do que com as portugueses, porque aqueles vim buscar ao Brasil, e não a estes.”

Durante 20 anos, de 1577 até sua morte, em 1597, desde sua nomeação para prepósito da Província do Brasil, não mais se interrompe a sua ação sobre a Capitania do Espírito Santo. De 1588 a 1592, por 5 anos, é Superior em Vitória, onde, segundo o excelente Hélio Viotti, “se reproduz o espetáculo outrora contemplado em São Vicente. É o pai dos índios e dos portugueses. Catequista incansável. Pregador zeloso. Conselheiro dos governantes. Consolador dos que sofrem, a quem todos recorrem para as necessidades da alma e do corpo. Dessa época são algumas de suas cartas de mais rica substância espiritual. Desse mesmo tempo, muitas de suas composições literárias em tupi, português e espanhol, para a instrução sobretudo dos índios das aldeias.” (Op. cit., pág. 216).

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Decorridos 444 anos que a Terra de Santa Cruz teve a aventura de receber José de Anchieta, cuja obra admirável, heróica e santa o Brasil inteiro e, em especial, o Estado do Espírito Santo rememoram e enaltecem, por ocasião do 4º centenário de sua morte, na expectativa de que o beato Anchieta seja proclamado Santo Anchieta, nas luzes dos altares e no reconhecimento dos brasileiros, compreendemos e repetimos o brado sincero e espontâneo do índio de Iperoígue: “Ele é mais do que homem” com verdade histórica, justiça e força poética, Jaime dos Santos Neves escreveu essa bela síntese, que é o julgamento da posteridade sobre a obra de Anchieta e de seus companheiros: ... não ele apenas, mas todos eles, os jesuítas que vieram ao Brasil eram mais que homens, mais que santos, pois, tão humildes, tão poucos e tão sós (sobre um escombros de vidas), esticaram horizontes, construíram uma pátria, inauguraram uma época.” (Op. cit., pág. 259).

No “Jardim d’Épique”, Anatole France, para simbolizar a imortalidade das

obras de arte, como a **Ilíada e a Odisséia** e os monumentos da arquitetura helênica, imagina, em página de singular e amarga beleza, o fim da espécie humana, quando a terra submetida a temperaturas de um frio intensíssimo e de secura extrema, não mais tiver condição de comportar sobre o seu dorso a vida humana, quando o último homem exalar o seu derradeiro suspiro, o planeta continuará a rolar, levando através dos espaços silenciosos as cinzas da humanidade, os poemas de Homero, e os restos augustos dos mármores gregos, presos a seus flancos gelados.

Ouso dizer que, mais perenes e mais belos são os atos de devotamento e de amor ao próximo, a lição de cordura, de desapego próprio e de entrega a um ideal, como os de Anchieta.

A mais alta homenagem aos santos e aos grandes vultos da nacionalidade é, certamente com infinita distância, imitar-lhes os exemplos. Cada época tem os seus desafios à inteligência e à ação dos que trabalham para o bem da humanidade. Rubem Braga, na crônica em que fala sobre a dispersão dos despojos do Apóstolo do Brasil, lembra a perene lição de sua vida: “A relíquia verdadeira é o espírito de Anchieta, trilhando os caminhos humildes da terra do Brasil, ajudando seu país a acontecer.”

Vitória-ES, 21 de março de 1997.

Aylton Rocha Bermudes
(*Da Academia Espírito Santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*)

O Venerável

Anchieta

AMÉRICO BARBOSA DE MENEZES

O VENERÁVEL ANCHIETA

Américo Menezes

A verificação de que o Novo Mundo descoberto era habitado por seres humanos anatomicamente iguais aos que viviam na Europa ou na Ásia, trazia para a Religião de Cristo inesperado e largo horizonte de expansão. Quando se constatou que tais habitantes das terras ocidentais eram bárbaros a ponto de praticarem antropofagia, politeístas, fetichistas, nômades e guerreiros, o cristianismo católico compreendeu, como nenhuma outra religião a tarefa ingente que, a bem da civilização, estava para ser executada.

O sacerdote cristão levanta os olhos e descobre no horizonte longínquo, desconhecidos, os irmãos que mais carecem dos sagrados princípios do Redentor dos homens.

Não havia tempo a perder. Mas à obra tão depressa quanto possível.

Mas, nessa ocasião, não tinham percebido a epopéia que os aguardava, as grandes dificuldades, os martírios da catequese. Os primeiros aquilataram logo que estavam defronte de um drama parecido, na parte de sacrifícios, com aquela da propagação do cristianismo em Roma. Pedia a mesma coragem, abnegação, amor e fé.

Espalharam-se pelo Novo Mundo os evangelizadores dos gentios, os peregrinadores das selvas. Homens simples, com um ideal único - a conversão dos bárbaros que comiam carne humana, adoravam o sol, a lua, Tupan e respeitavam o pagé. Nessa peregrinação destemerosa e arriscada tinham como arma a cruz e como companheiros de missão e de jornada os elevados mandamentos da Religião Católica.

Cada recanto do mundo de Colombo recebeu os seus jesuítas benditos que rapidamente transformavam os costumes do povo bárbaro, conquistando-o para o cristianismo e para a civilização.

A região em que vivemos, o Espírito Santo, teve os seus sacerdotes idealistas, abnegados, os quais em plena selva pregando a índios nus, rebeldes, assassinos, desatenciosos às suas palavras, prontos a matá-los pelas costas, sonhavam com um auditório civilizado, cristão, numeroso e ordeiro.

Sonhavam com grandes igrejas, repletas de fiéis educados, vestidos, com procissões imensas. José de Anchieta, O Apóstolo do Novo Mundo, fundou conventos, casas de caridade, aldeamentos na luta titânica para realização desse sonho. Reritiba, aldeia por ele fundada é hoje a cidade de Anchieta, em nosso Estado. Padre Afonso Braz, fundador do Colégio Vitória, que serve hoje de Palácio do nosso Governo. Frei Pedro Palácios, criador do admirável Convento da Penha. Os Padres Jacques e Diogo Gonçalves, fundadores do Colégio dos Reis Magos.

Tantos e tantos outros, a quem devemos extraordinários benefícios.

Tem-se que dizer, porém, que o papel desempenhado por José de Anchieta foi inigualável. Possuidor de evidente carisma, depois de algum tempo, passou a desfrutar de um prestígio sobre-humano junto aos índios, aos portugueses e aos já nascidos na jovem terra. Suas premonições que beneficiavam a todos e suas curas milagrosas iam-the dando um misticismo cada vez maior. Suas ações eram também de grande significação para a colonização.

Nos campos de Piratininga, organizou o Colégio dos Jesuítas, que tomou o nome de São Paulo e que foi o ponto de origem da cidade que é hoje Capital do Estado e uma das maiores do mundo. Era ao mesmo tempo, missionário, professor, médico, enfermeiro, dramaturgo, intérprete dos índios. Passou a falar logo a língua dos aborígenes, bem como defender as suas liberdades.

Em 1563, Anchieta enfrentou o grande episódio épico de Iperoig, juntamente com o Pe. Nóbrega para negociar com os Tamoios confederados o armistício da paz. Nessa ocasião, ficou como refém entre esses índios e compôs sobre as areias da praia o célebre poema dedicado à Virgem Maria.

Fundou a Igreja e o Hospital de Misericórdia do Rio de Janeiro. Escreveu uma gramática tupi-guarani. Suas peças teatrais foram efficientíssimas na catequese que ele exerceu durante 44 anos nas selvas e nas povoações muitas vezes por ele fundadas.

Mas a grande força de Anchieta vinha do seu incontestável poder sobrenatural.

Há uma verdade incontestável: quanto mais pesquisamos a vida de Anchieta, mais nos encantamos por ela.

“O RETRATO DE JOSÉ” do livro de Jayme dos Santos Neves “A OUTRA HISTORIA DE COMPANHIA DE JESUS” nos dá mesmo um retrato extraordinário do Apóstolo do Brasil, assim:

“Anchieta foi, indiscutivelmente, como bem o lembra Júlio Dantas, “Um milagre de poesia, de bondade e de amor”. Quanto ao físico, porém cada qual o representa conforme a fantasia de sua própria imaginação. Alguns chegam a dar-lhe “feições corretas, traços de pura raça ariana, rosado, de olhos grandes e fuzilantes, belo enfim”.

No elegante retrato existente no Colégio São Luiz, na Avenida Paulista, ele parece até um príncipe, pois vem apresentado com toda pompa, rosado nas faces e na boca e com estranho fulgor nos olhos. Outros, no entanto, o pintam de maneira inteiramente diversa.

Este desencontro de opiniões decorre, em grande parte, da época em que foi estudado e descrito. Evidentemente, não seria o mesmo o seu aspecto antes e após

sua longa enfermidade e, particularmente, ao final dela.

O primeiro retrato de Anchieta e, talvez, o mais autêntico, é o que se venera, ainda hoje, em Tenerife, terra em que nasceu. Nele, José aparece “na flor da idade, com fisionomia marcadamente basca. O olhar é docemente arroubado pela visão de Nossa Senhora; sua mão esquerda esboça um gesto de assombro enquanto a direita empunha uma pena e se apoia sobre um livro”.

Na cidade de São Paulo, no pátio do Colégio, já existe a Igreja do Beato Anchieta, fato de grande significação, especialmente de reconhecimento para o presente e para o futuro, quando ainda se discute a canonização do Apóstolo do Brasil. No próximo ano, a 9 de junho, teremos o 4º Centenário de sua morte, A data promete ser comemorada condignamente, como não podia deixar de ser.

Em “ASSIM É O ESPÍRITO SANTO”, publicação sob os auspícios do Governo do Espírito Santo, relativo à história, economia e desenvolvimento do Estado, presta-se justa homenagem a Anchieta:

“Residia na capitania de São Vicente, atualmente Estado de São Paulo, mas veio diversas vezes ao Espírito Santo até a sua instalação definitiva na aldeia de Reritiba, que hoje, sede de município, ostenta o seu nome e é a cidade reliquia do Espírito Santo. Anchieta viveu em Reritiba de 1587 a 1597, quando veio a falecer no dia 9 de junho.

Seus despojos vieram para Vitória, sendo o esquife trazido pelos silvícolas. Foi sepultado na Capela de São Tiago, anexa ao Colégio dos Jesuítas. Esse Colégio foi transformado, mais tarde, na atual sede do Governo, palácio que tem o seu nome.”

O túmulo de Anchieta, diz ainda “ASSIM É O ESPÍRITO SANTO”, encontra-se no interior do palácio do Governo, em lugar outrora ocupado pela Igreja de São Tiago, com entrada independente para a visitação pública. É todo de mármore. Na cabeceira lápide primitiva do túmulo do Apóstolo dos Gentios, como também é chamado, levanta-se uma pequena coluna com sua efigie, atrás da qual se ergue um artístico pórtico. As paredes do qual, que têm a farina abobadada de uma capela, são guarnecidas de painéis alusivos à vida de Anchieta no Espírito Santo.

O Padre Hélio Abranches Viotti S.J. em seu livro “Anchieta O Apóstolo do Brasil”, conta o seguinte milagre de Anchieta: o menino Estevão Machado, inteiramente mudo, passar a falar, caso sobre o qual depôs o Pe. Pero Leitão, que segurava o menino nos braços naquele momento. Segundo sérios depoimentos está comprovado e aceito, o que ocorreu a 24 de junho de 1588 na Aldeia de São João, em festa ali realizada.”

A literatura sobre José de Anchieta é vastíssima e quase sempre feita por autores idôneos. Joaquim Thomaz, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,

em seu livro ANCHIETA, que recebeu o prêmio “Joaquim Nabuco” da Academia Brasileira de Letras, em 1952, faz ou apresenta um dos melhores estudos sobre o Taumaturgo. Na parte mística do Apóstolo do Brasil, conta ocorrências extraordinárias. Por exemplo: “Em certa ocasião, encontrando-se em visita a uma aldeia de índios do Espírito Santo, soube que eles andavam esfomeados, pois o tempo não se prestava a pescarias. Animou-os, José, e os conduziu a uma praia onde o mar esbravejava, nada indicando que se pudesse colher qualquer pescado.

- Que peixes desejais, perguntou-lhes José? E eles em tom zombeteiro, sabendo por experiência que nada colheriam para alimento, responderam: .

-Xaréus.

Eram os xaréus os mais raros e apetecíveis peixes dos indígenas, mas impossíveis de ser encontrados naquela época.

- Jogai as vossas redes! intimou José.

Eles jogaram. e tanto peixe colheram, especialmente xaréus, que se julgaram, na presença de um caso sobrenatural. Adoraram ainda mais o sacerdote que já lhes infundia o respeito de um pagé. Passaram a chamá-lo Senhor da Pesca. E traziam-lhe as redes, para que as benzesse, quando se iam a explorações distantes”.

O autor Joaquim Thomaz relata muitas dessas ocorrências com Anchieta. Naquela época, as tempestades especialmente em viagens pelo mar constituíam, muitas vezes, grandes perigos, e o Pe. José, diz Joaquim Thomaz, era um dominador de tempestades, prognosticando-as, prevendo-as, evitando-as.

Em seu livro “Anchieta O Apóstolo do Brasil”, que já citamos, do Padre Hélio Abranches Viotti, que não podemos deixar de dizer que se trata de excelente trabalho de mais de 300 páginas, com a competência do autor da mesma Ordem do Taumaturgo, Jesuíta, encontramos, com simplicidade e clareza relatos interessantíssimos, agora outro milagre: “em Reritiba, no ano de 1551 provavelmente, presenciou-se ali a cura de um indiozinho, anão e aleijado de sua nascença, caso público da dita capitania do Espírito Santo. E tanto que chegaram à aldeia de Reritiba, o Pe. José, que aí estava, foi receber ao Pe. Diogo Fernandes e ao dito gentio, que todo estava de pé. E somente o aleijado estava assentado. E por ele dizer que não podia, por ser aleijado, se chegara o Pe. José para ele e lhe dera uma faca e um bordão, dizendo que se lhe levantasse. Tomando o dito índio o bordão se levantou e começou a andar em pé, como depois sempre andou. E ele testemunha o viu aleijado antes disso e depois, como dito tem, o viu são e andar como se nunca tivera aleijão algum. É sabido de todos isto, o tiveram por grande milagre.”

Em São Paulo, tivemos a oportunidade de ter contato e fazer amizade com o autor de “Anchieta O Apóstolo do Brasil”. O livro nos foi ofertado com uma honrosa dedicatória na qual ele relembra sermos confrades no Instituto Histórico e Geográfico

do Espírito Santo. O Padre Hélio Abranches Viotti S.J., figura admirável e respeitável, completará seus 90 anos no dia 15 do próximo mês de outubro. Desde já, declaramos nosso desejo de participar das homenagens que tanto ele merece.

“Não é possível escrever a História do Brasil sem antes se escrever a História da Companhia de Jesus nas terras de Santa Cruz” são os dizeres de Capistrano de Abreu, transcritos por Jayme Santos Neves em seu livro A Outra História da Companhia de Jesus. Médico de renome, capixaba, tisiólogo, enfocou mais em sua obra as doenças dos Jesuítas, muitos dos quais sofreram do mal da tuberculose, inclusive Anchieta, segundo o autor.

O estudo que faz nessa obra é sumamente valioso e, de forma especial, do Apóstolo do Brasil. Ressalta que o processo de beatificação de Anchieta começado cinco anos apenas após sua morte, se estendeu até há pouco, antes da vinda ao Brasil do Papa João Paulo II, quando é designado Beato, a 22 de junho de 1980 como prelúdio à sua santificação.

Diz mais o citado autor: “A Pátria se antecipou à Igreja, declarando como se sabe, Dia Nacional de Anchieta, 09 de junho, data de sua morte, mesmo porque é muito mais fácil o reconhecimento do herói do que o reconhecimento do Santo.”

Os dizeres de Capistrano de Abreu, insigne historiador e etnólogo brasileiro, citados por Jayme Santos Neves, de nossa parte, sempre tiveram o maior acatamento. Chegamos a ter uma propriedade rural cujo nome era “Santo Inácio”, o fundador da Ordem da Companhia de Jesus, numa homenagem muito modesta, mas que traduzia a nossa grande admiração e respeito pelo que, com muita justiça, assegurou Capistrano de Abreu.

A Igreja Católica deu ao Pe. José de Anchieta o título de Venerável, depois o fez Beato. A ele são dados os epítetos de Taumaturgo Apóstolo do Brasil, Apóstolo do Novo Mundo Apóstolo dos Gentios.

É pouco. Muito pouco.

A canonização do Venerável continua polêmica. No ano de 1997, 09 de junho, teremos o 4º centenário da sua morte, ocorrida a 09 de junho de 1597.

Muito oportuno seria que se reabrisse, desde logo, a discussão para a possível colonização do Apóstolo do Brasil.

Por Anchieta nossa admiração sempre foi muito grande! Sempre o consideramos um Santo!

CRÔNICAS

E

TRANSCRIÇÕES

O PADRE ANCHIETA E MINHAS REMINISCÊNCIAS

Orlando Moraes

A simpática figura do Padre Anchieta, como incansável andarilho de nossas praias, como protetor de nossos índios, como um dos primitivos habitantes de Reritiba, depois denominada Benevente e hoje cidade de Anchieta, desperta-me velhas reminiscências de minha infância a beira mar vivida.

Contava-me minha Mãe de nossa breve morada em Benevente, onde meu Pai exercera a função de Coletor de Rendas Estaduais, de 1917 a 1918. Transferido para Barra de Itabapoana, na divisa com o Estado do Rio, o melhor meio para chegar, na época, àquele local era por mar, em pequenas lanchas a motor. Por terra, só montado em éguas, ou a pé, como fazia o Santo Padre Anchieta.

Naquela madrugada de 1918, às 2 horas, com a família e seus terens acomodados como possível, a lancha “Sgarta” a motor e vela, sob o comando de Mestre Jorge, saía de Benevente barra a fora, com a esperança de bom tempo e da ajuda do vento terral, chegar em Itabapoana entre 8 e 9 horas. Mas, depois de ultrapassar Barra de Itapemirim, na altura da Lagoa do Siri, as primeiras rajadas de vento sul, o mar muito agitado e uma cortina de chuva fina reduziram bastante a velocidade da lancha. E ao chegar nas proximidades da barra do Rio Itabapoana, lá pelas 11 horas, Mestre Jorge percebeu ser impossível ultrapassá-la, por estar muito baixa a maré e só às 15 horas conseguiu fazê-lo. Embora com todos molhados, sujos, pálidos e vomitados, foi um alívio desembarcar em Barra de Itabapoana e ocupar de qualquer jeito a casa onde a família iria residir durante cerca de 10 anos.

Em Barra de Itabapoana, nós tivemos uma vida de muita ligação com o rio, os mangues, o mar e as praias, pelas quais viajava a pé o Santo Padre Anchieta, em sua época, e muita gente o imitava pelos tempos afora.

Lembro-me, por exemplo, de uma visita que recebemos de meu avô materno e de um tio. Viajaram de trem de Cachoeiro a Barra de Itapemirim, de onde prosseguiram a pé pela praia, chegando em nossa casa à noitinha, para surpresa e muita alegria de todos e certo constrangimento de meu Pai, que, no seu regresso, alugou dois cavalos para viagem menos penosa.

Mas as viagens a pé pela praia não eram incomuns. Além do Padre Anchieta, uma das figuras mais admiráveis que a praticava era o estafeta dos Correios que, de 15 em 15 dias, levava de Itapemirim a Barra de Itabapoana, um saco de jornais, ofícios para a Coletoria e cartas em linguagem correta ou “em mal traçadas linhas”. Esse estafeta às vezes pernoitava lá em casa, por deferência de meu Pai, que gostava muito de sua conversa e suas notícias.

As pessoas de maiores posses preferiam cavalos para suas viagens pelas

praias, estradas naturais em que os muares não se adaptavam bem. Para o transporte de produtos rurais, a preferencia era pelas éguas. Com seus balaios cheios de melancia, mandioca, batata doce, cana, farinha, rapadura e também peixes para venda nas povoações, as éguas, coitadas, ainda tinham a obrigação de atender às suas crias queridas, mas exigentes, a chupar de vez em quando suas tetas, para matar a sede e a fome.

Outra recordação da infância, provocada pela simpática figura do Padre Anchieta, é a da Igrejinha de Nossa Senhora das Neves, construída pelos Jesuítas, nos campos da Muribeca, a uns 50 quilômetros Rio Itabapoana acima e a pouca distância de sua margem.

O dia da Santa é 5 de agosto, porém, desde o dia 1º, grande parte dos moradores da redondeza e curiosos de pontos mais distantes se instalavam com barracas em torno da Igreja e se estendendo pelo campo afora, para venda de comestíveis e toda sorte de mercadorias, montagens de roletas e outros jogos de azar. Além disso, havia bailes e jongos, circos e outras exhibições, e nós, crianças, também tomávamos conhecimento das fugas de casais pelas capoeiras, Mas seus objetivos ainda não eram bem claros para nós.

As famílias que se consideravam mais importantes em Barra de Itabapoana (embora não fossem nada importantes) participavam da festa apenas no dia 5 de agosto. Em grandes canoas com toldos, cheias de gente, de bichos de estimação, comidas feitas e bebidas, impulsionadas a varões por pretos enormes, que diziam com exagero terem participado da Guerra do Paraguai, subiam o rio em disputa divertida, e, ali pelas 8 da manhã, já estavam armando suas barracas, se possível, protegidas por alguma arvore. Enquanto as mulheres ajeitavam suas bagagens e se arrumavam para a missa, as crianças já começavam a comer e se espalhar pelo campo enorme, descobrindo novidades e os homens saíam para encontrar os amigos, fazer seu joguinho e conversar sobre mulheres exhibicionistas ou recatadas, que surgiam de todos os lados. Eram milhares de pessoas naqueles campos, dando vazão aos seus desejos de comer, beber, jogar, amar e se divertir.

Às 4 horas da tarde iniciava-se o movimento e as arrumações para o retorno, que era bem divertido, embora um tanto perigoso. Rio abaixo, os canoeiros se desafiavam uns aos outros e as canoas desenvolviam bastante velocidade, às vezes se abalroando e correndo o risco de acidentes mais sérios, nunca entretanto, por nós presenciados - quem sabe? - pela proteção que todos recebiam do Santo Padre Anchieta e de Nossa Senhora das Neves. À noitinha, todos estavam chegando em casa para o merecido descanso e o retorno à rotina.

São estes acontecimentos singelos que, agora, me vêm do fundo da memória, neste ano do IV Centenário da morte do Padre Anchieta.

O CARISMA DE ANCHIETA

Américo Menezes

No dia 9 de junho próximo ocorrerá a importante efeméride do 4º centenário da morte de Padre José de Anchieta, o grande catequizador dos nossos índios, considerado o fundador da cidade de São Paulo, nos Campos de Piratininga, sendo ali venerado por todos os títulos. No pátio do Colégio dos Jesuítas, por ele criado naqueles tempos idos, existe hoje a Igreja do Beato Anchieta, desde que sua memória já com o Papa João Paulo II foi elevada à categoria da beatitude.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e a Academia espírito-santense de Letras em ação conjunta muito louvável sem dúvida - promoveram condignas comemorações em homenagens à grande data. Houve uma certa antecipação das festividades para não coincidir com outras também efusivas que serão realizadas neste Estado, especialmente na cidade de Anchieta onde o Beato faleceu, bem como em São Paulo que lhe prestará homenagens altissonantes, segundo estamos informados.

As duas citadas instituições culturais do Espírito Santo, de 19 de março a 22, escolhidos seus representantes, ininterruptamente, nesse quatro dias, trouxeram a lume a vida do Santo Padre Anchieta.

Coube-nos, encerrando as homenagens, no dia 22, conforme o programa, fazer uso da palavra em Anchieta (antiga Reritiba, fundada pelo Venerável); incumbência por nós recebida com a maior satisfação, porquanto nutrimos por Anchieta, desde longa data, admiração muito especial e muito grande.

Por isso, com o coração cheio de emoção, perante o auditório em Anchieta, ao qual compareceram autoridades municipais em geral, representantes das instituições culturais de Vitória, professores e muitas pessoas gradas, preferimos deixar de lado o discurso escrito contido em nossa mão, para falar de improviso, dando expansão aos nossos sentimentos de admiração e de devoção ao Santo Anchieta, cultuados Há muitos anos. Queríamos transmitir a todos os presentes, se possível, toda a nossa sentimentalidade sob a forma de uma semente espiritual em favor da canonização de Anchieta antes do esperado romper do ano 2000.

Em mãos com duas das maiores obras sobre Anchieta, a do Padre Hélio Abranches Viotti S. J. “Anchieta Apóstolo de Brasil” e a do nosso conterrâneo Jayme Santos Neves “A Outra História da Companhia de Jesus”, passamos a cementá-las nos seus pontos altos que mais nos impressionaram. Os milagres, por exemplo, praticados por Anchieta, relatados pelo Padre Viotti com as comprovações apresentadas em seu livro, despertaram, sem dúvida, a curiosidade geral dos presentes.

O mudo que passou a falar e o aleijado que saiu andando, conforme a narrativa do autor de “Anchieta o Apóstolo do Brasil”, citando nomes dos que foram alvo dos milagres e das pessoas que assistiram. A abundante pesca dos xaréus para saciar a fome dos índios em certa oportunidade, contada com pormenores por Joaquim Tomaz, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que recebeu o prêmio “Joaquim Nabuco” com o seu livro Anchieta também foi lido.

A essa altura prometemos anunciar, no final da nossa palestra, uma notícia de grande significação para a possível canonização de Anchieta. Essa nos tinha sido transmitida, pessoalmente, pelo próprio Padre Hélio Abranches Viotti, nosso amigo em São Paulo, dois dias antes.

Com o livro de Jayme Santos Neves em mãos, passamos a destacar depoimentos preciosos. Tínhamos, entretanto, que levar em conta o nosso tempo no microfone para não nos exceder. Estas palavras do livro de Jayme eram imprescindíveis. “A Pátria se antecipou à Igreja, tornando o Dia Nacional de Anchieta a data de sua morte. A Pátria antecipou à Igreja porque é muito mais fácil o reconhecimento do herói do que o reconhecimento do Santo”, como bem o percebeu Dom Marcos Barbosa, diz o autor.

Empolgado pelo carisma de Anchieta, continua Jayme Santos Neves, citando o poeta Cassiano Ricardo com estes versos: O seu destino de Santo/ Era o mais simples de todos/ Era andar, / Era em caminho do mar/ Ora pra dentro da terra/ Subindo e descendo a terra/ Azul e perpendicular/ O seu destino em andar/ Sonho de quem mal dormia/ Olhos cheios de horizonte/ Pés santos de correria/ Pensamento no futuro/ Sonho sonhando em chão duro.

Outra poesia curta e muito expressiva de Cecília Meirelles o autor também transcreve:

Vede o Santo Anchieta/ O Santinho corcós/ De roupeta preta/ Posto em oração/ Erguido nos ares/ Acima do chão

Já era hora de anunciarmos a prometida novidade alvissareira, conforme havíamos dito anteriormente. O Padre Viotti, considerado o maior estudioso da vida do Beato, hoje com 91 anos, gozando de perfeita lucidez, com muita alegria, afirmou-nos pessoalmente: “O primeiro processo formado para a canonização de Anchieta logo após a sua morte, com o depoimento vivo de onze sacerdotes da época, desaparecido inexplicavelmente, tinha sido por ele encontrado nos anais dos arquivos do Vaticano”. Esse processo, como todos esperam, muito pode contribuir para a desejada canonização do primeiro, e único Santo Brasileiro.

Transcrito de “A Gazeta de 17-04-97

SANTIDADE DE ANCHIETA

Moacyr Carone Assad

O Brasil, o Espírito Santo e o município de Anchieta não são mais os mesmos desde ontem. Nesse dia celebramos os 400 anos da morte do sacerdote jesuíta José de Anchieta, herói da Pátria, um dos pilares da civilização brasileira e o maior missionário cristão que o país já teve.

Celebrar uma efeméride de um herói nacional já é, por si mesmo, motivo de júbilo, de alegria. Mas, tratando-se do venerável José de Anchieta, há motivos adicionais de alegria. O Vaticano emite sinais inequívocos de que o processo de canonização do sacerdote entrou em sua reta final. José de Anchieta, o adolescente desajeitado das Canárias, chegou ao Brasil em 1553. Nesse mesmo ano, segundo os melhores registros históricos, ele esteve na antiga aldeia de Reritiba, atual cidade de Anchieta. Em Reritiba, ele entrou em cantato com índios de duas nações. Puris e Tupiniquins que tinham suas aldeias entre o Vale do Orobó e o Rio Salinas.

Ainda segundo os historiadores, essa região tinha, na época, cerca de 40 mil índios, sendo muito provavelmente a maior concentração populacional do país. O cenário paradisíaco da paisagem e a fartura de caça e pesca sem dúvida explicam essa preferência dos indígenas pelo litoral Sul capixaba, até hoje apreciada pela paisagem e pela pesca generosa.

José de Anchieta tornou-se amigo dos índios puris e tupiniquins. Em Reritiba, ele e seus companheiros missionários estabeleceram o modelo de evangelização, que mais tarde seria introduzido nos Sete Povos das Missões. Há mais de 400 anos, Anchieta propunha uma evangelização com profundo respeito às culturas locais. Ele fez esforço em entender a língua nativa, produzindo o primeiro dicionário tupi, então a língua mais falada na costa brasileira. E, atento à cultura e à afetividade nativas, chamou Deus de Tupã, e Jesus Cristo de “Senhorzinho Jesus”, ou de “Neném Jesus”. Anchieta gostava e muitas vezes citou o bom humor e a generosidade dos puris e tupiniquins. Nos autos, as peças teatrais religiosas que escreveu e representou, Anchieta usa e abusa desses elementos da cultura nativa, revelando o quanto tinha aprendido no processo de inculturação. Um dos autos, “Na Vila de

Vitória”, chega a ser qualificado de verdadeiro “Carnaval religioso”, tal a profissão de humor e alegria que move os episódios narrados no texto.

Anchieta percorreu uma grande parte do território brasileiro, participou de episódios épicos da história do Brasil e, quando as circunstâncias o obrigaram a se posicionar, teve coragem para colocar-se ao lado dos índios, os excluídos do seu tempo. Ele protegeu os índios contra a sanha escravagista dos portugueses e chegou a declarar explicitamente: “A esses (os índios) eu vim salvar, e não aqueles (os portugueses)”. E, ao ficar velho, doente e cansado, escolheu o “sitio ameno” de Reritiba para passar seus últimos dias na terra, ao lado dos seus diletos amigos, os índios puris e tupiniquins. Os dicionários definem santo como “homem virtuoso, bom”. É claro, que, sendo humano, não se pode esperar que o sacerdote tenha sido perfeito. Mas, no conjunto, sua vida é um exemplo de coragem, de fé, de persistência em ajudar os mais fracos. Ao deixar as Ilhas Canárias, embora ainda sendo um mero adolescente para participar do esforço missionário em um território desconhecido, Anchieta tomou-se de um belo exemplo para nossa juventude.

As picuinhas históricas levantadas contra ele (muitas escritas por inimigos confessos dos jesuítas) não desmerecem seu caráter sereno e firme em favor da Justiça. Pelo contrário, só reforçam sua santidade, ao revelarem que ele viveu em um mundo cheio de contradições e conflitos abertos, e mesmo diante das adversidade, posicionou-se ao lado dos excluídos do seu tempo. Pelo conjunto da sua obra, Anchieta se tornou um gigante moral, ético e religioso, e em breve poderá ser colocado nos altares cristãos de todo o mundo, ao lado de tantos mártires e pessoas santas da Cristandade que, mesmo imperfeitos, doaram suas vidas em prol dos menos favorecidos.

Para o povo cristão do Espírito Santo e especialmente para os cristãos católicos de Anchieta, o sacerdote já é um santo. Só por isso, e até por isso, sua memória precisa ser tratada com carinho, respeito e generosidade. Mesmo pessoas sem nenhuma fé religiosa podem entender o significado que o culto ao sagrado representa para a consciência das pessoas cristãs.

Por fim, a memória de Anchieta oferece aos capixabas a oportunidade de o Estado dividir com pessoas de outras regiões do país o legado desse tesouro.

Devotos e turistas têm vindo de regiões longínquas para tocar no altar de pedras construído por Anchieta ou para rezar em silêncio na aldeia onde o sacerdote morreu. Não podemos fechar as portas aos devotos e turistas, estudantes e historiadores que querem ter um contato direto com o testemunho deixado por um dos mais ilustres personagens da história do Brasil. E José de Anchieta produz um derradeiro milagre: produz emprego, trabalho e renda para pessoas humildes que se esforçam em vestir-se com esmero para alimentar, hospedar e orientar as milhares de pessoas que vêm para visitar o santuário. Se não for fé religiosa, ou por generosa consideração à consciência cristã dos nossos semelhantes, então vale a consideração pelo esforço que Anchieta faz, no sentido de promover o desenvolvimento através do turismo.

O reconhecimento oficial da Igreja Católica dá uma nova dimensão à Santidade do beato. E representa uma homenagem ao povo brasileiro, colocando nos altares cristãos um missionário cujo legado é reconhecidamente um tesouro por demais precioso. Muitas pessoas, religiosas ou não, geração após geração, têm sido inspiradas pela memória de José de Anchieta.

Aos devotos e turistas, que vêm para celebrar conosco, nossas boas vindas. O povo anchietense tem tradição de hospitalidade. A organização do evento se preocupou em oferecer todas as facilidades possíveis para que os visitantes pudessem conhecer o Santuário e participar das celebrações com conforto e segurança.

(Transcrito de "A Gazeta", de 10-06-97)

NA VILA DE VITÓRIA - FESTIVO ESPETÁCULO

Alvarito Mendes Filho

O auto sacro Na Vila de Vitória, escrito por José de Anchieta há mais de quatro séculos, foi encenado segunda-feira, na forma de um espetáculo de teatro de rua. A apresentação aconteceu no adro do santuário do beato, em Anchieta, durou duas horas e seis minutos, e mostrou ao público que o tema abordado pelo beato em sua peça, a ingratidão humana, continua atual.

Nem mesmo o fato de algumas cenas terem se alongado demais tirou o brilho da montagem, que foi dirigida por Amir Haddad. O diretor é um especialista em espetáculos para ambientes abertos e fez excelente aproveitamento do espaço em frente e nas imediações do Santuário. A nave central e a torre do sino foram igualmente utilizados.

Satanás e Lúcifer foram posicionados sobre o tablado, em frente ao santuário, enquanto São Domingo - general tebano que virou Santo ao ser morto com todos os seus soldados, por ordem do imperador romano, por terem se convertido ao Cristianismo - aparece sobre a torre do sino. Os atores e figurantes surgiam de todos os cantos.

Foi bem escolhida a trilha musical que marcou o ritmo festivo do espetáculo. Nela misturaram-se o clássico ao **dance**, passando pela música sacra. Ao embalo de Everybody Dance Now, o cortejo da serpente, que simboliza a ingratidão humana, invade a cena.

A serpente da ingratidão é expulsa e a Vila de Vitória se casa com o Bom Governo, com as bênçãos do amor e do temor divinos, que entram, cada qual sobre um andor. Os dois cortejos se juntam para a grande festa.

A grande queima de fogos, no final, foi bonita, mas perigosa. Tanto que as fagulhas da cascata de fogos, armada na fachada do santuário, queimaram parte dos adereços. Uma das peças danificadas foi um dos grandes bonecos (como os de Olinda) utilizados na encenação. Os bonecos e a serpente são adereços que emprestaram grande beleza à encenação, assim como a luz criada por Ary Roaz.

PROBLEMAS - As falas da peça foram gravadas em estúdio, o que não evitou que o público tivesse dificuldade para entender algumas delas. Algumas cenas poderiam ser reduzidas à metade, sem prejuízo para o entendimento da história. O público moderno está acostumado com a linguagem do videoclip, que conta com a rápida mudança de quadros. Porém, ficou clara que a intenção do encenador foi a de preservar o texto quase em sua integridade, para que as pessoas tivessem uma idéia de como eram os autos de Anchieta.

Algumas imagens criadas foram de grande beleza e significação. Como aquela em que a figura da Justiça é avariada por Satanás. Da mesma forma que a do Hércules negro, interpretado pelo ator Markus Konká, que atravessa a cena carregando o globo terrestre sobre os ombros.

Dos 120 figurantes previstos inicialmente, apenas cerca de 80 participaram. Entre os profissionais, destaque para a atuação de Beth Caser, no papel da Vila de Vitória. Tiveram boa participação também Julia Duarte (no papel do Amor de Deus), Verônica Gomes (o Temor de Deus), Dudu Guimarães (o Bom Governo). Paulo Preto e Eliezer Almeida completaram o elenco.

O secretário de Cultura, Maciel de Aguiar, gostou do que viu. “Estou feliz por termos conseguido viabilizar o espetáculo em apenas três meses”, comemorou. A moradora de Anchieta, Cezira Cassilhas, de 71 anos, adorou a encenação. “Achei .lindo. Lindo”, repetiu. Sua nora, Gina Cláudia, de Vitória, assistiu à peça dividindo com o marido a tarefa de segurar o garoto Vanderson, de um ano e quatro meses, e também gostou: “Foi mais bonita do que eu esperava.”

O jovem Vinícius Fonseca, de Guarapari, assistiu, no domingo, ao último ensaio geral e ficou temeroso. “Ainda bem que, na apresentação, os erros não voltaram a acontecer”, comentou. O percussionista Fábio Carvalho, da banda Manimal, acompanhou os dois últimos ensaios e a encenação. “há tempo não se via um espetáculo assim aqui no Estado”, opinou.

O empresário Marco Galfetti se emocionou com a peça. “Pelo envolvimento da comunidade e pela mistura, promovida por Haddad, do erudito com o Carnaval, ficou muito bom”, opinou. O padre Licurgo, responsável pelo processo de santificação de Anchieta, confessou que, em princípio, teve medo de que o texto de Anchieta não agradasse ao público. “Mas as pessoas participaram da encenação de forma expressiva. Foi emocionante.”

(Transcrito de “A Gazeta”, de 11-06-97)

SANTO ANCHIETA, PARA QUÊ ?

José Augusto Carvalho

O processo de beatificação do padre José de Anchieta (1534 - 1597) começou em 1617. Suas virtudes foram declaradas heróicas em 1736. Em 22 de junho de 1980, João Paulo II beatificou-o.

Apesar da tarefa do advogado do diabo, tenho minhas dúvidas a respeito da eficácia e até da lisura com que se levam a termo os processos de canonização. Basta que nos lembremos de Maria Goretti, canonizada em 1950 por Pio XII, por ter morrido em defesa de sua virgindade. Seu pretenso agressor e assassino, no entanto, Alessandro Serenelli, falecido vinte anos depois, era impotente e inapetente, isto é, jamais teve nem poderia ter o mínimo interesse por qualquer representante do sexo feminino, seja menina, seja moça, seja mulher, seja velha. Em outras palavras, morreu tão virgem quanto nasceu.

Na fila da santificação encontram-se alguns vultos brasileiros menos ilustres que Anchieta e talvez mais merecedores do altar da idolatria, entre as quais a irmã capixaba Cleusa Carolina Rody Coelho, assassinada por um tuxaua no Amazonas, em 1985.

Quem se deu ao trabalho de ler como se processava o batismo ou a catequese dos índios pelos jesuítas deve ter sentido, no mínimo, alguma repulsa pelo método cruel usado pelos missionários. Como era difícil para um índio adulto, puro e sem malícia, entender como poderia haver mãe de Deus, se Deus, por definição, por ser, teoricamente, o princípio de tudo, não poderia ter sido gerado, nem alguém anterior a ele poderia ter existido; como, em outras palavras, o índio adulto, numa lógica monoteísta, não entendia Cristo como Deus, os jesuítas adotavam uma tática desumana: as crianças eram literalmente seqüestradas e levadas para as missões, para que os pais, desesperados, corresse atrás delas e fossem obrigados a ouvir as ladainhas e cantilenas católicas para reaver os filhos ou voltar a conviver com eles. A própria catequese, em si, aliás, foi um duplo desastre, humano e histórico. Primeiro, porque os jesuítas, obedecendo aos preceitos médicos da época, que recomendavam a mudança de clima para a cura da tuberculose, saíam do frio da Europa e vinham para o calor do Brasil para ajudar a dizimar os índios, transmitindo-lhes, embora sem essa intenção, o bacilo de Koch e as doenças típicas do branco, a que o organismo indefeso dos nativos não tinha condições de resistir. E, segundo, porque os missionários tentavam substituir a cultura (inclusive e sobretudo a religião) dos índios pela do branco dominador. Em outras palavras, a função catequisadora de Anchieta foi genocida e etnocida, ainda que na maior boa fé.

Anchieta cometeu, no entanto, o maior dos pecados mortais, não previsto

pelos códigos canônicos: esmagou sua arte e destruiu seu talento, pondo-os a serviço de sua crença religiosa. Perdoe-se-lhe esse pragmatismo tecnicista, porque ele não agiu de má-fé, repitamo-lo. Ele acreditava ingênua e sinceramente, como todos os seus contemporâneos, que a religião que propagava com tanto empenho era, ainda, efetivamente, cristã, pesar da Inquisição, de Torquemada e da corrupção generalizada do clero de então. Afinal, apesar do cardeal Joseph Ratzinger, atual conselheiro do papa, eminência parda do Vaticano e prefeito do ex-Santo Ofício, e apesar da encíclica **Veritatis Splendor**, de João Paulo II, ainda há quem acredite que o catolicismo oficial de hoje também seja cristão. Imagine até que essa encíclica que esbofeteia a consciência humana tenha sido ditada pelo espírito de Alexandre VI, o papa devasso que era pai de Lucrecia Borgia, e psicografada pelo próprio cardeal Ratzinger, para afastar ainda mais do cristianismo a religião católica.

Perdoe-se a Anchieta também qualquer outro pecadilho, porque, pelo menos, soube fazer o que pôde fazer, ainda que se discorde de suas idéias e de seus métodos. Afinal, felizmente, a literatura jesuítica mal teve seguidores, embora Anchieta tenha sido um herói. Era preciso ser herói para defender o indefensável sem segundas intenções, com tanta convicção e com tanta honradez e nobreza de caráter. E o Brasil precisa de homens assim, que acreditem em seus ideais e lutem por eles com honestidade de propósitos, ainda que nem sempre estejam no caminho certo. O Brasil precisa de heróis, não de santos. Lutemos contra a canonização de Anchieta, enquanto Homem apenas, Anchieta é do povo. Se for canonizado passará a ser patrimônio da igreja e o povo perderá um herói sem ganho em crença. Há poucas estátuas de vultos nos jardins e praças públicas, e há excesso de ídolos e semideuses nos altares das igrejas. O homem do povo precisa de exemplos humanos e não de deuses, para encontrar o muito de santo e de divino que existe dentro de si mesmo.

(Transcrito de "A Gazeta", de 26-05-97)

POEMA DA LIMPIDEZ

Carlos Nejar(*)

José de Anchieta, (1534-1597), cuja comemoração dos 400 anos de sua morte é um acontecimento do Brasil contemporâneo, sacerdote jesuíta e missionário, nascido em La Laguna, do Tenerife, nas Ilhas Canárias e falecido em Reritiba, Espírito Santo, foi como observa, com justeza, Oscar Gama Filho, em sua (nossa) Razão do Brasil, “a figura máxima do pré-barroco brasileiro”, em que “o verso está sempre presente” e a vista de conjunto de sua obra “nos deixa a impressão de que seus trabalhos melhoram de qualidade à medida que se aproximam do paradigma barroco”. Se é verdadeiro esse traço anchietano, discordamos da assertiva de que os poemas épicos sejam superiores como poesia às suas peças teatrais, pelo simples fato de José de Anchieta ser tão poeta nas peças, que elas saem de sua compleição teatral, saltam os artifícios da retórica de sua época, para serem límpida poesia, com o referencial de representação que o teatro oferece, mesmo falho no todo, destacam-se pela beleza alguns fragmentos antológicos.

Assim, se a “lírica de Anchieta se mantém fiel medida velha” dos cancioneiros medievais” ou “é poesia mística, dominada pela beatitude do amor a Deus, ou melhor, aos símbolos simples e diretos da divindade: poesia ‘primitiva’, de metros e estribilhos fáceis de serem cantados, em singelas comemorações litúrgicas, por coros de conversos ou populares” - como assinala um dos grandes críticos de minha geração, José Guilherme Merquior, em seu livro **De Anchieta a Euclides**, não acompanhamos o seu pensamento, em relação ao referido jesuíta, “de que o seu lirismo seja desprovido de qualquer fantasia, complexidade ou substância mental”. Isso porque sua arte, através de uma linguagem capaz de conter, ambigualmente, a pregação evangélica e a mitologia indígena, ao usar a técnica do *contrafactum*, aproxima os índios do Evangelho, mesmo que resulte numa criação aparentemente simples, e é nesse traslado que converge complexidade e fantasia, concretizando elementos espirituais ou abstratos.

O Poema de Anchieta, a seguir analisado, a que chamamos provisoriamente de Cordeirinha linda, integra, a recepção no porto feita a uma das Virgens Mártires de Colônia, em S. Vicente, em 1577 e que pode servir de homenagem a qualquer Santa virgem jovem. São versos de cinco” sílabas, em redondilha menor. Eis o

(*) Carlos Nejar - Poeta, pertence à Academia Brasileira de Letras.

Poema:

Cordeirinha linda,
como folga o povo!
porque vossa vinda
lhe dá lume novo.
Cordeirinha Santa,
de Jesus querida,
vossa Santa vida
o diabo espanta.
Par isso vos canta,
com prazer, o povo;
porque vossa vinda
lhe dá lume novo.

Nossa culpa escura
fugirá depressa,
pois vossa cabeça
vem com luz tão pura.
Vossa formosura
honra é do povo,
porque vossa vinda
lhe dá lume novo.

Virginal cabeça
pela fé cortada,
com vossa chegada,
já ninguém pereça.
Vinde mui depressa
ajudar o povo;
pois com vossa vinda
lhe dais lume novo.

Vós sois cordeirinha
de Jesus formoso,
mas o vosso esposo
já vos fez rainha.
Também padeirinha
sois de nosso povo;

pois com vossa vinda
lhe dais lume novo.

(Padeirinha linda,
quer Deus dar ao povo,
com a vossa vinda,
pão de trigo novo.)

Não é d'Alentejo
este vosso trigo,
mas Jesus amigo
é vosso desejo.
Morro, porque vejo
que este nosso povo
não anda faminto
deste trigo novo.

Santa padeirinha,
morta com cutelo,
sem nenhum farelo
é vossa farinha.
Ela é mezinha
com que sara o povo,
que, com vossa vinda,
terá trigo novo.

O pão que amassastes,
dentro em vosso peito,
é o mar perfeito
com que a Deus amastes.
Deste vos fartastes,
deste dais ao povo,
porque deixe o velho
pelo trigo novo.

Não se vende em praça
este pão de vida,
porque é comida

que se dá de graça.
Ó preciosa massa!
Ó que pão tão novo,
que, com vossa vinda,
quer Deus dar ao povo!

Ó que doce bolo,
que se chama graça!
Quem sem ele passa
é mui grande tolo.
Homem sem miolo,
qualquer deste povo,
que não é faminto
deste pão tão novo!

JOSÉ DE ANCHIETA

É marcante a simplicidade dos versos, dentro da medida dos cancioneiros medievais, com o estribilho até o verso 36, da primeira parte, utilizando a rima rica (substantivo - povo e o adjetivo - novo), repetindo, como a sino: pois com vossa vinda / lhe dais lume novo na primeira parte descreve a forma de martírio sofrido pela ovelha (apontando para . Jesus - O Cordeiro de Deus e mostrando como a mártir imitou o Mestre .que também foi levado ao matadouro, a cruz). E há o pedido do poeta que essa cordeirinha (o uso do diminutivo, a revelar carinho), cuja santidade espanta o inimigo, consiga também espantar a nossa culpa escura. E que a sua cabeça cortada pela fé alcance a graça da remissão, ajudando o povo, já que Jesus, o esposo, a tornou rainha. E ela, a virgem, é padeirinha (o mesmo uso do diminutivo carinhoso, com alto sabedoria poética, ao evitar o termo pejorativo e pesado - padeira) do povo.

Na segunda parte do Poema anchietano, há um estribilho que varia no ato de fazer o pão, inicia nos versos 39-40, com pois a vossa vinda, / pão de trigo novo e vai desenvolvendo a idéia do pão, que é trigo d'Alentejo, isto é, de boa qualidade. E depois vai ligando Jesus, nosso amigo e desejo, com esse trigo novo (aproveitando o eito para criticar o povo que não anda faminto deste trigo novo, que é o pão viva que desceu do céu, o alimento que nos concede a palavra revelada, ou seja, a

palavra soprada pelo Espírito.

Nos versos 49 a 56, verifica-se um entrelaçamento muito feliz de rimas e achados poéticos, reiterando o tipo de martírio, agora mais especificado, que a virgem padeceu morta com cutelo / sem nenhum farelo / é vossa farinha. E de maneira magistral une o ate do cutelo (que feriu a vítima) e a ausência de farelo (indicando ser ela, como Jesus, o Cordeiro de Deus, pão sem fermento, significando o pão da santidade). Após, o emprego de mezinha / com que Sara o povo, (no sentido de medicina, remédio), ao sustentá-lo com o trigo novo.

Adiante, nos versos 57-64, o poeta trata do pão amassado no peito, que é o fato de dar a sua vida por amor ao Senhor. E como a virgem se entregou ao sacrifício, terá condição de fazer com que o povo deixe as coisas velhas, as coisas do mundo e coma este trigo novo (o pão vivo). E os versos 65 a 80 fazem alusão ao texto de Isaías 55:1 e 2: (...) “Comer, sim, vinde e comprai, sem dinheiro e sem preço (...) Comer o que é bom e vos deleitareis em finos manjares”. No verso 73, o poeta chama a graça de bolo (bolo sem fermento, Jesus) e não perde a oportunidade para criticar o homem sem miolo (no sentido popular de “cérebro”), cuja principal característica é a de não ser faminto deste pão tão novo. Além da bela solução poética, entreligando bolo / miolo / tolo, em original encadeamento de rimas, profeticamente aciona o nosso pensamento para a palavra do Apocalipse 3:17, de João, que fala do homem sem miolo desta última hora, o homem sem Deus. Pois, este Poema de Anchieta, ao falar do homem do mundo medieval, trata do homem de todos os tempos. E, nesse sentido, é universal.

O seu zelo pela virtude é o mesmo de Gil Vicente que se norteou na tradição de Juan del Encina, dentro da visão teocêntrica. E como o aludido mestre do Teatro Português, sua poesia nos autos é didática, visando ensinar e educar os indígenas, sem abrir mão da crítica aos seus costumes.

Também é precioso o domínio anchietano da redondilha, com rimas inventivas, ambigüidades, imagens fortes e surpreendentes, aliando perícia na simbologia da fé, poder de contenção e sapiente manejo dos adjetivos, sem esquecer a oralidade, entre fala e silêncio, a música do texto.

Ademais, vale ressaltar outro dado - a fulgurante criação alegórica de Anchieta -, em que “o Segundo sentido é mais importante que o primeiro”, no dizer de Ivan Teixeira em exemplar prefácio ao Auto da Barca, de Gil Vicente, “afirmando

uma coisa nas palavras e sugerindo outra na significação.” O Poema anchietano, ao louvar a Cordeirinha (a virgem mártir), está suscitando a presença constante Daquele que veio antes e “remiu os homens de toda a raça, crença e nação” (Apocalipse, 5), o único digno de abrir o Selo, o Cordeiro Celeste.

E é admirável como o tempo - “que rói seus próprios filhos” - parece não correr nesse Poema. E hoje, depois de mais de quatrocentos e vinte anos, da época em que foi escrito, mantém, com a sua limpidez, a graça, o espaço e a contemporaneidade do que resiste. Como a palavra que foi José de Anchieta.

Paiol da Aurora, Guarapari, 23 de março de 1997.

1. Razão do Brasil, em uma sociopsicanálise da literatura capixaba, de Oscar Gama filho. Rio de Janeiro: José Olympio Editora e Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991. p.21.

2. De Anchieta a Euclides, breve história da literatura brasileira. 3ª edição. Editora Topbooks, 1996, p. 10, 20.

3. Auto da Barca do Inferno, de Gil Vicente. Prelácio de Ivan Teixeira. São Caetano do Sul, SP: Ed. Ateliê Editorial, 1996. P.37.

(Transcrito de “Nicolau”, Curitiba, nº 60)

O TAUMATURGO ANCHIETA

Mário Pires

Ele escreveu na areia da praia de Iperoig, o poema da Virgem.

Foi o primeiro poeta do Brasil.

Ele ensinou, em Piratininga, os curumins.

Foi o primeiro professor.

Catequisou os silvícolas.

Foi o primeiro Catequista.

Escreveu estórias teatralizadas para os índios.

Foi o primeiro taumaturgo do Brasil

Neste ano, em que se comemora o quadricentenário de seu falecimento, São Paulo e o país, em genuflexão, consagraram sua rica memória.

As atividades em que se desdobrou, para conquistar e dominar o gentio, palmilhando sertões, penetrando aldeias, construindo igrejas, pregando e ensinando, assistindo a todos e provendo a tudo, chegam a espantar, não só pela variedade de aspectos que revelam, de uma personalidade extraordinariamente dotada como pela intensidade da chama ideal em que viveu e se consumiu o grande educador e missionário.

“Um grupo de meninos índios está com os olhos presos à um tablado enfeitado de folhas de bananeiras, onde três de seus companheiros representam uma cena de conversão. Dirige-os o jovem padre e quando a peça termina, eles pedem bis, mas Anchieta responde: - Amanhã tem mais.”

É o missionário transformado em teatrólogo, para ensinar e cativar o gentio.

Aquele homem era baixo, moreno, muito magro e meio torto, por causa de um desvio na coluna. Tinha a testa larga, nariz comprido, pouca barba e olhos meio azulados. Caminhava sempre descalço, a barra da batina arregaçada. Foi professor, catequista, poeta lingüista, teatrólogo, médico, cozinheiro, sapateiro, padre, diretor de colégio, pregador, confessor, provincial, diplomata e fundador de cidades.

Os primeiros jesuítas tinham vindo para o Brasil em 1549, com o primeiro governador, Tomé de Sousa, trazendo como chefe dos padres, Manuel da Nóbrega e mais Leonardo Nunes, João de Aspilcueta Navarro, Antônio Pires. É o início da catequese.

Era inenarrável o trabalho insano dos jesuítas, pois, além de converter os gentios, de alfabetizá-los, tinham que lutar contra os franceses unidos com os silvícolas tamoios. Partindo para São Vicente, para conseguir a paz, Nóbrega e Anchieta defrontam-se com os tamoios e é este que, falando a língua deles consegue apaziguar os ânimos. Armam uma capela e Nóbrega celebra missas rodos os dias,

enquanto Anchieta explica em tupi a doutrina da igreja.

Anchieta não descansa: está na Bahia onde se ordena padre e vai ao Espírito Santo, e em Vitória ergue a igreja de São Tiago. Permanece em Reritiba, naquela província e em 1597, enfraquecido e doente em 9 de Junho desse mesmo ano, vem a falecer, deixando nos habitantes uma grande dor; mais de 3 mil índios acompanharam o enterro de Reritiba a Vitória.

José de Anchieta nasceu em 19 de março de 1534, em San Cristobal de La Laguna, na ilha de Tenerife, nas Canárias, pertencentes à Espanha. Teve uma infância protegida ao lado dos irmãos. Na escola dos dominicanos aprende os primeiros passos da gramática latina.

Com 14 anos parte para Portugal, matriculando-se no Real Colégio de Artes, estudando humanidades e filosofia. A companhia de Jesus desperta-lhe a vocação para o sacerdócio; Em 1551 já é noviço da Companhia. Trabalha muito e uma violenta dor nas costas exige que use faixas. Afinal em 1553 é convocado para seguir com outros jesuítas para o Brasil, na esquadra do segundo governador geral, Duarte da Costa.

E, em 25 de janeiro de 1554, ergue-se um paupérrimo barracão, onde se celebrava a primeira missa, no dia da conversão do apóstolo Paulo, “por isso é à ele dedicada”. Os primeiros tempos foram muito difíceis e o barracão servia de dormitório, escola, refeitório, cozinha e capela. Anchieta ainda escreve uma gramática na língua tupi-guarani e foi intérprete entre Nóbrega e os índios. Estava fundada a cidade de São Paulo.

O “Príncipe dos Poetas” Olavo Bilac, dedica-lhe expressivo soneto, assim iniciado:

“Cavaleiro da mística aventura / herói cristão! nas provações atrozes / sonhas, casando a tua voz às vozes / dos ventos e dos rios na espessura”. E termina: “E porque as almas e os sertões desbravas, / cantas: Orfeu humanizando as feras, / São Francisco de Assis pregando às aves...”

Fontes de consultas:

“A cultura brasileira” - Fernando de Azevedo.

“Grandes Personagens da Nossa História” - Anchieta - Abril Cultural - São Paulo - Vol. 4 - 1969

“Brasil - Terra & Alma” - São Paulo - Luís Martins - Editora do Autor - São Paulo - 1967

“História do Brasil” - Rocha Pombo - Cia. Melhoramentos - São Paulo.

ANCHIETA

Rubem Braga (*)

Uma carta me chega de Cachoeiro de Itapemirim. O missivista propõe que eu o ajude a rechaçar as pretensões paulistas sobre os ossos do padre, Anchieta.

O caso é este: o venerável padre, que fundou São Paulo, morreu no Espírito Santo, em Reritiba, que depois se chamou Benevente, e tem hoje seu nome. Isso aconteceu no domingo, 9 de junho de 1597: o corpo foi levado para Vitória, onde chegou quarta-feira e ali sepultado solenemente na capela de Santiago, onde é hoje o palácio do governo.

Apareceu em São Paulo a idéia - quando se, festejava o quarto centenário de fundação da cidade - de pedir ao Espírito Santo os restos do jesuíta canarinho.

Ainda outro dia fiz uma visita ao túmulo de Anchieta, no interior do palácio do governo que hoje tem, também, o seu nome. Devemos nós, os capixabas, mandar para São Paulo os ossos ou as cinzas do venerando padre?

Isso já tem sido discutido até com certo azedume, mas não quero entrar na briga, e por um motivo muito simples: os restos de Anchieta não estão no Espírito Santo; pode lá estar uma parte deles, mas nem isso se encontrou jamais. Simão de Vasconcelos conta que “as relíquias deste grande varão foram trasladadas depois em parte para o colégio da Bahia, cabeça do estado, por mandado de nosso reverendo padre Cláudio Arquivava, de boa memória, ano de 1611, e colocadas decentemente ao lado do altar maior de nossa igreja, onde foram visitadas e veneradas dos cidadãos daquela nobre cidade como devoção louvável e efeitos grandes, até que, promulgado o breve de Sua Santidade Urbano VIII, que chamam de non cultu, foram tiradas daquele lugar e repostas noutra”... Além disso afirma que, “destas relíquias foi uma a Roma por ordem de nosso reverendo padre”.

Em resumo: tanto quanto se sabe, o pequeno, franzino corpo de Anchieta, ficou espalhado, parte na Bahia, parte em Roma, parece que parte em Vitória, certamente parte alhures, o que não fica mal a um missionário que foi o mais portentoso, rápido e incansável andarilho de toda a nossa história.

O referido Simão conta que, ao ser aberta a sepultura de Anchieta em 1609 (levou dois anos o corpo para ir de Vitória à Bahia?), alguns ossos foram repartidos a pessoas seculares e religiosos que os pediram. Sabemos que um desses ossinhos

foi lançado ao mar, em um momento de tempestade e aflição, pelo padre Manuel do Couto, nas alturas da ilha de São Miguel, com o quê o oceano se acalmou. Sabemos que o osso foi jogado “por uma linha”; é de esperar que tenha sido recolhido e tenha seguido viagem para Portugal com o padre Manuel. Sabemos ainda que em 1925 algumas relíquias de Anchieta foram desenterradas, mas houve dúvidas se os ossos eram dele mesmo. Como o padre Diogo Calvo estava com sezões, um dos ossos foi-lhe aplicado ao pescoço e ele sarou, por onde se concluiu que era mesmo de Anchieta. São numerosos os sacerdotes, a essa altura, que possuem ossos de Anchieta, e com eles fazem milagres um pouco por toda a parte - no Rio, na Bahia, em Pernambuco, e também na vila de São Paulo, onde um osso de Anchieta ajudou muito no parto “molesto e perigoso” uma cunhada de Mateu Luis Grou. Outros ossos operam milagres vários, inclusive ajudando a achar um pescador escravo que fugira de uma senhora Dona Lourença. O pobre do negro certamente não tinha outro ossinho de Anchieta para ajudá-lo a se esconder. Outro osso salva “duas donzelas doentes e desconfiadas da vida”, outro serve de contraveneno ao padre Gato contra algumas beberagem que lhe haviam dado os índios carijós, e assim por diante. Só nos resta concluir que os despojos de Anchieta não estão em parte alguma, mas espalhados por Europa, França e Bahia.

Não vamos, portanto, discutir por causa dessas relíquias esparsas e perdidas. A relíquia verdadeira é o espírito de Anchieta trilhando os caminhos humildes da terra do Brasil, ajudando um país a acontecer.

OUTUBRO, 1964

(*) Texto do saudoso e magnífico cronista Rubem Braga, in “Crônicas do Espírito Santo”, p. 11/12, com desenho de Caribé.

“PAYÉ-GUAÇU”

Beatriz Abaurre

O dia mal começara a nascer. Na fimbria do horizonte uma linha de um ténue amarelo dourado anunciava a chegada dos primeiros raios de sol.

Um vulto encurvado, como que resguardado da brisa fria e úmida, lentamente deixa a igreja do pequeno povoado e se aproxima da praia. Uma espécie de manto de lã escura e áspera pende frouxamente de seus ombros frágeis e recobre sua figura um pouco trôpega e desalinhada. A cabeça está desprotegida; os cabelos ralos, finos e esvoaçantes lhe emolduram o rosto moreno, de pele curtida e rugas profundas. Apesar de titubeante, ele avança tenazmente, com grande esforço e determinação. Traz na mão um bastão que lhe serve de apoio e compensa a deformidade física tão pronunciada. Atrás dele, a alguns metros de respeitosa distância, vislumbra-se o vulto de uns sete índios descalços, seminus, calados porém atentos à figura que se adianta vagarosamente é sua frente.

“Payé-guaçu” alcança a areia e suas sandálias toscas e gastas deixam marcas na praia - umas mais profundas que as outras. Percebe-se que o pé que apoia o peso do corpo encurvado enterra-se mais profundamente e é arrastado com dificuldade ao ser movido, deixando um sulco mal delineado ligando uma pegada é outra. O bastão já não se faz necessário pois a areia fofa não lhe serve de apoio nem é suficiente para a segurança tão necessária ao seu flagrante desequilíbrio. Mesmo assim avança passo a passo. A umidade já se faz sentir através das sandálias, e os nervos de seus pés como que se contraem de dor - uma dor quase insuportável, pungente e lancinante que lhe sobe pelas pernas ligeiramente arqueadas, alcançando os quadris e parecendo rasgar-lhe as costas. Seu corpo como que açoitado por um algoz invisível se dobra um pouco mais para frente.

Agora a claridade irrompe sem pressa, fazendo brilhar a superfície da água. Algumas aves marinhas levantam vôo e sobrevoam a praia em busca dos primeiros alimentos do dia. Os índios agacharam-se na areia seca e observam, sempre calados, o seu mentor, seu amigo, seu protetor.

O vulto alcança a água meio turva e barrenta que se mistura na desembocadura do rio largo e tranqüilo. Ele mantém os olhos no horizonte, as pálpebras meio fechadas pois os raios de sol ferem suas pupilas cuja visão já se embaça pela miopia que

precocemente o aflige. A extremidade do hábito que só agora se percebe ser preto e o manto de lã, já têm as extremidades molhadas pela água.

Padre José de Anchieta, carinhosamente chamado de “Payé-guaçu” pelos indígenas madrugou e ao descer de sua cela no claustro do Mosteiro dos Jesuítas não percebeu que acordara os índios que, como sempre, velavam seu sono deitados sobre ralos cobertores no vão da escada. Há dias eles acompanham silenciosos e atentos o padre querido que se enfraquece a olhos vistos e, resignado e estóico, procura disfarçar seu sofrimento e esconder a fragilidade que o envolve rapidamente.

Agora cochicham entre si e mostram-se preocupados. Um deles se levanta mas é prontamente puxado pelo companheiro ao lado. têm colares de contas coloridas que rebrilham ao fulgor do sol no peito nu. Uma tanga de tecido tosco cobre seus corpos da cintura até a altura dos joelhos. Os cabelos longos e lisos caem frouxos emoldurando os rostos escuros e de trapos marcados. Payé-guaçu” pode estar rezando e não deve ser perturbado; por isto permanecem imóveis e se comunicam entre si em voz baixa e respeitosa.

Após alguns minutos o padre se volta e como que acordando de um transe olha em torno. As gaivotas gritam alvoroçadas. Vê os amigos índios, sorri levemente, acena-lhes com um leve movimento do bastão e volta a recolher-se em seus pensamentos. Os índios sorriem também, balançam a cabeça e trocam palavras sussurradas. Estão tranquilos agora: “Payé-guaçu” está contente. E por isso eles também.

O padre agora sai da água que alcança seus tornozelos e retorna para a areia molhada. As pontadas lancinantes de dor porém não se abrandam. Curvado, mantém os olhos abaixados. No que pensa ? Na infância distante, alegre e despreocupada na lha de São Cristóvão da Laguna, em Tenerife, uma das ilhas do Arquipélago das Canárias ? Nos conselhos e ensinamentos do nobre pai João de Anchieta espanhol, sempre preocupado com a educação do filho tão inteligente e sagaz ? Nos carinhos da mãe, Mencia Diaz, nascida naquela ilha que tanto amava e da qual nunca se afastara ? De sua mocidade em Coimbra onde os estudos absorviam todo o seu tempo ? Ou no Seminário dos Jesuítas, no rigor dos claustros, na regida disciplina, na rotina diária de orações, jejuns, penitências e ensinamentos ? Talvez na chegada ao Brasil, com apenas 19 anos, já portador de uma tuberculose óssea, em busca do calor tropical, do clima ameno que lhe aliviasse o sofrimento e na missão árdua e

desafiante de catequizar os índios selvagens e pagãos. Talvez na sua defesa incansável de resguardar as tribos já catequizadas de outras ainda aguerridas e violentas. Sorri novamente ao lembrar a origem do apelido que os tupi-guarani lhe deram: “Payé-guaçu” - “mãos amarradas” pois era assim que os índios selvagens e traiçoeiros que invadiam as tribos pacificadas saíam de suas aldeias queridas: mãos amarradas, cabeça baixa, desarmados e dispostos a nunca mais voltar.

Novamente olha para os índios como se retornasse de súbito à realidade. Vira-se para o mar. Com seu bastão começa a fazer desenhos na areia. Desenhos? Os índios de onde estão não percebem o que significam. Levantam-se curiosos, aproximam-se juntos e em respeitoso silêncio.

Não são desenhos. São palavras. “Payé-guaçu” já os alfabetizou na língua cristã, mas não conseguem ler com presteza as frases pois as ondas travessas e inquietas do mar rapidamente as apagam.

O sol, agora já alto no céu, esquenta o dia. O suor escorre do rosto daquele homem de aspecto frágil e doentio. Os índios aflitos se inquietam mas não ousam perturbar ou aborrecer o padre. Escrevendo cada vez mais rápido, procura vencer sem sucesso a maré que sobe impiedosa e inexorável, desmanchando as frases tenaz e implacavelmente.

O corpo cada vez mais curvado se dobra de cansaço e dor. O manto se desprende de seus ombros raquíticos e se amontoa na praia como uma mancha informe. Por fim, como se os músculos e tendões se entregassem definitivamente é tortura angustiante, cai de joelhos o bastão lhe escapa das mãos.

Os nativos acodem apressados. Levantam com cuidado o corpo inerte do amigo “Payé-guaçu”. O padre num esforço sobre-humano ainda tenta se por em pé com o auxílio dos índios. Procura segurar o bastão que, solícito, um dos nativos lhe entrega. Sorri agradecido e cai novamente, agora desfalecido.

Apressados, os índios carregam o corpo imóvel. O bastão cai na areia e é apanhado por um dos índios assim como o manto umedecido pela maresia. Lentamente, com cuidado e carinho, caminham em direção da igreja levando aquele fardo precioso. Atravessam a nave, cruzam o jardim bem cuidado do Mosteiro, sobem vagarosamente a escada e alcançam a alcova de “Payé-guaçu”. Colocam-no no catre singelo da cela austera onde um crucifixo pende da parede caiada de branco. Cobrem o corpo encolhido e deformado com cobertores e correm aflitos para chamar

as outros padres.

“Payé-guaçu” fica sozinho. Imóvel, sente que as dores das costas e das pernas já não o incomodam. Uma espécie de torpor vai tomando como de seus membros. Tranqüilamente, sem susto e sem temor, percebe que seu coração bate mais lento, mais fraco. Quase inconsciente, volta lentamente com o resto de força que ainda lhe resta, o olhar para o Cristo que, sereno, pende da cruz. Uma sombra de sorriso lhe ilumina o rosto exangue. Sabe que cumpriu a missão que o Senhor Salvador reservou para ele. Sabe que Cristo esteve ao seu lado durante toda a sua caminhada e lhe serviu de amparo quando as dores sobrevinham e as forças pareciam lhe faltar. Sabe que Ele esteve há poucos instantes ao seu lado na praia enquanto escrevia alguns dos mais de 2.000 versos do Poema de Louvor à Virgem Maria que sabia de cor, pois para ele era uma oração diária de fé recitar em voz baixa para si mesmo a poesia de puro amor e devoção. Nunca se sentiu só ou abandonado em sua longa caminhada pela terra

O mar levou consigo as palavras escritas na areia daquele último amanhecer mas o mundo jamais esquecerá a oração que sua alma devota e generosa escreveu à Mãe amantíssima. Fecha os olhos. Uma lágrima se forma muito lentamente e escorre sem pressa pelo sulco de uma ruga profunda do rosto sereno e se perde no grisalho de seus cabelos revoltos, esparsos no travesseiro.

Um cansaço infinito lhe recobre o corpo magro e disforme, relaxando seus músculos como um manto ameno e protetor. É hora de partir. Seus lábios se movem. Um som muito fraco e quase inaudível ainda se faz entender: “acolhe-me em seus braços, Cristo Senhor. Perdoa-me se não completei minha missão como era Vosso desejo, nesta querida e abençoada Terra de Santa Cruz”.

REPERCUSSÃO NO SENADO FEDERAL

José Ignácio Ferreira

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear o IV Centenário do falecimento do Beato Padre José de Anchieta, nos termos dos Requerimentos nº1.152, de 1996, e 349, de 1997, do eminente Senador José Ignácio Ferreira e outros Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Padre Aleixo, representante da Comunidade dos Jesuítas, minhas senhoras e meus senhores, o Brasil miscigenado vem se tornando cada vez mais uma sociedade cosmopolita no mundo aberto em que vivemos. Ondas sucessivas de imigrantes, de início, para se estabelecerem em terras distantes, hoje, o intenso movimento de turistas, tudo contribui para os povos se aproximarem e se integrarem. Nem por isso deixam de existir marcas de épocas e gerações no conjunto das culturas e civilizações. O Brasil tem o traço inaugural ibero-lusitano e cristão católico. As demais presenças e influências somam-se é herança inicial.

Estamos agora, Sr. Presidente, comemorando outra etapa fundamental da nossa formação nacional, no quarto centenário de falecimento do jesuíta Padre José de Anchieta.

O grande historiador Capistrano de Abreu, um agnóstico, portanto insuspeito, certa vez concluiu como “instintivamente a simpatia voltava-se para os discípulos e companheiros de Nóbrega, Anchieta, Cardim, Vieira, Andreoni, os educadores da mocidade”, os primeiros formadores do Brasil.

Hoje conseguimos vislumbrar com dificuldade, dada a distância do tempo e mudança de circunstâncias, os obstáculos enfrentados por aqueles iniciais missionários evangelizadores, através de selvas, animais ferozes, insetos incômodos, desentendimentos com índios com frequência, levando a conflitos naqueles choques de culturas e civilizações. O testemunho de quem viu Anchieta no fim da vida bem que pode se aplicar a muitos daqueles missionários: “ia ainda Anchieta caminhando com a sua batina esfarrapada, descalço, corpo muito magro, dobrado ao peso dos anos e enfermidades, apoiado num longo bordão”.

Outro agnóstico que conseguiu vencer o preconceito, Silvio Romero, ilustre pensador e escritor, disse sua opinião final a respeito de Anchieta: “Alma arrebatada e poética, ele não era homem de recuar; encarava o seu ideal com entusiasmo. Um

dia entrou para a Companhia de Jesus e foi o mais perfeito modelo de jesuíta no bom sentido da palavra. Um dia, partiu para o Brasil e fez-se um dos nossos, um fator de nossa civilização”. Quatrocentos anos depois, prosseguimos nos lembrando, porque ele merece o culto íntimo da nossa lembrança.

José de Anchieta nasceu em 19 de março de 1534, no arquipélago espanhol das Canárias, em Tenerife. Era parente do próprio Santo Inácio de Loyola, através de um avô, basco imigrado àquelas ilhas, primo-irmão do pai de Santo Inácio. Aos 19 anos, Anchieta ingressava na Ordem por esse fundada. Mas na Universidade de Coimbra. Não em uma universidade espanhola. Talvez pelo fato da sua família materna ser em parte de origem cristã nova, isto é, judia convertida ao catolicismo em condições delicadas num período histórico de guerras religiosas. Portanto, a entrada de Anchieta, numa ordem religiosa, em outro país, não no seu, revela profunda convicção, uma autêntica vocação contra todos os preconceitos da época.

Os primeiros sacerdotes no Brasil haviam sido os franciscanos. Um deles, Frei Henrique de Coimbra, capelão da nau de Pedro Alvares Cabral, celebrou a primeira missa em plena praia alcançada pelas caravelas inaugurais da nossa nacionalidade. Contudo, foram Jesuítas os primeiros evangelizadores no sentido de iniciais missionários, terras adentro - como o seu primeiro provincial, o Padre Manuel da Nóbrega.

Em 1553, chegava à Bahia uma outra leva deles, chefiada pelo Padre Luís da Grã, um dos sucessores de Nóbrega no provincialato. Trazidos na comitiva de Dom Duarte da Costa, segundo governador-geral do Brasil colonial. Logo no ano seguinte, o jovem Anchieta é transferido para Piratininga, uma aldeia de índios nas serras defronte de São Vicente, para participar ativamente da fundação do Colégio de São Paulo, em torno de cujo pátio irá surgir a megalópole que conhecemos. Na construção do colégio, tanto se destacará Anchieta, que veio a ser considerado o seu maior organizador e animador, por conseguinte o maior dos fundadores de São Paulo. Com justo orgulho, a cidade e o Estado de São Paulo comemoram sua glória.

Mas ela não se limitará a São Paulo!

Em 1565, Anchieta participa da fundação do Rio de Janeiro, ao lado do governador-geral Mem de Sá. O Governador veio especialmente da Bahia, ao lado do sobrinho Estácio de Sá, depois morto nos combates para expulsão dos franceses da Guanabara, a primeira afirmação da nascente nacionalidade brasileira. Anchieta ali deixa sua marca na co-fundação do Hospital da Misericórdia, do tipo das Santas Casas começadas em Portugal pela Rainha Leonora, esposa de Dom João II.

Outras guerras afligem os missionários: Anchieta oferece-se como refém aos tamoios para mediar a paz. Permanece três meses entre os índios, quando escreve poema em latim em homenagem à Virgem Maria: De Beata Virgine Dei Matre Maria.

Poema escrito pela ponta do seu bordão nas areias da praia, decorando-o, verso por verso, para reproduzi-lo em livro quando libertado. Foi um dos primeiros missionários a aprender o tupi, a ponto de escrever *A Arte da Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*, a primeira do idioma tupi-guarani, publicada em Coimbra, em 1595. Também escreveu numerosos autos, teatro e poemas em castelhano, língua materna, e português e tupi, línguas de adoção. Daí poder-se considerá-lo o primeiro escritor no Brasil e, por seu amor é nossa terra e ao nosso nascente povo, o primeiro escritor brasileiro, pelo sentimento e pelos temas abordados.

Silvio Romero protestava, em fins do século passado, referindo-se a Anchieta: “A critica mesquinha, que tem presidido a organização de nossas crônicas literárias, o tem excluído do seu quadro”. Silvio encarregou-se de liderar a reabilitação também literária de Anchieta: “O mais antigo vulto de nossa história intelectual é o Padre José de Anchieta”. “O estilo é singelo e sóbrio, não tem artificios; o padre fala com simplicidade de um coração honesto”. Nas suas obras é “vivo o bafejo popular”, vindo “desde a mais tenra infância, pelo sopro popular da poesia anônima, que nas ilhas Canárias e nos Açores, em seu tempo, medrava fortemente”.

Sérgio Buarque de Holanda, já em nosso tempo, confirma: “Com Anchieta fica a glória de ter sido o autor da primeira peça escrita no Brasil. E mais, a de ter levado, à cena, personagens que falam a língua geral da costa”, o tupi-guarani, em peças de teatro edificantes para a evangelização do gentio.

Sucedem-se até hoje os juízos literários favoráveis a Anchieta, procedentes das fontes mais diversas. Agora, a do atual professor da Universidade de São Paulo, Alfredo Bosi, diz sobre Anchieta: “Homem culto, educado em colégios da Companhia na Coimbra humanística dos meados do Século XVI”. E formula mais um juízo moral da maior importância, “pelo zelo religioso e pela sensibilidade humana”, “como exemplo de vida espiritual particularmente heróica nas condições adversas em que se exerceu”.

Por tantos motivos, José Guilherme Merquior intitulou a sua *História da Literatura Brasileira* com “De Anchieta a Euclides (da Cunha)”, como principais marcos do seu texto. Em meio a tão atribuladas e importantes missões, Anchieta só é ordenado sacerdote em 1577, mas, já, em 1578; se vê nomeado Provincial da Companhia de Jesus no Brasil. Dispensam-no das funções em 1585, quando segue ao Espírito Santo para retomar, até 1597, a atividade missionária direta. De volta às selvas, por rios e montanhas, entre índios, enfermidades tropicais e perigos vários, Anchieta percorre grande parte do território do Espírito Santo a pé, como o fizera em São Paulo, por humildade, dispensando ir a cavalo. Tornou-se conhecido de todos, aos quais procurava indistintamente ajudar, tanto do ponto de vista espiritual quanto

do ponto de vista material. Sucessivas obras de benemerência, caridade e amor ao próximo deixava ele ao longo de suas pegadas, a ponto de receber, em vida, a fama de santo, de homem justo, fiel aos mandamentos da Lei de Deus em grau superlativo, grau heróico, consagrado por numerosíssimos testemunhos.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a fama de santidade de Anchieta logo fez com que seus restos mortais fossem dispersos pelo Espírito Santo, Bahia e Portugal. Falecido em 9 de junho de 1597, há 400 anos, no ano seguinte já aparece a sua primeira biografia: Breve Relação da Vida e Morte do padre José de Anchieta, de autoria do companheiro de Ordem religiosa, Quirício Caxa. Em seguida: Vida do Padre José de Anchieta - Taumaturgo do Novo Mundo, em 1672, pelo também jesuíta Simão de Vasconcelos.

A cidade onde morreu denominou-se Benevente, após o nome indígena de Reritiba, e finalmente Anchieta.

O Sr. Gerson Camata - Permite-me V. Exa um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - V. Exa tem o aparte.

O Sr. Gerson Camata - Senador José Ignácio, vejo o entusiasmo e o ardor com que V. Exa fala sobre o beato Padre Anchieta, uma das biografias mais bonitas do começo do Brasil. V. Exa cita intelectuais e autores que o têm não só como um santo, mas como um grande empreendedor, escritor e poeta. Mas ele é, acima de tudo, um fundador de cidades, quer dizer, o Anchieta não era aquela santidade contemplativa, aquela santidade quase que absorva em si, voltada para dentro numa atitude refletida do ser humano; ele era um santo explosivo, realizador e que não se continha dentro de si mesmo. A história vai dizendo como ele vai correndo o litoral do Brasil e vai semeando cidades e trazendo a civilização. V. Exa se referiu a primeira gramática da língua tupi-guarani. Quando da visita do presidente Fernando Henrique a Roma, o Itamarati detectou que em Lisboa estava à venda uma das primeiras edições dessa gramática. Era o sonho do Presidente da República dar de presente a Sua Santidade exatamente um exemplar dessa gramática, mas a cotação da gramática na Europa estava um pouco alta e o Presidente se decidiu, então, por uma gravura do Século XVI. Essa foi uma maneira muito hábil que o Presidente Fernando Henrique encontrou para falar sobre o assunto, pois, na hora em que ofertasse a gravura, o Papa certamente faria algum comentário, ocasião em que o Presidente poderia sugerir da esperança do Brasil que, com a visita do Papa, que se realizará este ano, os brasileiros pudessem ter a honra do seu primeiro santo - espanhol de nascimento, mas praticamente tornou-se santo no Brasil. Logo depois da visita a Sua Santidade, num almoço oferecido pelo Governo brasileiro, estavam já vários cardeais do Vaticano, inclusive o Cardeal Gantin, que, surpreendentemente, nos revelou que a causa da santificação está no seu final e que a visita do Papa ao Brasil, que vem para um ato

em torno da família, não se coadunava muito com a programação de um santo que não teve família, porque foi um sacerdote. Mas achava que, no próximo ano, o Brasil teria a possibilidade de venerar nos altares o seu primeiro santo. Essas comemorações dos 400 anos obrigam-nos, e o discurso de V. Exa vai por esse caminho, a meditar e refletir sobre essa grande figura da história do Brasil. Quatrocentos anos depois está o Senado brasileiro, a Prefeitura de São Paulo, o Governo do Espírito Santo, a Prefeitura de Anchieta - onde o Senador Élcio Alvares esteve ontem - falando na vida, atuação e trabalho que esse homem realizou no começo do Brasil. E, aliás, traz-nos uma meditação também de como teria sido o Brasil se não tivéssemos, no início, esses santos e uma atuação da Companhia de Jesus que, efetivamente, ao longo de todo o litoral, começou o grande trabalho de transformação deste País, muito mais do que puderam os portugueses fazer, politicamente, logo nos primeiros séculos. Cumprimento V. Exa, acho que o Brasil caminha para refletir mais e se mirar no exemplo dessa grande figura da História do Brasil, da Companhia de Jesus e do Cristianismo no mundo.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Agradeço o aparte de V. Exa, eminente Senador Gerson Camata, e o incorporo com muita satisfação, pelo seu brilho, pela sua substância, ao discurso que estou fazendo.

O Sr. Élcio Alvares - Permite V. Exa um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Com muito prazer, nobre Senador Élcio Alvares.

O Sr. Élcio Alvares - Senador José Ignácio Ferreira, o seu discurso hoje complementa, com muito brilhantismo, todas as solenidades que foram realizadas no Espírito Santo em homenagem ao grande Padre José de Anchieta. Diria mesmo que o seu pronunciamento, numa sessão solene como esta, é a manifestação de todos àqueles que, de uma forma ou de outra, trouxeram, nesses dias comemorativos do Município de Anchieta, brilho e apoio, inclusive à santificação do Padre José de Anchieta. V. Exa, com a sua capacidade intelectual, com o seu cuidado de sempre, soube apreender muito bem que não precisávamos exatamente, para coroar toda a festividade em torno de Anchieta, de um pronunciamento deste porte, ainda mais que, prazerosamente, tanto eu quanto o Senador Gerson Camata, damos a V. Exa a responsabilidade, para nós profundamente honrosa, de representar a Bancada do Senado num pronunciamento de tanta importância para nós. Mas gostaria, Senador José Ignácio, de fazer um registro - que neste momento incluo no seu pronunciamento - por entender que foi realmente a manifestação mais bonita de religiosidade que vi no dia de ontem no Município de Anchieta. Nós tivemos uma missa solene celebrada pelo Cardeal primaz do Brasil, Dom Lucas Moreira Neves. Com o povo tomando literalmente todo a igreja de Anchieta, Dom Lucas teve a oportunidade de realizar,

como sempre faz, uma das mais belas orações que já tive oportunidade de ouvir, concluindo, com o entusiasmo da multidão que lá se encontrava, com uma frase que ecoou em nossos corações, dizendo que muito em breve nós poderemos gritar, ali em Anchieta, aclamar em Anchieta o São José do Brasil, o que teve uma repercussão, evidentemente, de muita emoção entre todos nós. A igreja de Anchieta, hoje, é um ponto de referência que considero fundamental para todos que vão ao Espírito Santo. Ela foi inteiramente reconstituída, teve recuperado o altar principal e surgiram pinturas belíssimas do século XVII. A cela de Anchieta é um lugar onde alguma coisa nos toca profundamente pelo lado espiritual. Àqueles que não conhecem a cela de Anchieta, de lá, na igreja, divisamos o rio Benevente. É uma visão de quietude, de paz, de fé, e ali está, exatamente, o osso de uma parte da sua perna, fazendo com que milhares e milhares de pessoas que vêm no Padre Anchieta a sua santificação vão ali levar a sua homenagem. Ontem, Senador José Ignácio, eminente Presidente e eminentes colegas, nós tivemos uma manifestação de fé incomum no Município de Anchieta. O Prefeito Moacir Carone Assad esmerou-se e diria mesmo que, das comemorações de Anchieta no Brasil, a mais bonita, a mais expressiva de todas competiu ao Espírito Santo, através do Município de Anchieta. Lamentavelmente, não tivemos a presença do Ministro da Cultura, o que foi uma pena, já que S. Ex. teve outra solenidade; ontem, S. Exa era aguardado com muito entusiasmo, principalmente por aqueles artistas que recuperaram a igreja. Mas Dom Lucas Moreira Neves, como sempre faz - acompanhado de Dom Silvestre Scandian e de todos os bispos do Espírito Santo, à manifestação estiveram presentes vários padres daquele Estado - transmitiu durante três horas um espetáculo que confesso ficou inesquecível no meu pensamento. Portanto, o Espírito Santo, ontem, coroou o ciclo das suas manifestações religiosas, festivas a esse inolvidável jesuíta, que marcou a nossa Terra, não só pela manifestação intelectual do eminente poeta que foi, o teatrólogo, o catequista admirável. Em todo lugar, era como se fosse um milagre, se respirava a imagem e a presença de José de Anchieta. Por isso, Senador José Inácio, aquele momento de fé, de religiosidade do povo do Espírito Santo, que foi uma demonstração incomum - e torno a repetir, talvez o espetáculo mais bonito que tivemos nas comemorações alusivas aos 400 anos da morte de Anchieta - realmente, é com muito orgulho que temos a satisfação de dizer que Anchieta, ali, fechou os olhos para a cena terrena, mas abriu os seus olhos para a face de Deus, para se converter, inesquecivelmente, numa das figuras mais respeitadas, admiradas e celebradas no nosso Estado. Portanto, para encerrar, quero dizer que o seu pronunciamento representa o coroamento de toda essa manifestação, a alegria do povo, a satisfação imensa dos religiosos. A manifestação de fé encontra agora, no seu pronunciamento - e de uma maneira também que incorporo como se fosse parte da solenidade do

nosso Estado, esta sessão do Senado - ela se incrusta exatamente naquele espírito que ontem dominou o Município de Anchieta. Deixo meus cumprimentos ao Prefeito Moacir Carone Assad, que foi inexcedível, foi dedicadíssimo, e deixo meus cumprimentos também a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, colaboraram para o êxito das celebrações que tiveram ontem o seu desfecho, principalmente na igreja Católica do Espírito Santo, que tem à frente essa admirável pessoa que é Dom Silvestre Scandian, e que ontem teve a suprema honra de receber na terra de Anchieta a presença do Cardeal Primaz do Brasil, Dom Lucas Moreira Neves. Portanto, a V. Exa meus cumprimentos, na certeza de que esse discurso fará parte de todos aqueles documentos que cercaram, com muito brilhantismo, a comemoração dos 400 anos da morte de José de Anchieta.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Muito obrigado a V. Exa, eminente Senador Elcio Alvares. Saiba V. Exa que faço este pronunciamento traduzindo o pensamento da Bancada do Espírito Santo no Senado Federal.

Agradeço a V. Exa os esclarecimentos tão ricos de informações acerca das comemorações que ontem tiveram o seu desfecho no Estado do Espírito Santo, com tão importantes figuras, como o Prefeito de Anchieta, Moacir Carone Assad, o Arcebispo de Vitória, Dom Silvestre Scandian e o Cardeal Primaz do Brasil, Dom Lucas Moreira Neves.

A cidade, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, onde morreu denominou-se Benevente, lá no meu Estado, após o nome indígena de Reritiba, e, finalmente, hoje, é a cidade de Anchieta, um belo lugar, banhado pelo Atlântico, no sudeste do meu Estado do Espírito Santo, povoado por gente altiva, trabalhadora, orgulhosa por haver perenizado - com o próprio nome - a memória do maior dos seus vultos históricos.

Seu nome está também no atual colégio jesuíta de Porto Alegre. Antes, no de Nova Friburgo, e em ruas, praças, avenidas do Brasil inteiro, espontaneamente, por decisões puramente locais, o que comprova o seu grande prestígio popular.

O percurso da canonização foi iniciado em 1617. Declarado Venerável em 1736, beato em 1980, só faltando a final etapa da proclamação como santo.

O Brasil precisa mobilizar-se para essa consagração, que se projeta em Portugal e na Espanha. Não existe nenhuma canonização de brasileiro nato ou adotivo. Mais um sinal de desinteresse pela nossa projeção internacional. Da mesma forma que nunca foi concedido o Prêmio Nobel a um escritor brasileiro. Portugal, porém, tem vários santos e um Prêmio Nobel de Medicina, o de 1949, a Egas Moniz, por cirurgia cerebral então pioneira. O Chile tem dois Prêmios Nobel de Literatura: Gabriela Mistral e Pablo Neruda. A Colômbia, a Guatemala e o México, um cada um: a Gabriel Garcia Marquez, Miguel Angel Astúrias e Octávio Paz. Quando nós,

brasileiros, enfim perceberemos a importância da repercussão destas consagrações? Vários escritores brasileiros já faleceram merecendo, sem dúvida, o Prêmio Nobel, sem nunca o terem recebido.

No quarto centenário de nascimento de Anchieta, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro comemorou-o em conferência de Afonso Celso, Pedro Calmon, Jorge de Lima e do jesuíta Leonel Franca, entre outros. No terceiro centenário de falecimento, a iniciativa coube a São Paulo, através de Eduardo Prado, com a colaboração de Joaquim Nabuco e mais alguns grandes representantes da cultura brasileira.

Neste ano, o Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus em Belo Horizonte comemorará o seu ilustre filho com um simpósio, também evocador de outro grande jesuíta, o luso-brasileiro Antônio Vieira, que ora tem o tricentenário de falecimento. Com uma série de conferências, para as quais estão convidados professores universitários de Minas Gerais, Brasília, Goiânia, Recife e mesmo do exterior, de Portugal e da Argentina.

O Sr. Pedro Simon - V. Exa me permite um aparte?

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - V. Exa tem o aparte, eminente Senador Pedro Simon, com muita honra.

O Sr. Pedro Simon - Em primeiro lugar, quero dizer da importância do pronunciamento de V. Exa e da importância deste momento do Senado Federal, que presta as suas homenagens aos 400 anos do grande Padre Anchieta. Quando estudei História do Brasil -digo isto a V. Exa de coração-, desde o Primário, uma das primeiras figuras que aprendemos a amar, a respeitar, e pela qual aprendemos a ter carinho é o Padre Anchieta. O Padre Nóbrega era o chefe, o que mandava, o comandante; mas o homem que tinha a beleza, que escrevia poesias na areia, que tinha grandeza, que era amado e amava, este era o Padre Anchieta. Não há dúvida alguma de que o culto que prestamos a Anchieta é espontâneo. Como diz muito bem V. Exa, quatrocentos anos depois da sua morte, não há associação pró-culto de Anchieta, não há absolutamente nada; todas as crianças que passam por uma escola e que estudam História aprendem a amar Anchieta. Por isso, nada mais justo e compreensível que o Brasil inteiro, e, dentro do Brasil, o Senado, e, no Senado, pelo brilho e respeitabilidade, V. Exa, neste momento, preste as homenagens a Anchieta. Quero destacar o ponto de seu pronunciamento em que V. Exa diz que não consegue entender como um país como o Brasil, com a projeção que atingiu, não tenha ainda figuras com destaque e respeito internacional, seja pelo Vaticano, seja pelo Prêmio Nobel. Deixo o Prêmio Nobel para uma outra discussão e fico com o Vaticano. Não estou querendo dizer - temos que ter muito cuidado - que o Brasil está chateado, porque não tem um santo e acha que deveria ter. Com toda a sinceridade, primeiro,

o Brasil é a maior nação católica do mundo; segundo, o catolicismo tem identidade com o Brasil desde o seu descobrimento; terceiro, são muitas as figuras que conhecemos que foram praticamente santas em vida. De repente, verificamos que há casos de santificação na África, na Ásia, na América Latina, na América do Sul, mas, em relação ao Brasil, há eu diria quase uma espécie de desconsideração. Por que, por exemplo, há tantos cardeais e bispos nos Estados Unidos, um país, é claro, economicamente muito mais rico, mas com um número de católicos muito menor do que o nosso País? Qual é o motivo disso? Será que a igreja age em função do poder econômico? O Presidente Fernando Henrique disse ao Papa que olhasse para a História do Brasil. Se o Brasil não tem santos, não tem e pronto. Mas dói ouvir coisas do tipo: “é uma pena dizer, mas vocês só têm caras que jogam futebol. Santidade não existe lá.” Seria plenamente justificável que o Vaticano fizesse uma revisão da análise dessas questões. E não há melhor dia nem melhor oportunidade do que esta, em que V. Exa presta, da tribuna, uma homenagem a um homem como o Padre Anchieta, cuja bondade, ternura e grandeza de espírito são universais. Não é o caso do Padre Nóbrega, que já tinha mais malícia - os Jesuítas têm grandes qualidades, mas deixam também grandes interrogações. Não é por nada que se diz que o chefe nacional dos Jesuítas no mundo é o Papa Negro, que tem um poder paralelo ao do Papa. Os Jesuítas travaram grandes debates na Península ibérica, de onde foram expulsos, e têm também coisas positivas. Nobre Senador, eu o aconselharia a, um dia, fazer uma visita e tomar conhecimento do que foram as províncias dos Sete Povos das Missões onde os Jesuítas, com os indígenas guaranis, fizeram uma civilização que Portugal e Espanha se uniram para destruir, para queimar, para tentar derrubar e não deixar pedra sobre pedra, porque era uma civilização que, à época - conta-se - não existia em nenhum outro lugar do mundo com a mesma convivência social. Naquelas missões, as pessoas viviam num regime mais ou menos idêntico ao dos primeiros cristãos, em que todos trabalhavam, todos produziam, e os Jesuítas ensinavam a plantar e a colher, ensinavam a arte de fazer estátuas, de fazer artesanato. E todos tinham direito a um teto. Tudo o que produziam guardavam num determinado local e ali recebiam proporcionalmente às suas necessidades. Naquela época havia um solidarismo cristão, digamos assim, e até hoje não se encontra algo de tal similitude no mundo. Tanto que aquilo assustou portugueses e espanhóis, que pararam e se uniram para destruir o que estava sendo feito. Ali tinha muito da história de Anchieta, tinha muito da história do que eles queriam, do que eles imaginavam e sonhavam. Com muita modéstia, trago, de novo, o meu endosso à referência feita pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Papa. E por que não um brasileiro? E por que não um que nem brasileiro é, mas é brasileiro por adoção? O Padre Anchieta ou a Madre Paulina? Afinal, são tantos os nomes que estão aí que penso que merecíamos isso,

com toda a sinceridade. Ou então que digam, com todas as letras: “Estamos procurando aí, mas vocês não têm ninguém. Os Estados Unidos têm, outros países têm, mas o Brasil não tem ninguém! O que me parece muito difícil. Por isso, felicito V. Exa, que saiu do tom da exaltação de Anchieta e entrou num outro tom, que também é muito importante. Não dá para entender. Concordo também com V. Exa. com relação ao Prêmio Nobel. Mas é outra questão, que se analisa numa outra situação. Mas, aqui, não. Podemos não ser o País de maior cultura, nem o que tem os maiores físicos, os maiores químicos. Mas a maior Nação cristã católica do mundo está no Brasil. Parece-me que V. Exa está absolutamente correto quando faz a pergunta. Meus cumprimentos a V. Exa.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Muito obrigado a V. Exa, Senador Pedro Simon, que, como sempre, se manifesta com muita densidade. incorporo o seu aparte, muito satisfeito, porque ele enriquece o pronunciamento que estamos fazendo desta tribuna.

Prossigo, Sr. Presidente:

O evento será encerrado com conferência por Dom Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana e ex-Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB.

O Estado do Espírito Santo - em colaboração com o Estado de São Paulo, Prefeitura do Município capixaba de Anchieta, Funarte Fundação Nacional de Arte), Universidade Federal do Espírito Santo e Universidade de São Paulo - ora organiza a exposição itinerante “Nos Passos de Anchieta”, mais a apresentação do auto anchietano intitulado “Na Vila de Vitória”, peça com referência ao contexto político de fins do século XVI, quando do falecimento do donatário da capitania espírito-santense, Vasco Fernandes Coutinho. Sua esposa, ao assumir o poder, provocou debates sobre sua legitimidade, pois eram tempos da União Ibérica, união das Coroas de Portugal e Espanha. Houve, então, discussões entre os adeptos dos dois lados, o que demonstra também a conciliadora vocação política de Anchieta em tão difícil tema da época.

A peça será levada ao ar livre na Praça da Matriz da cidade de Anchieta, no meu Estado do Espírito Santo. Em seguida, ocorrerá o Simpósio Anchieta em parceria com o Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, tendo como tema central “O Homem e o Mito Anchieta e a Experiência dos Jesuítas”. Para o evento, virão três professores da Universidade de La Laguna, Tenerife, pátria de Anchieta, mais outros da Universidade de Coimbra, Universidade de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal do Espírito Santo.

A exposição “Nos Passos de Anchieta” exhibe quadros de artistas capixabas

do alto nível de Atilio Colnago, Celso Adolfo, Elidio Malaquias, Fátima Nader, Hilal Sami, Jean Jeveaux, Júlio Tigre, Lando, Romulo Cardoso, Rosana paste, Rosindo Torres e Tânia Calazans, ao lado de nordestinos, mineiros, cariocas e paulistas. Caberá ao Professor José Antônio Carvalho, do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, falar sobre a arquitetura jesuítica espírito-santense.

Faço um destaque especial também, Sr. Presidente, para a solenidade promovida pela Academia espírito-santense de Letras, residida pelo ilustre Desembargador Rômulo Salles de Sá, da qual tenho a honra de ser membro, oportunidade em que a acadêmica Anna Bernardes da Silveira pronunciou uma importante palestra sobre o extraordinário vulto, citando os sacrifícios a ele impostos para levar a mensagem de Deus aos índios de Reritiba.

Anteriormente, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em parceria com a Academia Espírito-santense de Letras, havia realizado, sobre o mesmo tema, um concorridíssimo ciclo de palestras no meu Estado, o Espírito Santo.

Outros eventos estão a cargo da Assembléia Legislativa estadual e das Prefeituras de Vitória e Anchieta em especial; além, naturalmente, das comemorações em São Paulo e no Rio de Janeiro com fundações tão associadas à memória do grande beato que, um dia, talvez muito próximo, haverá de ser canonizado como o primeiro santo do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Congresso Nacional, através do Senado Federal, não poderia omitir-se dessas comemorações. O Poder Legislativo sempre esteve presente nos grandes acontecimentos do País.

A representação do Espírito Santo, os Senadores Elcio Alvares e Gerson Camata, pela minha palavra, também marca a recordação de tanta importância nos Anais desta Casa. Sinto-me feliz, com um santo orgulho, por participar da perpetuação da memória do maior dos espírito-santenses, porque o primeiro na história e na recordação do seu povo, o nosso povo, parte da fundamental consciência da nacionalidade brasileira.

Os séculos continuarão incluindo Anchieta entre os heróis brasileiros da paz, do amor, da caridade, da solidariedade humana. E por tudo isso é que, com razão, se pode continuar proclamando José de Anchieta o Apóstolo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu poderia resumir, em um aparte ao nobre Senador José Ignácio, a manifestação da minha solidariedade às homenagens que esta Casa presta ao Padre José de Anchieta, ao ensejo dos 400 anos do seu passamento. Mas preferi ocupar esta tribuna, mesmo por poucos

instantes -e é bom que assim o faça-, para me somar à homenagem que o Senado Federal presta, neste instante, reservando para esse fim parte da sua sessão de hoje, o Horário do Expediente, a esse nome que se incorpora à História do Brasil.

Início tomando por empréstimo o que disse há poucos instantes o Senador Élcio Alves, se não me engano, em aparte ao orador que ocupava a tribuna: Padre José de Anchieta é uma figura extraordinária, que, quatrocentos anos após a sua morte, ainda é reverenciado com a intensidade com que hoje se faz no Brasil inteiro, pela sua história, pelos seus gestos, pela sua própria santidade, a merecer as atenções do mundo inteiro.

O brilhante discurso do orador oficial desta tarde, o eminente e talentoso Senador José Ignácio Ferreira, nos enfoques que deu à vida, à personalidade e à história própria de José Anchieta, esgotando toda a matéria sobre o ilustre Sacerdote, certamente não comportaria este acréscimo ou qualquer consideração a mais. Por isso, peço desculpas ao Senador José Ignácio Ferreira, ao mesmo tempo em que o saúdo, o felicito e o parablenizo pelo belo discurso que acabou de proferir, em que relata a respeito das facetas e aspectos vários da vida do Padre José de Anchieta. Eu também apresento, de modo pessoal, o testemunho da minha admiração pelo herói, pelo santo, pelo mestre e pelo poeta.

Se não me engano, foi Guilherme de Almeida, extraordinário poeta paulista, que, ao dedicar a Padre José de Anchieta um soneto, salientava estas quatro condições, estas quatro virtudes do emérito pastor: santo, se não me engano, pela cruz que cravou na selva escura; herói, pelo que fez em favor da nossa aldeia; mestre, pelas lições de doutrina pura; poeta, pelos versos que deixou na areia. Assim como Guilherme de Almeida descobriu em José de Anchieta, no sentimento que emana de sua própria poesia, o santo, o herói, o mestre e o poeta, a sua história seria também um pouco a própria história do Brasil e da Companhia de Jesus nesta terra.

Houve quem dissesse, se não me engano Rocha Pombo, em prefácio ao livro sobre Anchieta, de Celso Vieira, que, não fora a Companhia de Jesus, talvez o Brasil não tivesse existido.

Exagero à parte, temos que reconhecer o trabalho de missionário daqueles que aqui aportaram não apenas para a catequese, não apenas para as descobertas, não apenas para os gestos solidários, não apenas para os gestos de coragem, não apenas para os gestos de santificação, mas, acima de tudo, para a construção global na visão de um mundo novo, há 400 anos, como que apontando para a história, no descortinar de horizontes, no abrir de perspectivas, no alargar de estradas, a criação de sentimentos novos na alma de cada um, no espírito do povo inteiro.

A Companhia de Jesus, sobre a qual falou tão bem o Senador José Inácio e

cuja história se vincula praticamente a todos os Estados do Brasil, e não se resume ao Espírito Santo, tão bem saudado aqui pelos eminentes Senadores que representam esse Estado, mas a começar da pequenina e heróica Paraíba, do que foi feito em Mamanguape, do que foi feito após a instalação da província dos padres que ali chegaram como missionários para fazer catequese, mas também com a vocação e a decisão das descobertas.

Por isso, meu eminente Senador José Ignácio Ferreira, ao associar-me às homenagens que V. Exa, com tanto brilho, com tanta inteligência e cultura tanta, trouxe nesta tarde, enriquecendo a história intelectual do Senado, digo sobre Anchieta o que disse Aquino Corrêa, numa quadra que traduz com fidelidade um pouco da sua história:

“Aqui tu vieste e aqui tu morreste.

Tu és o Brasil. Brasileiro tu és.

Agora tu vives na Pátria celeste.

Mas neste Brasil caminharam teus pés”.

Eu concluiria, Sr. Presidente, invocando os quatro pontos citados por Guilherme de Almeida:

“Do Santo, do herói, mestre e poeta
pela glória que deste a esta terra e à sua história,
pela dor que sofremos sempre sós,
pelo bem que fizeste a este povo
novo batismo deste Mundo Novo,
Padre José de Anchieta, orai por nós!”

NOTICIÁRIO

ANCHIETANO

No Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo o Prof. Américo Menezes fala sobre “Anchieta, o Santo”.

O Prof. Ivantir Antônio Borgo quando falava, em aplaudido ensaio, sobre “Educação Jesuítica no Espírito Santo”.
(Foto do Prof^ª. Sra. Ester Abreu Vieira de Oliveira)

O Prof. Aylton Bermudes quando proferia, no Seminário sobre Anchieta, sua apreciada palestra. (Foto da Profª. Ester Abreu Vieira de Oliveira)

Público do Auditório da Xerox do Brasil (Foto da Profª. Ester Abreu Vieira de Oliveira)

O Prefeito de Anchieta, Moacyr Corone Assad fala, emocionado, sobre o IV Centenário da Morte do Padre Anchieta).

(Foto da Prof^a. Ester Abreu Vieira de Oliveira)

O Professor Américo Barbosa de Menezes fala, na cidade de Anchieta, a numeroso público sobre “A Beatificação de Anchieta”.

(Foto da Prof^a. Ester Abreu Vieira de Oliveira)

Público em Anchieta (1).
(Foto da Profª. Ester Abreu Vieira de Oliveira)

Público em Anchieta (2).
(Foto da Profª. Ester Abreu Vieira de Oliveira)

A humilde cela onde, a 09 de junho de 1597, faleceu
o Beato padre José de Anchieta).
(Foto da Prof^a. Ester Abreu Vieira de Oliveira)

O IV Centenário da morte do Beato Padre José de Anchieta foi intensamente comemorado, no Brasil e no mundo, especialmente em nosso Espírito Santo, terra que o Beato escolheu para passar os últimos anos de sua abençoada vida.

A 19 de março, data de seu nascimento, 1535, em San Cristobal de la Laguna, Tenerife, Ilha das Canárias, iniciaram-se as atividades culturais programadas.

* No Auditório da Xerox do Brasil o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e a Academia Espírito Santense de Letras patrocinaram, de 19 a 22 de Março, o Seminário Capixaba de homenagem ao IV Centenário do Falecimento do Beato Padre José de Anchieta, com palavras dos professores Ester Abreu Vieira de Oliveira, Luiz Busatto, Oscar de Almeida Gama, Mario Bonzano, Aylton Rocha Bermudes e Ivantir Antonio Borgo. No sábado, 22 de Março, houve uma romaria ao Santuário de Anchieta, na cidade de mesmo nome, onde falou o Professor Américo Barbosa Menezes.

** No mesmo dia 19 de Março, no Arquivo Público Estadual, a senhora Kátia M. Bobbio Lima lançou o cordel Padre José de Anchieta, o catequista da selva.

*** Em Abril, na Galeria Homero Massena, de Vitória, o Governo do estado, juntamente com a Funarte, patrocinou a exposição de quadros “Nos passos de Anchieta”, com obras de Attilio Colnago, Celso Adolfo, Elpidio Malaquias, Fátima Nader, Freda Jardim, Gilbert Chaudanne, Hilal Sami Hilal, Jean, Jeveaux, Júlio Tigre, Lando, Lecko Magri, Nelma Guimarães, Nelma Pezzin, Nortton, Rômulo Cardozo, Rosane Paste, Rosindo Torres, Tânia Calazanz e Yara Paiva.

**** Tendo como Centro o Município de Anchieta, a Câmara Estadual de Turismo organizou, em maio, um “fantour”, com jornalistas dos principais órgãos de imprensa do país.

***** Em Junho, o escritor Adilson Villaça lançou o romance O lugar das Conchas, versando a cidade de Anchieta hoje, e, de modo tangencial a obra do missionário jesuíta. A escritora Emiliana Gonçalves lançou, no Instituto Histórico, dia 11, o livro Anchieta, cidade dos sonhos.

***** A Prefeitura de Anchieta e a Secretaria de Produção e Difusão Cultural da Universidade Federal do Espírito Santo lançaram, também em junho, o concurso “Anchieta, 400 Anos de morte do Beato”, com mil reais de premiação.

***** A noite do dia 6 de junho, no Auditório de Advogados do

Espírito Santo, a Academia Espírito Santense de Letras promoveu solenidade comemorativa da morte do Beato, patrono de sua cadeia nº 10, tendo usado da palavra a acadêmica Professora Ana Bernardes da Silveira Rocha, atual acupante da referida cadeira.

***** No dia 9 de junho, a Tevê Educativa, Canal 2 transmitiu a missa Kewere: Rezar, celebrada na Catedral da Sé em São Paulo, pelo Cardeal - Arcebispo Dom Paulo de Evaristo Arns, e logo a seguir, o documentário Anchieta, o Abaré, produzido pela Tevê Cultura da Fundação Padre José de Anchieta de São Paulo.

***** Na mesma data a Biblioteca Nacional divulgou o lançamento, na Bienal do Livro, em Agosto, de nova edição do poema De gestis Mendi de Saa do Padre Anchieta assim como iniciou a montagem de uma exposição iconográfica e bibliográfica sobre o Jesuíta, pretendendo ainda realizar um ciclo de conferências sobre a catequese, com dramatização de textos do Padre Anchieta.

***** Entre 9 e 14 de junho o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, num evento simultâneo com o Congresso Internacional "IV Centenário de Anchieta da Universidade de La Laguna, Tenerife, Ilhas Canárias, realizou um simpósio alusivo à efeméride.

***** A revista Você, ano V, n. 46, de junho de 1997 editada pela Secretaria de Promoção Cultural da Universidade Federal do Espírito Santo, foi totalmente comemorativa do evento que estamos resenhando.

***** Em Vitória, onde foi sepultado o jesuíta, o Governo do Estado, inaugurou, no dia 9 de junho, no Palácio Anchieta, a exposição "In Memoriam", e reabriu à visitação pública o túmulo de Anchieta, além de ter criado um pequeno Museu no pátio interno da Capela-Mor da antiga Igreja de São Tiago, anexa ao Colégio dos Jesuítas.

***** Finalmente, a Prefeitura Municipal de Anchieta, juntamente com o Ministério da Cultura, o Governo do Espírito Santo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Companhia de Jesus e a Paróquia de Anchieta realizaram bem elaborado programa de festejos, que foram, por certo, o ponto alto das comemorações do IV Centenário do falecimento do Padre José de Anchieta.

O programa assim se desenvolveu:

- Dia 31 de maio, às 16 horas - Abertura oficial, no Adro Santuário Nacional do Padre Anchieta.

- Dia 1 de junho - Abertura da Exposição “Nos passos de Anchieta” que se trasladou de Vitória para a cidade Santuário, ocasião em que foi lançado o Concurso de Monografias.

- Dia 2 de junho - Apresentação do Conjunto de Músicas Antigas do Espírito Santo.

- Dia 5 de junho - Seminário sobre Meio Ambiente, e entrega das Comendas “Beato José de Anchieta” e “Paulo Vinha” e títulos de Cidadão Anchietaense e Cidadão Ausente, na Câmara Municipal.

- Dia 7 de junho - Show musical com Padre Zezinho.

- Dia 8 de junho - Concerto da Orquestra Filarmônica do Espírito Santo, executando temas barrocos.

- Dia 9 de junho - Inauguração das obras de restauração do Santuário Padre José de Anchieta.

Missa solene do IV Centenário da Morte de Anchieta, celebrada por diversas autoridades eclesíásticas de todo o Brasil, tendo à frente Dom Silvestre Scandian, Arcebispo do Espírito Santo. Proferiu a belíssima homilia o Cardeal-arcebispo Lucas Moreira Neves, presidente do Conselho Nacional de Bispos (CNBB).

Lançamento de selo comemorativo pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).

Apresentação do Auto “Na Vila de Vitória” do Padre Anchieta.

Show pirotécnico de encerramento.

Até o final do ano de Anchieta haverá diversos outros eventos culturais, como o anunciado Simpósio Internacional Anchieta, promovido pelo Governo do Estado em parceria com o Departamento de História da UFES, coordenado pelo professor André Pereira, objetivando uma releitura do Homem Anchieta, o mito que se formou em torno dele e a experiência catequética dos Jesuítas.

Nesta edição não são publicados, como era de nosso desejo, os belos e importantes textos acadêmicos de Oscar de Almeida Gama Filho e Ana Bernardes Silveira da Rocha, por expressa vontade dos ilustres autores.

DOCUMENTAÇÃO

Trabalhos publicados sobre o Pe. José de Anchieta e a cidade de Anchieta, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo - Ana Maria de Matos Mariani

1) Levantamento Bibliográfico

- ALMEIDA, Ceciliano Abel de. Assim morreu Anchieta... **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 28/30, p. 16-18, 1967/1969.
- ANCHIETA. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 13, p. 72-75, set. 1940.
- ATHAYDE, Antonio. Anchieta: sua vida sua obra no Espírito Santo. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 13, p. 3-11, set. 1940.
- . As cinzas do padre José de Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 7, p. 175-183, mar. 1934.
- . Manifestação cívica. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 7, p. 164-168, mar. 1934.
- . O túmulo de Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 94-95, abr. 1935.
- ASSIS, Francisco Eujenio de. Anchieta militar. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 13, p. 56-59, set. 1940.
- BASTOS, João. A mais antiga biografia de Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 13, p. 50-53, set. 1940.
- CABRAL, Luiz Gonzaga. O precursor. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 13, p. 81-90, set. 1940.
- CARTAS de Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 69-73, abr. 1935.
- A CIDADE de Anchieta em festa. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 13, p. 96-105, set. 1940.
- DEPOIS da morte de Anchieta: o funeral do Apóstolo do Brasil. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 82-86, abr. 1935.
- ECOS anchietano. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 133-135, abr. 1935.
- GENTIL, José da Frota, S. J. Anchieta e o Estado Espírito Santo. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 74-81, abr. 1935.
- AS FESTAS anchietanas nesta capital: inauguração do grupo escolar “padre Anchieta”. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 111-123, abr. 1935.
- FESTAS anchietanas: o túmulo de Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 109-110, abr. 1935.
- FRAGA, Christiano Ferreira. Elogio de Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 59-63, abr. 1935.

- FREIRE, Mário Aristides. Anchieta na fundação do Rio de Janeiro. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 64-65, abr. 1935.
- . De Reritiba a Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 13, p. 68-71, set. 1940.
- JESUÍTAS no Espírito Santo. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 131-132, abr. 1935.
- JOSÉ de Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 7, p. 74-75, mar. 1934.
- LIMA, José Victorino. José de Anchieta, sua vida sua obra. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 11, p. 52-78, 1938.
- LINS, Augusto. A predileção de Anchieta pelo Espírito Santo. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 13, p. 41-42, set. 1940.
- LIRIO, Olympio. José de Anchieta : a catequese. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 97-100, abr. 1935.
- MATTOS, Archimínio Martins. O poço de Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 91-94, abr. 1935.
- MORAES FILHO, Mello. O primeiro mestre. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 108, abr. 1935.
- NERY, João. D. A Companhia de Jesus no Espírito Santo. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 13, p. 26-36, set. 1940.
- OLIVEIRA, Adolfo Fernandes R. de. Quarto centenário de fundação da Companhia de Jesus. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 13, p. 62-67, set. 1940.
- . Venerável padre José de Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 102-107, abr. 1935.
- PASSOS, Placidino. José de Anchieta, primeiro mestre escola no Brasil. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 13, p. 54-55, set. 1940.
- PICANÇO, Macario de Lemos. No túmulo de Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 10, p. 90-97, dez. 1935.
- PIMENTEL, Elpidio. Em torno de Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 66-69, abr. 1935.
- POVOA, Pessanha. A cela do padre Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 13, p. 12-25, set. 1940.
- PROSODIA exacta de Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 95-96, abr. 1935.
- O QUARTO centenário do nascimento de Anchieta : feriado nacional. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 107-108, abr. 1935.
- RELÍQUIAS de Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 100-101, abr. 1935.
- ROMARIA anchietana. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 91-95, set. 1940.

- ROMARIA anchietana. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 109-111, set. 1940.
- SANTOS NEVES, Guilherme. Anchieta, pela primeira vez no Espírito Santo. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 21, p. 70-74, 1960.
- . Anchieta, no Espírito Santo. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 31/33, p. 17-19, 1980/1982.
- SILVA, Sebastião Isidro da. José de Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 126-130, abr. 1935.
- O SR. NUNCIO apostolico. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 76-80, set. 1940.
- STENZEL, Ponciano dos Santos. O apóstolo do Brasil. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 8, p. 86-90, abr. 1935.
- VALLADÃO, Haroldo. O quarto centenário da Companhia de Jesus. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 14, p. 21-24, dez. 1941.
- VALLE, Euripedes Queiroz do. Anchieta, cidade relíquia. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 13, p. 60-61, set. 1940.
- VIEIRA, Celso. Quando nasceu Anchieta. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 11, p. 65-66, abr. 1935.

2) Doação de 34 livros, em sua maioria sobre José de Anchieta, por Dr. Jayme Santos Neves, à Biblioteca “Augusto Lins”

- AMARAL, Antônio Barreto do. **Anchieta** : uma coluna grande desta província. São Paulo. IHGS, 1966. 133p.
- ANCHIETA e a medicina. Rio de Janeiro. 1934.
- ANCHIETA, José de. **Auto representado na festa de São Lourenço**. São Paulo : (S.l.), 1948.
- ANCHIETA, Joseph de. **Teatro de Anchieta** : obras completas. São Paulo Loyola, 1977. v. 3.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário. **Anchieta, a idade média e o barroco**. Rio de Janeiro : Gernasa, 1966. 307p.
- CAXA, Querício. **Breve relação na vida e morte do padre José de Anchieta**. São Paulo : Obelisco, 1965.
- . **Centenário do venerável Joseph de Anchieta**. Paris : Allaud, 1900.
- . **Vida e morte do padre José de Anchieta**. Brasília : Prefeitura do Distrito Federal, [19--]. 171 p.
- GRISOLIA, Amado. **Resumo histórico das reduções jesuíticas**. 11. ed, Rio Grande do Sul : Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, 1973. 57 p.
- LEITE, Serafim, S.J. **Artes e ofício dos jesuítas no Brasil : 1549-1760**. Lisboa Brotéria, 1953. 324 p.

- **Breve itinerário para uma biografia do Pe. Manuel da Nóbrega** : 1517-1570. Lisboa : Brotéria, 1955. 267 p.
- **Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil**. São Paulo : Comissão do Quarto Centenário da Cidades de São Paulo, 1954 : 3v.
- LIMA, Jorge. **Anchieta**. 2. ed. [S.l.] : ABC, [19--].
- MARCUSG, L. **Ignace de Loyola** : 1491-1556. Tradução de Pierre Degon. Paris : Payot, 1936. 329 p.
- NEMESIO, Vitorino. **O campo de São Paulo**: a Companhia de Jesus e o plano português do Brasil. 3. ed. Lisboa : [s.n.], 1971. 417 p.
- **O campo de São Paulo**: a Companhia de Jesus e o plano português do Brasil. 3. ed. Lisboa : [s.n.]. 1954. 466 p.
- NÓBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil e mais escritos**. Coimbra : Acta Universitatis Conimbriogensis, 1955. 567 p.
- PAPINI, Giovanni. **A vida de Santo Agostinho**. 4 ed. São Paulo : Nacional, 1960. 271 p.
- QUINZENA anchietana. Rio de Janeiro : OGAL, [1934].
- RAHNER, Hugo, S.J. **Inácio de Loyola** : homem da igreja. Porto : Tavares Mar. 1956. 187 p.
- RODRIGUES, Francisco, S.J. **História da Companhia de Jesus** : na assistência de Portugal. Porto : Apostolado da Imprensa, 1931. 665 p.
- **História da Companhia de Jesus** : na assistência de Portugal. Porto : Apostolado da Imprensa, [s.n.]. 1944, T. 1. 2v
- ROIZ, Pero. **Anchieta**. Bahia : PROGRESSO, 1955. 216 p.
- ROMEIRO, Gabriel. **São José de Anchieta**. São Paulo : Círculo do Livro, 1987. 256 p.
- SAINTE-FOY, Charles. **Vida do venerável padre José Anchieta** : da Companhia de Jesus. Tradução de Lino Deodato Rodrigues de Carvalho. São Paulo : Typ. Jorge Seckler, 1870.
- SEBE, José Carlos. **Os jesuítas**. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- SILVA, Antônio, S.J. **Mentalidade missiológica dos jesuítas em Moçambique antes de 1759** : esboço ideológico a partir do núcleo documental Lisboa : Junta de Investigação do Ultramar, 1967. 2 v.
- THOMAZ, Joaquim. **Anchieta**. Rio de Janeiro : Americana, 1954. 270 p.
- **Anchieta**. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, [1981]. 231 p.
- VARELLA, Fagundes. **Anchieta ou evangelho nas selvas**. Rio de Janeiro : Zélio Valverde, [19--]. 254 p.
- VASCONCELOS, Simão de. **Crônicas da Companhia de Jesus**. 3. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1977. 278 p.
- **Vida do venerável padre José de Anchieta**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1943. 2 v.
- VIDA ilustrada do V. P. José de Anchieta : da Companhia de Jesus apóstolo do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro : Vice-Postulação do V. P. Anchieta, 1939. 122 p.
- VIEIRA Celso. **Anchieta**. Rio de Janeiro : Pimenta de Mello, 1929. 334 p.

NASCIMENTO DE UM GAROTO

Corria o ano 1937. Em meus dezesseis anos, sabe lá o que isto significava, vitorienses de hoje, viver em minha gloriosa Vitória de antanho com seus limites urbanos definidos no núcleo central da Ilha, os bairros ligados pelos saudosos bondes, sem poluentes, o tráfego morno e sonolento dos raros automóveis, a calma plácida e tranqüilidade bucólica de suas manhãs e serenas tardes, refletida no andar e semblante pacífico de cada habitante ondettodos se conheciam.

Assim era a minha Vitória nos idos dos anos 30.

Caçar no alto morro do Bastos, peladas em frente a Catedral, bater as primeiras bolas, na quadra de basquete no Vitória F.C. junto a Praça 8, mergulhar nas águas límpidas e tranqüilas da baía, pular da proa dos lts fundeados, nadar por baixo da esteira de toras de madeiras que aguardavam embarque, e, sobretudo pescar com meu saudoso pai, companheiro amado e amigo, ora sobre as pedras da Ilha do Príncipe, ou no cais Schmidt em frente aos antigos armazéns de café junto ao mercado da Vila Rubim e embarcado, “apoitar” na bóia em frente a estação da Leopoldina, ou então sair Penedo a fora, e pingar estágios conhecidos; Pedra dos Ovos, Ilha da Fumaça, Ferreira, Sururu, Cruz das Almas, pesqueiros fartos de sargos, dentões e sirióbas, em águas não poluídas claras e transparentes.

— E Nossa Senhora lá de cima nos olhando e protegendo.

Meu pai, nesse tempo Aldom (para tia Ornácia e tia Lila, a primeira já descansando e a segunda festejando 91 anos no Alegre) Tom para meu tio Aloisio, arquiteto pela ENBA, morador em Santa Teresa no Rio, Pintinho para os desportistas o grande goleiro campeão várias vezes pelo Rio Branco F.C. na década de 20; meu pai desenhista do estado, trabalhando no setor de estatística da Secretaria de Agricultura, sediada no próprio Palácio do Governo, onde plasmava ora em aquarela ou em têmpera os quadros demonstrativos do movimento exportador de produtos da Terra Capixaba.

Eu ia ver meu pai trabalhar várias vezes por mês afinal eu estava em pleno Palácio do Governo, aquilo era muito importante.

Tinha que atravessar uma vasta galeria no térreo com mostras do produto da terra sobretudo o café, passar com respeito silencioso pela tumba do Padre Anchieta e ganhar a sala que meu pai trabalhava, interna, mas com bastante luz que

emanava do jardim interno do Palácio.

Além da profunda amizade havia entre eu e meu pai os traços atávicos que se ligariam a minha vocação artística definida mais tarde no Rio, já que 5 anos desse evento seria seu companheiro de trabalho na CVRD, ditando sessões transversais para ele elaborar os aportes topográficos ao longo da nova via férrea como se apresenta hoje e mais tarde colegas do IAPETC em trabalhos arquitetônicos.

Ia ao seu encontro “roer beirada de prancheta” no jargão daqueles que plasmam suas idéias e emoções naquele retângulo mágico e, admirar o trabalho daquele que me trouxe a vida, uma vida que não solicitei se, que eu pudesse plagiar Jorge de Lima em “Tempo e Eternidade” mais era muita cara para mim esta vida, valorizada por ter nascido dele, espelho que se refletia amor, bondade, inteligência e sobretudo simplicidade.

Lá estava eu uma tarde quando irrompeu sala a dentro “Seu” Henrique a procura de meu pai.

Alto, forte, louro como um guerreiro saxão, figura talvez egressa dos grandes dramas Wagnerianos, um Wotan ou um Parsival talvez pelo porte altivo e circunspeção.

Filho da leva de imigrantes germânicos que adentraram com ousadia e determinismo os sertões de nosso estado trazendo o dinamismo, o labor persistente e inerente à raça.

Meu pai filho de uma “caiçara” de Piúma era o oposto, aquilo que teosófica mente pode simbolizar o que conhecemos como harmonia dos contrários, talvez aí residisse neste contraste o encontro de “Seu” Henrique com meu pai.

Ele era um trabalhador, claro, um artista contemplativo onde longos silêncios, aparente romântico devaneios eram necessários para a gestação das idéias, sua lenta maturação para o corpo das formas.

Vá lá você compreender os artistas.

Tente um dia compreender, entender e ouvir estrelas como os versos de Bilac, um dos poetas preferidos por meu pai do qual recitava de cor, sonetos inteiros, fruto do qual memória privilegiada.

Como disse, “Seu” Henrique entrou aparentando pressa e foi logo dizendo ao que veio em seu português arrevesado dobrando guturalmente os “erres”.

— “Vim aqui ó Pinto, procurar você parra desenhar prá minha fábrica em

Vila Velha, um meninas, um Garoto, entregando encomendas”.

Meu pai, já o conhecia, e já naquele tempo coincidentemente o ordenado se se pudesse aliar a palavra ao gesto era “aquilo” e um free-lance no meio do mês era extremamente bem-vindo para melhorar o orçamento familiar.

Naquela mesma tarde o menino nasceu, tomou contornos definidos nos dias seguintes e surgiu, rubro, vermelho, impulsivo pronto para agredir o mercado incipiente, caminhar velozmente para os grandes negócios inflamado pela cor da Glória, da demandada vitória, da determinação sem limites.

Misto de Saci de nossas lendas (claro com suas pernas) boy de hotel de luxo, e também com semelhanças com o lendário TILL do Folklore germânico, cujas travessuras foram tão bem imortalizadas por Richard Strauss, vivo e matreiro.

A síntese gráfica denotava ousadia, rompimento já naquela época com os ditames e diretivas acadêmicas. As mãos eram simples círculos preconizando talvez a conquista pelo Garoto, das grandes esferas, uma volta do mundo pelo Equador, ligando os dois trópicos. Os pés, também sintetizados na estrutura dos ângulos agudos, ritmava com angulatura do passo apressado, o olhar maroto, a agilidade do mercúrio olímpico, Deus do comércio, onde se faltava as asas aladas para o deslocamento mais rápido ainda, para a vertiginosa entrega das encomendas, a conquista de novos mercados, territórios, o Brasil, o Universo.

No presente pela atividade e habilidade do sucessor do “Seu” Henrique, creio eu, conduzidos pelo espírito empreendedor do pai e avô passados mais de 50 anos afastado de Vitória, onde vou em visitas rápidas e esporádicas acompanhado de longe a trajetória mágica e meteórica do menino capixaba nascido na prancheta de trabalho de meu pai.

Passados alguns dias foi entregue ao “Seu” Henrique com as últimas provas de clichê para a impressão .

Era uma luminosa manhã de setembro.

Os Flamboyants em frente ao Palácio e na ladeira que descia para a rua do comércio, pintalgavam de vermelho a verde grama.

A suavidade do ar e o trinado dos sanhaços sugeriam a beleza de um adágio Mahleriano.

“Seu” Henrique desceu as escadarias do palácio disposto a retornar a Vila Velha e segundo dizem, ouvi falar não ousou afirmar manteve com o Garoto um curto diálogo, quase monólogo se diálogo existe na resposta simples de um sorriso, quando

se fala e se expressa com um gesto, ou um olhar.

— Herr Henrique, não vou de carro. São 9 quilômetros, sacolejando monotonamente por uma estrada poeirenta.

— Prefiro descer até, a Praça 8 e tomar a lancha par Paul .

É uma lancha alegre, repleta de sorrisos das normalistas, das ginasianas, quer do Espírito Santo, quer do São Vicente de Paulo. E tem também a algazarra e a alegria da criançada do Lacourt Pena e do Gomes Cardim que retornam para casa. Esta alegria nos acompanhará até Vila Velha. Iremos até, a Glória que você Herr Henrique elegeu como nosso domicílio.

— Mas previno-o no futuro quero viajar, conhecer todas as crianças do planeta, independente de religião, cor ou raça.

Dizem que o velho Henrique apenas esboçou um sorriso de resposta e concordou seguir o roteiro esboçado.

Hoje aquele Garoto tem o passaporte mais carimbado de todos os capixabas.

Viaja incessantemente na entrega de suas encomendas. Com a informática, robotizou-se, adquiriu ares spilbergianos, ganhou novas magnitudes dentro do espaço tempo. Suas mágicas já o levaram a dimensões que excedem a nossa imaginação, até, um ponto extremo no infinito em que se a Verdade e o amor prevalecem, pois ele afirma ter visto.

“Seu” Henrique ao lado de meu pai ambos sorrindo de suas maluquices em cima da poeira cósmica de estrelas.

Rio, 12 de agosto de 1996.

João Baptista Ribeiro Pinto
Professor - Cenógrafo - Pintor

Rua Siqueira Martins, 24/309 - Catete - Rio de Janeiro - Tel.: (021) 205-7403

HOMENAGEM AO FUNDADOR DO INSTITUTO

Frederico Teixeira Filho

A Federação das Academias de Letras do Brasil (FALB), antiga e conceituada entidade cultural, por iniciativa de seu dinâmico presidente, historiador e professor **Agenor Ribeiro**, está realizando no corrente ano, mensalmente, um encontro de academias de letras estaduais, ocasião em que uma academia do Rio de Janeiro recebe, solenemente, uma sua co-irmã com o fim especial de trocar experiências e, afetuosamente, estreitar os laços de união e amizade numa reunião de intercâmbio cultural e de confraternização de seus membros acadêmicos.

Recentemente, a **Academia Espírito Santense de Letras (AEL)** foi recebida pela **Academia Guanabariana de Letras (AGL)** numa sessão solene, realizada no auditório da FALB (Rua Teixeira de Freitas, 5 - 3º Andar - Edifício do IHGES, Lapa - RJ), tendo falado sobre suas entidades os acadêmicos Luciana Nobre, presidente da AGL e Gabriel Bittencourt, representando a AEL.

Na oportunidade, a FALB introduziu e inaugurou em seu auditório o BUSTO do seu ex-presidente **Carlos Xavier Paes Barreto**, quando a sua filha, escritora **Noemia Paes Barreto Brandão** pronunciou o seguinte discurso:

Ilmos. Srs.. Acadêmicos Agenor Ribeiro, Presidente da Federação das Academias de Letras do Brasil, Luciana Nobre, Pres da Academia Guanabarina de Letras, Gabriel Bittencourt, representante da Academia Espírito-Santense de Letras, Frderico Teixeira Filho, representante do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e Presidente da Associação Espírito Santense de Imprensa, srs., componentes da Mesa, Senhores, Senhoras.

Honrada com o convite do Presidente Agenor Ribeiro para representar a Federação neste intercâmbio cultural entre as Academias Guanabarina e Espírito-Santense de Letras, saudando a figura do Acadêmica Carlos Xavier, ex-delegado espíritossantense e ex-presidente da FEDERAÇÃO, não pude recusar.

Antes, porém, quero, agradecer à Acadêmica Luciana Nobre a homenagem que acaba de fazer à Academia Espírito-Santense de Letras.

Senhores, falar sobre a vida de meu saudoso e estimado pai é um prazer inenarrável que desperta dentro em mim um misto de tristeza e de alegria. Tristeza, por não possuir mais o seu convívio; alegria, pela oportunidade de poder mostrar às gerações presentes e futuras o seu humanismo, o ardor combativo de suas atitudes, o vigor justiceiro de seus julgamentos, seu companheirismo, lealdade, bondade.

O momento é de emoção, pois me faz recordar a época em que frequentáva-

mos este Sodalício da que pertenceu desde a sua fundação. Estou a vê-lo sentado na cadeira desta presidência que exerceu por dois biênios, dirigindo os trabalhos com eficiência talento, entusiasmo, para elevá-la bem alto no senado das letras.

Seus oitenta e sete anos e oito meses bem vividos foram distribuídos em várias atividades. Em todas deixou traços fortes de sua passagem: professor, educador, advogado, jornalista, orador, congressista, historiador, geógrafo, sociólogo escritor, conferencista, acadêmico, estadista, legislador, penalista, magistrado, genealogista. Dedicou-se ainda à geocinética e até à geopolítica, notabilizando-se nos campos da História e do Direito Penal.

"Personalidade multifacetada", salientou a poetisa Leatrice Moelmann: "Difícil se torna escolher entre suas numerosas atividades aquela em que mais brilhou. Melhor do que tecer-lhe encômios é conhecer suas realizações, investigar suas obras, apalpar sua opulenta versatilidade, descobrir o aluno aplicado, o jovem idealista, o professor cativante, o administrador competente, magistrado culto, o historiador metuculoso, o pesquisador beneditino, o apaixonado genealogista, o crítico sagaz, escritor erudito, o amigo fiel, o patriarca generoso filho dedicado, irmão solícito, esposo e pai amantíssimo".

Sua vida polimorfa se estendeu pelos rincões pernambucano, espiritosantense e fluminense.

Pernambuco foi onde nasceu a 11 de novembro de 1881. Criado no embalo da rede, no aroma do melado, da farinha de mandioca, das célebres ceias, dos banhos de rio, passou a infância e a juventude no Engenho Mamucabas, Município de Rio Formoso, propriedade de seus pais, Dr. Manoel Xavier Paes Barreto, pernambucano, e Maria Ridolfi, de origem italiana.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1906. Sobressaiu-se entre os estudantes fundando grêmios colaborando em jornais e almanaques, inclusive redator da "Cultura Acadêmica", revista da Faculdade. Conhecido pelos colegas como "O Xenofonte", pelos conhecimentos jurídicos e históricos. Verbo fácil, talento e entusiasmo fizeram-no orador da turma sendo escolhido para falar nas recepções às personalidades ilustres.

Os jornais da época referiam-se a Carlos Xavier coma um dos maiores talentos já passados pela Faculdade. Estava à frente 40 anos. Ainda estudante fez uma conferência (1906) sobre a emancipação da mulher que levou o jurista e acadêmico, Des. Fernando Whitaker, ao escolhê-lo para patrono da Cadeira n° 14 da Academia Nacional de Direito do Trabalho, a se expressar: "Escrevendo numa época cheia de preconceitos patriarcalistas, coloca-se numa posição arejada demonstrando sua independência intelectual e moral".

Já aos 15 anos publicara "O Galo" e mais tarde "O Mar", "Noite de Luar", "O

Duelo", manifestando cedo sua veia de escritor. Tornou-se amigo e compadre do Mestre Bevilaqua. Em sua homenagem deu o nome de Clóvis a seu único filho homem.

Nesse Estado foi professor, promotor interino e advogado dos presos pobres. Membro dos Institutos de Ciência e Letras, do Histórico e do Genealógico. O Município de Rio Formoso conferiu-lhe o título de "Cidadão do Rio Formoso" dando o seu nome a uma escola e a uma praça.

No Espírito Santo, em que residiu por trinta anos, teve o período mais profícuo de sua existência, ocupando os mais elevados cargos. Sua operosidade, valor, dedicação, interesse pelas causas públicas foram logo revelados nos primeiros dias de exercício na sua primeira função: a de promotor público da Comarca da Guandu, afirmou a historiadora Sônia Maria Demoner. Tinha apenas 27 anos de idade.

Aos 28 era Prefeito da Capital exercendo o cargo conjuntamente com o de Secretário de Viação e Obras Públicas e depois Secretário do Interior e Justiça. Seguiram-se os de Secretário da Presidência em várias gestões Secretário Geral do Estado, cargos que conquistou logo, não só a confiança mas a amizade dos Presidentes, conforme notícias de recortes de jornais.

Do Presidente Jerônimo Monteiro, o primeiro a quem serviu como Secretário: "...melhor da que qualquer outro posso dizer que vi e reconheci sempre em Carlos Xavier a capacidade, a segurança de caráter, a competência e muito mais, a honestidade. Muitos têm sido os cidadãos que a este Estado têm vindo e a ele prestado seus serviços, porém, muito poucos como Carlos Xavier, A conduta deste moço serve de espelho, pode servir de norma a todos aqueles que queiram ser homens de bem, que queiram trilhar o caminho da dignidade e da honestidade..."

Foi Procurador Geral do Estado, Consultor Jurídico, Diretor da Empresa Jornalística do Governo, Diretor do Banco Hipotecário e Agrícola, Professor da Escola Normal, da Faculdade de Direito e Magistrado.

Defendeu ardorosamente os limites do Espírito Santo nos litígios com Minas Gerais e a Bahia tendo, com esta última, em nome do Estado, assinado acordo em 1926. Publicou livros a respeito.

Designado pelo Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, elaborou o "Dicionário Geográfico e Etnográfico do Esp. Santo.

Participou de diversos Congressos jurídicos, históricos geográficos e interamericanos recebendo, pelas teses apresentadas, louvores especiais sendo que no VIIIº de Geografia, realizado em Vitória foi o Presidente da Comissão Organizadora. Registrou-se que o Governo estava de parabéns na Pessoa do homenageado pelo brilhantismo de tão importante certame. O Gen. Rondon agradeceu "do bravo e ardoroso Des. Carlos Xavier pelos inestimáveis esforços que dispendeu

para entregar a tarefa quase acabada e pela fidalguia e infinita paciência com que, ao lado da sua nobre esposa, nos cumulou de amabilidades que jamais poderemos pagar..”.

No Congresso de História, sua moção concertante ao restabelecimento da cadeira de História no ensino secundário foi aceita por Unanimidade pelos congressistas.

Na 1ª Conferência de Criminologia e no Congresso Nacional de Direito, realizados no Rio em 1936, como Chefe da Delegação no Espírito Santo, apresentou as teses “ A Processualística Criminal ” e “ A Periculosidade no Projeto do Código Criminal ” em que fez reparos e críticas ao Projeto. Honrados com a primeira parte foi o primeiro a apresentar o relatório. Encomiásticos artigos sobre sua atuação foram publicados em jornais e revistas do Rio. Entrevistas suas foram solicitadas.

Indicado por Alcântara Machado para fazer parte da comissão Revisora do Anteprojecto do Código de Processo Penal, esse emérito criminalista agradece a excelente contribuição ressaltando: “ainda bem que dentre os entendidos surgiu alguém decidido a examinar os aspectos capitais da reforma. Honra lhe seja feita por ter compreendido que essa é a verdadeira crítica de que precisa o Projeto para o seu aperfeiçoamento...” Elaborou, ainda, o Anteprojecto do Código de Direitos Autorais.

Em matéria penal, ficou conhecido. Seu livro “O Crime, o Criminoso e a Pena” foi adotado em todas as Faculdades de Direito do Brasil na época. Na Argentina constou da bibliografia obrigatória nos cursos de graduação. Publicou, ainda, “Indelinqüentes”, “Estatutos Penais”, “Crimes contra o Patrimônio”, “Le Juge et la loi” , tese aprovada pelo Congresso Internacional de Direito Penal e pelo IVº Congresso de Atenas, realizado na Grécia em 1937, recebendo louvores.

Cerca de 60 livros foram por ele publicados deixando inéditos alguns. Sua viúva editou, postumamente, “Fronteiras da Ética”, elaborado aos 85 anos.

Como magistrado, chegou ao ápice da carreira - Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Em seus julgamentos, certa feita afirmou:

“Como jurista, estou no dever de condenar essa mesma lei que, como magistrado, sou obrigado a aplicar”.

Entre as opiniões de contemporâneos, vale registrar:

Des. Augusto Botelho:

“...As suas decisões são alicerçadas no estudo consciencioso dos autos... Um diamante de primeira água, puro, sem jaça a faiscar luz própria e brilhante pelas suas arestas esmeradamente lapidadas...”.

Des. José Paulino Alves:

“...Sem medo de contestação, o Des. Carlos Xavier foi no Tribunal de

Justiça a humanização tangível do Direito..., um juiz verdadeiramente notável... Por anos a fio iluminou o Tribunal de Justiça deste Estado com a claridade de sua cultura e do seu talento na excelsa compostura de magistrado, dignificando-se sempre e dignificando-a na nobre função social... Nenhum encômio igualaria o seu nome. Suas decisões revelam, além de sólida cultura, extraordinário preparo litero-científico...”.

Do Presidente da OAB, Manoel Camargo:

“Sempre viveu o preclaro jurista clamando aos nossos concidadãos contra a imoralidade e a baixeza da força, apostolando a nobreza e a santidade da lei... Se quereis um modelo que deveis esforçar-vos, se quereis um paradigma que os jovens devem ter sempre diante dos olhos como admirável exemplo de vivo patriotismo, aliado As mais raras aptidões intelectuais e a um infatigável devotamento ao trabalho, aqui o tendes nesta figura impressionante que é Carlos Xavier...”.

“ Fundou no Estado o Instituto Histórico, a Academia do Comércio, a Faculdade de Direito de que foi catedrático de Direito Penal e Diretor por cinco anos - diga-se de passagem que durante um ano as aulas foram realizadas em sua residência até ser a mesma oficializada, hoje Universidade Federal. Participou da elaboração dos Anteprojetos da Constituição Estadual, da Redação dos Regulamentos dos Serviços Administrativos, do Projeto da Organização Municipal de Vitória, do Poder Judiciário, do Regimento Interno da Corte de Apelação, etc. Presidente do Rotary Clube e de diversos clubes sociais. Publicou “A Terra e a Gente do Espírito Santo”. Amava esse rincão que adotou como seu.

Foi em Vitória que conheceu Edith Sève Wanderley, sua aluna na Escola Normal e depois de casada na Faculdade de Direito, filha do Desembargador Francisco de Paula Mendes Wanderley e Izabel Sève Wanderley, todos pernambucanos.

Como diz o adágio: atrás de um grande homem existe uma grande mulher”, Edith foi extraordinária companheira, dedicada, bondosa e mãe extremosa. O casal teve oito filho, três desaparecidos, os demais aqui presentes. Deixou 16 netos e 27 bisnetos.

Recebeu os títulos de “Cidadão Capixaba” e de “Cidadão Espírito-santense”. Houve uma semana de festas ao sair de Vitória.

No Rio, onde veio residir depois de aposentado e viveu mais trinta anos, continuou sua luta em prol do engrandecimento das letras: fez conferências, ensinou, publicou livros, fez-se sócio de várias entidades literárias e históricas. Sócio dos Institutos Históricos dos Estados do Brasil à exceção dos do Paraná e Carioca sendo honorário dos da Bahia, Minas Gerais e do Espírito Santo. Fundou os Institutos Históricos de Brasília e do Espírito Santo, a Academia Brasileira de História, a

Sociedade Brasileira de Escritores, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e outras.

De todas as entidades a que o homenageado pertenceu ou fundou, incontestavelmente, a que se dedicou mais intensamente foi a Federação.

Sentia-se feliz neste ambiente de cordialidade entre amigos ilustres, sinceros. Era como se fosse a continuação de seu lar nutria por ela uma afeição especial onde fez muitos amigos, dentre eles, Othon Costa, seu par constante nas atividades da FALB, assim como Almeida Cousin, Elpídio Pimentel, Jair Tovar, velhos companheiros de Vitória, Florêncio de Abreu, Noraldino Lima, Modesto de Abreu, Olavo Dantas, Maura de Sena e tantos outros que deixo de citar para não me alongar.

Sua entrada nesta Casa se deu em 1939 mas antes participara dos dois Congressos de Academias de Letras, o primeiro, pela Carioca, realizada no Ed. do Silogeu Brasileiro em junho de 1936 quando historicamente a Federação foi fundada e o segundo já pela Federação, instalada em julho de 1937. Solenemente inaugurada, entretanto, a 1º de outubro de 1939 na Sala nº 423 do antigo Edifício do Jornal do Comércio, sito na Av. Rio Branco nº 117, quando, então, passou a ter existência.

Em comemoração aos 20 anos de sua fundação, em 1956, na presidência de Florêncio de Abreu e vice-presidência de Carlos Xavier a Revista nº 70, págs. 5/11, publicou o seu histórico. Na pág. 10 faz-se esta referência: “Da Academia Espírito-santense veio-nos Carlos Xavier Paes Barreto, pernambucano, cultor da história e da geografia, sociólogo e jurista, assíduo freqüentador da tribuna de conferências e um dos sustentáculos da Federação por sua fé e por sua capacidade de trabalho”.

Delegado da Academia espírito-santense de Letras, eleito a 18 de setembro de 1937. Pertenceu à cadeira nº 1 tendo como patrono Marcelino Duarte. Atualmente preside esta Academia o Des Rômulo Salles de Sá, aqui representado pelo renomado historiador Gabriel Bittencourt que tem o histórico dessa Academia.

Carlo Xavier exerceu na Federação a 4º Presidência em 1942, reeleito para um novo mandato em 1946, tendo sido também Vice-Presidente e Orador Oficial passando depois a membro vitalício. Foi um dos diretores da Revista onde publicou muitos artigos. Realizou aqui muitas conferências.

Aproveito a oportunidade para dizer que, quando Presidente, pedia aos filhos que telefonassem para os parentes e amigos, convidando-os para as sessões, queria ver a sala repleta e, com a ajuda da esposa, oferecia um coquetel. Desde essa época, quando as sessões eram realizadas no Ed. do Jornal do Comércio, já freqüentávamos as sessões. E diga-se: havendo um visitante de fora, ele o hospedava. Se um confrade sofresse algum revés, logo se fazia presente. Quando o acadêmico Alfredo de Assis ficara inválido, mandava os filhos a sua casa dar-lhe assistência.

A FALB promovia almoços festivos de confraternização de escritores em

ambiente de alegria e cordialidade. Carlo Xavier era um dos propugnadores dessas reuniões. Participava de tudo: atuava, discutia, promovia o intercâmbio entre as Academias, convidava figuras de intelectuais para palestras, recebia-os em casa, coligia e coordenava a apresentação dos trabalhos, representava-a em outros órgãos enfim, era a Federação uma constante em sua vida.

Num desses almoços realizado em 27 de outubro de 1945, foi dito pelo acadêmico Pires Whyne:

“Carlos Xavier, o incansável e erudito que todos conhecemos, e que pela constância da vontade e pelo milagre do tempo realiza o beta exemplo do trabalho que se multiplica em zelos e se afirma em úteis empreendimentos”.

. Domingos Barbosa ressaltou:

“Foi um dos sustentáculos da Federação por sua fé e por sua capacidade de trabalho. Em todas as associações há homens que trabalham por si e para os outros, com uma boa vontade que não cansa e um entusiasmo que não afrouxa, tornando-se por isso mesmo necessários e na FALB Carlos Xavier é um desses, sabem-no todos lá e muita gente fora de lá...”.

Quando da inauguração de seu retrato na galeria dos Ex-Presidentes da Casa, a 30 de setembro de 1945, o Presidente Noraldino Lima realizou os valiosos serviços por ele prestados à Federação dizendo:

“...Que riqueza de aspectos oferece, ao longo da estradã vitoriosamente percorrida, aos que se apuram na vida apoiados em méritos irrecusáveis. A fisionomia, entre grave e carinhosa, de teu espírito e de tua arte é que te faz, por igual, querido e respeitado, dando-se nas sociedades específicas que te chegas, a posição que o senso eletivo dos homens destina aos de primeira plaina...”.

Mesmo com a idade avançada e adoentado, ele ainda freqüentava esta Casa, acompanhado do seu genro, sempre amigo e solícito, Pizarro Drummond.

Senhores, o objetivo desta instituição é incentivar a solidariedade do espírito nacional através das letras. É também como disse o acadêmico Cristino Castelo Branco, o de lembrar os valores espirituais dos Estados, muitos dos quais aplaudidos e consagrados em dado momento, vão, entretanto caindo no esquecimento.

Com Carlos Xavier isto não aconteceu, foi ele sempre lembrado, haja vista na sessão de hoje, iniciativa do insigne Presidente Agenor Ribeiro.

Ao ensejo do seu Centenário de Nascimento constituiu-se uma comissão sob a Presidência de Othon Costa organizando uma série de programas: missa, conferências, lançamento de livro.

O Estado do Espírito Santo e Pernambuco também não o esqueceram. Postumamente foram inaugurados em sua homenagem busto, escolas, ponte, ruas,

bibliotecas e em 1986 a Academia espírito-santense promoveu um concurso dando o seu nome.

Comemorando o seu Centenário de Nascimento - continuação das programações iniciadas no Rio, houve um fato inédito: sessão solene conjunta, dos Tribunais Superiores, da Assembléia Legislativa, do Poder Executivo e das entidades literárias, de cujos magníficos discursos transcrevo trechos de alguns deles:

Do Deputado Roberto Valadão, líder da maioria: “Paes Barreto primou pelo enaltecimento e difusão da cultura em seus mais variados aspectos... um dos fundadores e primeiro Diretor da Faculdade de Direito do Espírito Santo entidade onde a sua presença ainda hoje se faz sentir através dos talentos por ele burilados. A época em que ali exerceu a cátedra de Direito Penal. Aliás, em se falando de nossa primeira Faculdade, a de Direito, é nosso dever ressaltar o grande empenho por parte de Paes Barreto para que nosso Estado dispusesse de curso superior...”.

Des. Vitor Hugo Cupertino de Castro:

“...Acredito, como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado... que há de marcarmos registros ...esta sessão solene de caráter especial porque o fato é inusitado. Não tenho lembrança nos meus cinquenta e sete anos de idade, de ter sabido de uma outra oportunidade em que irmanados os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário prestarem uma homenagem tão significativa a um dos maiores vultos que esta terra capixaba já conheceu. Nós, magistrados, sentimo-nos humanamente honrados em poder até hoje saborear, admirar e respeitar aquele vulto quase que sagrado, que foi para a Magistratura do Espírito Santo, homem público de diversificada cultura que muito contribuiu para a grandiosidade da cultura do Espírito Santo...”.

O Des. Cristalino de Abreu, Pres. do Tribunal Regional Eleitoral enalteceu suas qualidades de magistrado de fundador da Faculdade de Direito, de homem público, que elevou o Estado à grandeza de uma nacionalidade.

Representando o Governo, o Prof. Alberto Stange, Secretário de Cultura e Presidente do Instituto Histórico, ressaltou a sua luta para fundar a Faculdade idealizada desde 1913 e realizada vinte anos depois e acrescenta: “Em sua casa nasceu a Faculdade... Otimista, vibrante e incansável semeou muitas idéias que se tornaram realidade até os nossos dias...”.

Sua maior glória, porém, era ensinar, dizia. E que variedade de matérias: Literatura, Pedagogia, Educação Cívica, História, Geografia, Filosofia e Lógica, Economia Política, Direito Comercial, Civil, Constitucional, Judiciário, Penal, Internacional e até Romano.

Ensinou até os seus 70 anos quando, por força constitucional, teve de se afastar mas, mesmo depois disso, lecionou nas Faculdades do Rio e de Niterói. Era

estimado pelos alunos, estava sempre rodeado deles.

Na Faculdade de Direito de Niterói foi entusiasticamente recepcionado pelos estudantes em sessão solene promovida pelo Centro Acadêmico Evaristo da Veiga em que o orador, Alcyr Amorim assim se expressou:

“Hoje vai sua excelência ministrar-nos mais uma das suas sábias aulas... uma fonte cristalina a jorrar precioso líquido que vamos sorvendo gulosamente a proporção que vai nascendo... Cada aluno é um admirador seu, é um amigo que o respeita e reconhece as sábias lições que o senhor, com tanta maestria, transportou para as suas notáveis obras... saber admirar alguém é fácil mas saber porque se admira é difícil... Vos admiramos porque instruí a mocidade, atendei aos seus reclamos, aceitais os seus pedidos de luzes, de ensinamentos porque sabemos que em vós encontramos o cérebro que se dispõe a nos ensinar e o coração que se abre para nos receber...”

Ao completar oitenta anos, ex-alunos de Vitória, ofereceram um busto acompanhado de versos do acadêmico e poeta Almeida Cousin.

Na sua aposentadoria da Faculdade do Espírito Santo, recebeu do corpo docente e discente significativas solenidades, especialmente do Diretor, Kosciusko Barbosa Leão, que realçou sua figura dizendo a de um grande servidor do Brasil e justifica ter sido “dele a idéia da fundação da Faculdade por ele lançada há quarenta anos e realizada vinte anos mais tarde e sob sua direção e à sombra do prestígio desse nome aureolado, teve o instituto as necessárias condições de viabilidade e pôde crescer sob os augúrios de uma existência definitiva...”.

O Professor Beresford Moreira pronunciou tocantes palavras que destaco alguns trechos:

“Quando investigo de perto a atividade estuante deste homem, grande por todas as formas, eu me ponho pensar como Maurice Guerin, que não há isolamento para o que sabe tomar o seu lugar na harmonia universal; há uma força estranha neste homem, força inata em si mesmo, que se expande numa ternura forte, numa grande energia, numa vontade de tudo dobrar com sorrisos... Em qualquer setor da atividade humana, ele seria um grande obreiro... Carlos Xavier ... soube amalgamar o caráter naquele conceito esplêndido de Renan: o rim de uma nobre vida deve ser a procura ideal e desinteressada...” ,

Sobre sua bondade muito se falou. Apesar da bondade, era ativo e corajoso, exigindo o respeito aos seus cumprimentos dos deveres.

O professor José Paulino Alves ressaltava: ele pratica essa virtude tão recomendada por Francisco de Assis, a qual consiste em ser bom até para os maus.

A lealdade aos amigos foi a sua marca forte de caráter.

Amigo leal. Quando quiseram lançar o seu nome à sucessão presidencial

do Estado, recusou dizendo que não concorreria contra seu amigo Jerônimo Monteiro que apoiava o candidato oposto. Não aceitou, também, suceder o Presidente Avidos pelo mesmo motivo. Não obstante, os jornais anunciavam.

Indispôs-se com o Governador do Estado pedindo exoneração do cargo de Diretos da Faculdade por ter S.Exa., por motivos políticos, demitido alguns professores com quem ele contara nos primórdios da fundação dessa entidade. Senhores, poucos tiveram na vida tantas demonstrações de afeto e de pesar pelo seu desaparecimento.

No seu funeral os Acadêmicos Almeida Cousin, Elpídio Pimentel e Ministro Djalma da Cunha Mello não conseguiram terminar seus discursos interrompidos pelas lágrimas que escorriam de seus olhos tão conturbadas eram as emoções.

Dentre os discursos proferidos após a sua morte, destaco o do acadêmico Cristino Castelo Branco:

“Ainda que eu quisesse esquecer Carlos Xavier não podia fazer. Ele está no meu coração, na minha consciência, na minha saudade, na minha admiração, pelas suas qualidades de homem exemplar, de chefe de família desvelado, de amigo leal, de companheiro cordialíssimo, admiração pelo fulgor da sua inteligência, da sua cultura, da sua bondade infinita. Vive comigo, viverá sempre. Inesquecível figura humana. Quem poderá esquecer aquele homem vivaz, comunicativo, de olhos azuis e coração de criança, alma em festa, sem tristeza e sem pessimismo, voltado todo para a beleza da vida? Vejo-o ainda ao nosso lado, irrequieto e bom, animado e feliz, inteligente e culto...”. O poeta capixaba Ciro Vieira da Cunha escreveu:

“Vivia do espírito para as coisas do espírito, sua preocupação era saber mais ele que já sabia tanto e muito há de continuar ensinando nas páginas dos volumes que publicou sua vida, seus ensinamentos, saem como água borbulhando e entram em nossa mente sem esforço algum... Ele pode não estar ensinando mas a gente está aprendendo, ele pode não estar falando, mas a gente está ouvindo. Feliz o que com ele convive ou conviveu”..

Senhores, há pessoas que vencem a própria morte, Carlos Xavier a venceu, Morto há quase vinte e oito anos, não foi esquecido, ainda vive. Viverá! Seus escritos, suas obras perduram, continuam através das gerações que se sucedem. Seu espírito, seus ensinamentos, seus exemplos estão sempre presentes e continuam a nos guiar. Oxalá nasçam outros Carlos Xavier

Sr. Presidente, em meu nome e no de toda a Família Paes Barreto, agradeço a V. Excia esta oportunidade que se nos ofereceu de poder relembrar aos que com ele conviveram e de mostrar às gerações presentes e futuras a vida desta figura ímpar para nós sagrada que foi Carlos Xavier Paes Barreto.

Grata aos presentes pela paciência de me ouvir.

Lisboa
5 de Setembro de 1997

Ex^{ma} Senhor
Dr. Miguel Tallon

Por sugestão da D^{na} Maria de Fátima Teixeira Monteiro, a quem me serviu a muito boa leitura fiel, apenas modernizada na ortografia, do documento referente à reliquia do P.^o José de Anchieta. Escapado aos historiadores, o documento é o n.º 59 de um acervo de "auténticas" de reliquias que dormiam no esquecido Arquivo da Misericórdia de Lisboa.

O dinamismo do actual conservador, Dr. Francisco d'Orey Manoel, teve a boa ideia de publicar as reliquias e respectivas autógrafas, pertença da igreja de S. Roque, no âmbito do 5.º centenário da Santa Casa.

Da leitura e edição dos textos, dada a sua complexidade, acabei em por ter de me encarregar, apesar de muitos outros afazeres. Espero que o documento lhe seja útil.

Cordialmente

— Eduardo Borges Nunes
(Prof. jubilado de Paleografia
na Univ. de Lisboa)

Diogo e Manoel de Lima da Companhia de Jesus que visitando a Província do Brazil por mandado de nosso reverendo padre Cláudio Aquaviva, Propósito Geral da mesma Companhia, tendo ouvido muitas cousas neste Reino da vida e milagres e espirito de profecia do bem-aventurado padre José Anchieta de nossa Companhia e Provincial que foi naquella Província me informei de pessoas fidedignas, e achei muito mais do que tinha ouvido de sua virtude, santidade e espirito de profecia, zelo que o tirei da igreja da Capitania do Espirito Santo, aonde estava enterrado, e trasladei para o nosso colégio da Baía de Todos os Santos, para terem nossos padres e os novicos e irmãos que nele se criam motivo de muita devoção e desejo de perfeição com a assistência de tão grande santo. E assi o deixei na capela que temos dentro de casa, collocado em lugar decente até se consultar a Sede Apostólica. E eu, por minha devoção, e para consolação desta Província trouxe alguns ossos seus, dos quais dei um inteiro, de nó a nó, que parece ser do braço, e outros mais pequenos que parece ser da mão, ao padre Francisco de Gouveia, Propósito desta casa, para a seu tempo se collocarem no santuário das reliquias que há nesta igreja. E por ser verdade fiz este e assiniei com o selo do meu officio. Nesta Casa de S. Roque, da Companhia

de Jesu. Hoje, 6 de Maio de 1611.

(ass.) Manoel[†] de Lima

Digo eu Francisco de Gouvea, Preposito
da Casa de S. Roque, da Companhia de Jesu,
que é verdade que recebi o osso de que o
padre Manoel de Lima faz menção no asi-
mado acima escrito. Em S. Roque, 6 de
Maio de 1611.

(ass.) Francisco de Gouvea

CARTA DO PALEÓGRAFO EDUARDO BORGES NUNES AO PRESIDENTE DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO, ENCAMI-
NHANDO LEITURA DE DOCUMENTO INÉDITO SOBRE OS RESTOS MOR-
TAIS DE ANCHIETA.

Lisboa, 5 de setembro de 1997.

Exmo Senhor

Dr. Miguel Tallon

Por sugestão da Dr^a. Maria de Fátima Teixeira Monteiro, aqui lhe envio a minha leitura fiel, apenas modernizada na ortografia, do documento referente às relíquias do Padre José de Anchieta. Escapado aos historiadores, o documento é o nº 59 de um acervo de “autênticas” de relíquias que dormiam no esquecido Arquivo de Misericórdia de Lisboa.

O dinamismo do actual conservador, Dr. Francisco d’Orey Manoel, teve a boa idéia de publicar as relíquias e as respectivas autênticas, pertença da Igreja de São Roque, no âmbito do 5º Centenário da Santa Casa.

Da leitura e edição dos textos, dada a sua complexidade, acabei de ter de me encarregar, apesar de muitos outros afazeres.

Espero que o documento lhe seja útil.

Cordialmente,

Eduardo Borges Nunes
(Professor jubilado de Paleografia
na Universidade de Lisboa)

Digo eu Manoel de Lima da Companhia de Jesus que visitando a Província do Brazil por mandado de nosso reverendo padre Cláudio Aquaviva, Prepósito Geral da mesma Companhia, tendo ouvido muitas cousas neste Reino da Vida e milagres e espírito de profecia do bem-aventurado Padre José de Anchieta de nossa Companhia e Provincial que foi naquela Província me informei de pessoas fidedignas, e achei muito mais do que tinha ouvido de sua virtude, santidade e espírito de profecia, pelo que o tirei da igreja da Capitania do Espírito Santo, aonde estava enterrado, e tresladei para o nosso colégio de Baía de Todos os Santos, para terem nossos padres e noviços e irmãos que nele se criam motivo de muita devoção e desejo de perfeição com a assistência de tão grande santo. E assim o deixei na capela que temos dentro de casa, colocado em lugar decente até se consultar a Sede Apostólica. E eu, por minha devoção, e para consolação desta Província trouxe alguns ossos seus, dos quais dei um inteiro, de nó a nó, que parece ser de braço, e outro mais pequeno que parece ser da mão, ao padre Francisco de Gouvea, prepósito desta casa, para a seu tempo se collocarem no santuário das relíquias que há nesta igreja. E por ser verdade fiz este e assinei com o selo de meu officio. Nesta casa de São Roque, da Companhia de Jesus. Hoje, 06 de maio de 1611.

(Ass.) Manoel de Lima

Digo eu Francisco de Gouvea, Prepósito da Casa de São Roque, da Companhia de Jesus, que é verdade que recebi os ossos de que o padre Manoel de Lima faz menção no assinado acima escrito. Em São Roque, 6 de maio de 1611.

(Ass.) Francisco de Gouvea.